



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Josiane do Socorro Caleja Semblano

TÍTULO

**ESCOLARIZAÇÃO, CAPITAL SOCIAL E PARTICIPAÇÃO SÓCIO-
POLÍTICA EM UMA COMUNIDADE AMAZÔNICA: Retiro
Grande/Marajó**

**BELÉM – PARÁ
2008**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

Josiane do Socorro Caleja Semblano

TÍTULO

**ESCOLARIZAÇÃO, CAPITAL SOCIAL E PARTICIPAÇÃO SOCIO-
POLÍTICA EM UMA COMUNIDADE AMAZÔNICA: Retiro
Grande/Marajó**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação/ UFPA, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador(a): Profa. Dra. Ney Cristina de Oliveira .

**BELÉM – PARÁ
2008**

Josiane do Socorro Caleja Semblano

TÍTULO

ESCOLARIZAÇÃO, CAPITAL SOCIAL E PARTICIPAÇÃO SOCIO-POLÍTICA EM UMA COMUNIDADE AMAZÔNICA: Retiro Grande/Marajó

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação/UFPA, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador(a): Profa. Dra. Ney Cristina de Oliveira

Banca Examinadora

Orientador (a)

Examinador externo

Examinador interno

Conceito_____

Julgado em: _____

DEDICATÓRIA

Dedico aos moradores de Retiro Grande , aos meus alunos e a todos que contribuíram para a realização deste trabalho .

E em especial ao Julinho (In memoriam)

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus amados pais que me ensinaram o valor da educação e determinação;

Ao meu amor , Adalberto Cardoso, amigo, companheiro, parceiro de profissão e leitor crítico deste trabalho ;

A minha família que soube compreender a ausência nos eventos familiares em especial a minha mãe e sobrinhos;

Aos meus estimados orientadores e professores, Prof. Dr.Orlando Nobre e Profa. Dra. Ney Cristina , que me acolheram no mestrado e acreditam na proposta de trabalho, desde seu estágio embrionário até aqui , garantindo sua plena realização.

A todos os professores do programa , que contribuíram para minha formação e qualificação de educadora e pesquisadora em educação;

Ao professor Dr.Genilton Rocha que nos disciplinou nas leituras e se tornou um grande amigo pessoal e da turma de 2006 que hoje exerce a função de atual coordenador do mestrado;

As profas Dra. Terezinha Monteiro e Dra. Rosana Gemaque, que foram nossas coordenadoras durante as disciplinas e a qualificação e que muito contribuíram para a divulgação e apresentação deste trabalho em eventos;

A nossa querida secretária Ceição pela dedicação, carinho e cobrança dos nossos compromissos perante o programa;

As meninas da secretaria que sempre estão prontas a ajudar ;

A profa Dra. Tereza Ximenes pela sua contribuição neste trabalho

A Profa Dra. Josenilda Maués pelas suas valiosas sugestões a este trabalho;

A Éster de Retiro Grande e a sua família por me receber em sua casa com muito carinho e amizade ;

A Cris de Jacaretuba que foi minha guia e companheira de caminhadas em Retiro Grande;

Aos moradores de Retiro Grande e Jacaretuba por sempre me receberem em suas casas ;

A todos meus colegas do mestrado e das pesquisas pela troca de experiências ;

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para esta realização.

Muito Obrigada !

RESUMO

Este trabalho é um estudo sobre participação e envolvimento sócio-político dos moradores da área de Retiro Grande na Ilha do Marajó, no Município de Cachoeira do Arari. Esta área foi escolhida por ser uma localidade situada numa região onde predominam baixas condições socioeconômicas, porém, onde seus moradores começaram a se organizar para superar os problemas e carências que enfrentavam. Estas ações começaram com empreendimentos realizados de forma associativa na própria área e se expandiram até a participação na esfera pública local. O objetivo desta investigação é descortinar quais os elementos que permitiram (facilitaram) os processos de organização, ação coletiva e participação política entre os moradores dessa localidade. Dois fatores foram considerados: a escolarização e o capital social. As questões que nortearam esta investigação foram: qual o papel desempenhado pelo capital social no desencadeamento dos processos de organização e engajamento comunitário na área de Retiro Grande? Qual a influência da escolarização sobre os níveis de participação e envolvimento sócio-político dos seus moradores. Para fazer esta investigação primeiro fez-se uma revisão da bibliografia sobre o capital social e escolarização assim como sobre o Município de Cachoeira do Arari. Na fase seguinte tratou-se da pesquisa de campo para a obtenção dos dados a serem analisados. Conclui-se que o capital social gerado a partir dos fatores de coesão da comunidade foi o fator fundamental para produzir a capacidade de organização e envolvimento comunitário dos moradores de Retiro Grande e o desenvolvimento entre eles da participação social e política. Contudo o capital social produzido e acumulado foi relevante por meio da atuação da igreja católica nesta região, estimulando organização e a formando de lideranças locais. A escolarização não teve papel relevante nestes processos, foi, ao contrário, uma resultante da operação destes fatores.

PALAVRAS CHAVE: Escolarização, Capital Social, participação sócio-política

ABSTRACT

This work is a study about participation and social e political involvement of the inhabitants of the area of Retiro Grande in the Island of the Marajó, in the Town of de Cachoeira do Arari. This area was chosen by be a locality situated in a region where decrease conditions socio-economics predominate, however, where his inhabitants began to be organized for exceed the problems and lacks that faced. These actions began with undertakings carried out of form association in the own area and were expanded up to participation in the local public sphere. The objective of this inquiry is going to uncover which the elements that permitted (facilitated) the trials of organization, collective action and political participation between the inhabitants of that locality. Two factors were considered: the education and the capital stock. The questions that guided this inquiry were: which the paper performed by the capital stock in the provoc of the trials of organization and communal commitment in the area of Retiro Grande? Which the influence of the education about the levels of participation and involvement partner of his inhabitants. For it do this first inquiry did itself a revision of the bibliography about the capital stock and education as well as about the Town of Cachoeira do Arari. In the following phase treated of the field work for the obtaining of the facts it will be analyzed. I concluded that the capital stock generated from the factors of cohesion of the community was the fundamental factor for produce the capacity of organization and communal involvement of the inhabitants of Retiro Grande and the development between them of the political and social participation. However the capital stock produced and accumulated was prominent by means of the action of the catholic church in this region, stimulating organization and to finalist of local leaderships. The education did not have prominent paper in these trials, was, to the contrary one, a resultant one of the operation of these factors.

KEYWORDS: Education, Social Capital, Political Participation

LISTA DE QUADROS

QUADRO I - Percurso até a comunidade de Retiro Grande em Cachoeira do Arari.....	28
QUADRO II - Relação dos integrantes da ASPROG	93

LISTA DE SIGLAS

- AMAI** - Organização Não Governamental Amigos Italianos Do Marajó
- ASTRUCA** - Associação dos Trabalhadores Rurais De Cachoeira do Arari
- ASPRORG** - Associação dos Produtores de Retiro Grande
- AVECA** - Associação dos Vereadores de Cachoeira do Arari
- FETAGRI** - Federação Dos Trabalhadores Da Agricultura
- IDEPAR** - Instituto de Desenvolvimento da Pastoral Regional
- ITERPA** - Instituto De Terra Do Pará
- MOPEPA** – Movimento dos Pescadores do Para´
- PT** - Partidos dos Trabalhadores
- PMDB** - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- SAGRI** - Secretaria De Agricultura Do Estado

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração1: Foto do Barco que sai de Belém para Salvaterra	25
Ilustração2: Terminal Rodofluvial de Salvaterra	26
Ilustração 3: Ponte na pa154 para Cachoeira do Arari.....	27
Ilustração 4: Balsa onde ônibus atravessa o rio Camará	29
Ilustração 7: Moradia da Dora, onde está localizada o terreno da horta	36
Ilustração 4 e 5: Casa de farinha do grupo de mulheres (em retiro de grande).....	38
Ilustração 6: a Horta	39
Ilustração 7:salão paroquial e ao lado a igreja local de nossa senhora de nazaré	84
Ilustração 8:a Escola municipal (ensino infantil).....	85
Ilustração 9: a Escola estadual de ensino fundamental e médio de retiro grande.....	96

SUMÁRIO

Dedicatória.....	IV
Agradecimentos.....	V
Resumo.....	VI
Abstract.....	VII
Lista de quadros.....	VII
Lista de Siglas.....	IX
Lista de Ilustração.....	X
INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I - CARACTERIZANDO A COMUNIDADE RETIRO GRANDE.....	17
1.1.A localização: o Município de Cachoeira de Arari na Ilha Marajó Pará.....	17
1.2-Aspectos econômicos, geográficos e populacionais de Retiro Grande.....	26
1.2.1- O cenário físico e territorial.....	26
1.2.2- A estrutura populacional e fundiária	29
1.3- As bases socioeconômicas dos grupos estudados	33
CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E ESCOLARIZAÇÃO NO ENVOLVIMENTO SÓCIO-POLÍTICO.....	46
2.1-A participação sócio-política na perspectiva da escolarização	46
2.2 - Capital social e comunidade: definições e pontos de partida.....	53
2.3 - Uma perspectiva de análise para o estudo da comunidade Retiro Grande.....	63
CAPÍTULO III - AS FONTES DA PARTICIPAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA EM RETIRO GRANDE.....	72
3.1- As fontes de capital social em Retiro Grande: os fatores de coesão	73
3.2 - As formas associativas e o aumento da capacidade organizacional.....	80
3.2 - O trabalho associativo na conquista de bens coletivos.....	80
3.3 - O capital social pode excluir: a formação do grupo Jacaretuba.....	89
3.4 - A escolarização em Retiro Grande: a implantação da escola na comunidade.....	95
3.5- As fontes da participação sócio-política: escolarização ou capital social?.....	101

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....116

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....127

APÊNDICE

ANEXOS

INTRODUÇÃO

Neste estudo, examinou-se a questão da participação sócio-política em contexto comunitário, tendo-se como referência concreta de análise os empreendimentos associativos desenvolvidos pelos moradores da localidade de Retiro Grande, situada na Ilha do Marajó, no Município de Cachoeira do Arari. Esta comunidade é constituída por indivíduos que se dedicam a práticas produtivas ligadas a agricultura familiar, à pesca e ao extrativismo, assim como a diversas atividades de trabalho sazonal tendo em vista a subsistência.

A escolha dessa comunidade para estudo se deu a partir de uma atuação como estudante de pós-graduação do NAEA em 2001, onde a pesquisadora foi incumbida de estudar a organização social e a formação das lideranças locais, e, coletar todas as informações sobre a comunidade, com o intuito de entender a sua organização, história e características. Esperava-se que essas informações ajudassem no sucesso da implantação de projetos de desenvolvimento local que já vinha sendo realizado na área para a promoção de desenvolvimento local.

Num primeiro momento passou-se por um período de “estudo” e reconhecimento pelos membros da comunidade, depois disso, fazíamos visitas regulares e começamos a participar das suas atividades cotidianas entendendo-a melhor, mesmo após o vínculo com a pesquisa ter terminado, a pesquisadora continuou em contato com os moradores. Outro motivo foi o fato de estar situada em região onde, diante do predomínio de condições socioeconômicas muito precárias, seus moradores se organizaram para tomar ações visando à superação dos problemas e carências que enfrentavam.

Estas ações constituíram-se de empreendimentos associativos que inseriram novas atividades produtivas inseridas nesta comunidade por meio de uma intervenção da Pastoral da Criança, cuja atuação pode ser observada, também, em outras comunidades do Marajó. No caso em questão, destacou-se o trabalho realizado em Retiro Grande, que mobilizou alguns de seus moradores em torno de novas formas de trabalho associativo (ações coletivas) para além daqueles já conhecidos e praticados nesta localidade.

O estudo voltou-se, especificamente, para a compreensão do processo pelo qual ocorreu a mobilização e organização dos moradores de Retiro Grande, enfocando os fatores que permitiram sua emergência. Este processo foi constituído em objeto de estudo neste trabalho, na medida em que ao constatar-se que a introdução de novas atividades produtivas na referida comunidade foi possibilitada pela resposta favorável dos seus moradores ao

trabalho da Pastoral da Criança nesta localidade, algumas questões emergiram para investigação.

Estas questões são: o que possibilitou a Pastoral da Criança mobilizar e organizar moradores de Retiro Grande para o trabalho associativo requerido para introduzir novas atividades produtivas na comunidade? Este processo de mobilização e organização dos moradores desta localidade pode gerar uma efetiva ampliação da participação social e política nesta comunidade?

Os passos metodológicos para esta investigação foram: em primeiro uma ampla revisão da bibliografia sobre o capital social, seus principais autores e temas tratados. Do mesmo modo, tratou-se dos estudos que abordam a escolarização e suas conexões com a disponibilidade dos indivíduos para participação e o envolvimento sócio-político. Neste procedimento, o trabalho foi focalizado principalmente na discussão teórica de questões básicas relativas às categorizações conceituais e perspectivas analíticas em suas implicações para o trabalho da pesquisa.

A partir disso, foram definidas as categorias e os critérios de análise utilizados neste estudo. Desta etapa constou também uma consulta a bibliografia sobre alguns trabalhos que tratam do Município de Cachoeira do Arari para situar e caracterizar o local do estudo, assim como para dar suporte à preparação da pesquisa de campo na comunidade Retiro Grande. Este momento da investigação permitiu o aprofundamento teórico-metodológico para o desenvolvimento deste estudo.

Na fase seguinte tratou-se da pesquisa de campo que foi realizada em duas etapas. Na primeira foram obtidos os dados da elaboração do perfil da área estudada (Retiro Grande), a origem da população considerando-se o seu processo de ocupação e a evolução das condições socioeconômica. Nesta etapa, viajou-se pela região da referida comunidade procurando-se ampliar a observação de seus aspectos sócio-históricos assim como suas características territoriais e geográficas.

Nesse primeiro contato a pesquisa se deu de forma exploratória para conhecer *in locum* o problema que seria investigado, os aspectos gerais da comunidade e seus atores sociais. A pesquisa de campo deste momento consistiu de visitas informais e assistemáticas a comunidade em estudo que permitiram organizar uma base para a investigação. Este trabalho contribuiu posteriormente para uma observação mais sistemática das questões postas para a investigação, na medida em que permitiu delimitar o que seria tratado em Retiro Grande.

Na segunda etapa da pesquisa de campo, começou-se uma observação mais sistemática, na qual se procurou focalizar as questões desta investigação. Esta etapa da

pesquisa constou da aplicação de questionários (perguntas estruturadas e semi-estruturadas) e entrevistas com lideranças comunitárias, que foi concomitante com a observação direta na comunidade na qual se buscou perceber o envolvimento comunitário referente às práticas associativas que os seus moradores desenvolveram.

Com estes procedimentos se procurou verificar como ocorreu o processo de mobilização e organização desses moradores, os níveis de participação e engajamento sócio-político dos indivíduos e o aprendizado social que nele foi realizado tanto acerca do trabalho comunitário propriamente dito (atividades produtivas, serviços, etc.) como, e principalmente, no que se refere à percepção dos problemas comuns e das possibilidades de enfrentá-los por meio da ação coletiva da comunidade.

Neste processo se recuperou parte de sua memória coletiva através dos depoimentos de seus membros. Foram levantadas, também, informações sobre os níveis de escolaridade e de envolvimento social (em clubes, grupos de trabalho voluntário, de lazer, religiosos, etc.) e de participação em organizações locais (Ongs, sindicatos, associações, etc.). Procurou-se, também, verificar o nível de mobilização da comunidade em relação aos candidatos a cargos públicos, locais ou regionais.

O objetivo deste procedimento metodológico foi o de correlacionar os dados relativos ao envolvimento dos moradores no trabalho associativo da comunidade com os daqueles sobre o seu engajamento social, isto é, em associações, grupos de trabalho voluntário etc., e participação política. Pelo confronto dos dados levantados por meio dos questionários com os obtidos através dos formulários, pode-se verificar a relação entre escolaridade, envolvimento nas práticas associativas e nível de participação política entre os moradores.

O resultado do trabalho foi estruturado em texto dissertativo de três capítulos assim constituídos: no capítulo I fez-se à indicação da localização e caracterização da área onde residem as famílias que compõem os referidos grupos de moradores: o Município de Cachoeira de Arari na Ilha Marajó – Pará. Em seguida tratou-se dos aspectos econômicos, geográficos e populacionais da região; tanto no nível mais amplo do município, como mais especificamente na área dos grupos em questão, no foram considerados o cenário físico e territorial, a estrutura populacional e fundiária.

Ainda neste capítulo foram tratados alguns dos principais elementos das características da organização comunitária, tanto àquelas específicas a cada grupo de moradores, como as que são comuns a todos. Além disso, fez-se o levantamento das condições socioeconômicas da região, particularmente daquelas mais afeitas à área de estudo (Retiro Grande), onde se

procurou tratar de aspectos relativos ao modo de vida dos seus moradores tais como práticas produtivas, os serviços públicos na localidade e estrutura das propriedades.

Este trabalho exigiu o esclarecimento das categorias conceituais adotadas pela investigação e a definição de sua perspectiva analítica. Estas questões foram tratadas no Capítulo II de um ponto de vista crítico, no qual foram tratados os argumentos que apóiam ambas as perspectivas: escolarização e capital social, considerando-se, também, as evidências apresentadas.

Em seguida foram apresentadas algumas definições de capital social e tratados os pontos de partida para o seu emprego analítico, com o objetivo de estabelecer elementos conceituais básicos referentes aos aspectos aqui tratados desta questão. Por último, foi delimitada, a partir deste contexto, uma perspectiva de análise para o estudo realizado neste trabalho onde foram consideradas as condições em que a abordagem do capital social pode ser empregada para examinar questões do envolvimento e participação sócio-política.

O foco de análise no Capítulo III recaiu sobre os dados obtidos por meio da pesquisa de campo, os quais foram reunidos e apresentados conforme a seqüência da investigação. O tratamento desses dados permitiu analisar-se o papel dos fatores: capital social e escolarização no desenvolvimento da organização dos moradores de Retiro Grande e de seu envolvimento comunitário tendo em vista as questões relativas à participação social e política.

Conclui-se, destacando-se a importância do estudo desta temática, por ser uma questão associada à democratização de processos decisórios e por colocar uma perspectiva crítica da escolarização na forma como é realizada pelo sistema educacional. Esta crítica é fundamental para que as promessas da educação se realizem, principalmente no caso da região amazônica. Contudo isto é só um começo, outros estudos precisam ser feitos para que se amplie o conhecimento sobre este assunto e se possa avaliar de forma mais segura sua efetividade.

CAPÍTULO I - Caracterizando a comunidade Retiro Grande de Cachoeira do Arari/Pa

1.1 - O município de Cachoeira do Arari na ilha do Marajó/Pa¹

¹ O mapa de Cachoeira está em anexo

A comunidade Retiro Grande localiza-se no município de Cachoeira de Arari, localizado na microrregião do Arari a qual, por sua vez, pertencente à meso-região do Marajó no Estado do Pará (a Ilha do Marajó). O processo de ocupação dessa ilha é bem antigo, segundo Wagner (1998) desde o séc. XVIII registra-se a presença de colonização portuguesa, constatada no estabelecimento de ordens religiosas que formaram um enorme patrimônio em terras e gado, o bem econômico que mais foi valorizado a partir de então (ALMEIDA, 1998).

No meio ambiente da ilha podem ser distinguidos duas áreas com diferentes ecossistemas, que correspondem aos lados leste e oeste do Marajó. O lado leste compreende uma superfície de 23.046 km² na qual esta situada uma grande planície que se apresenta dividida em duas partes, uma das quais é constituída por igapó, inundada grande parte do ano. A outra parte é formada por várzea, na qual a invasão pelas águas ocorre apenas na época das cheias dos rios.

Além disso, podem-se observar na estrutura do terreno da planície, pequenas elevações chamadas “tesos”, constituídas por solos arenosos que não sofrem inundações. Devido a estas características, são utilizadas como refúgio para o gado durante a época das cheias. Nas formações mais baixas, ocorre com frequência uma vegetação típica e permanentemente inundada, (parte de igapó) provocando a obliteração de antigos paranás, por acúmulo multi-centenário de matéria orgânica e são conhecidos por “mondongos” (PEREIRA, 1956; OEA, 1974; SUDAM, 1974).

As costas intermediárias entre “mondongos” e “tesos” constituem-se de solo argiloso, de baixa permeabilidade, permanecendo inundado na estação chuvosa, aproximadamente de janeiro a junho. A maior parte da zona leste apresenta-se coberta por vegetação herbácea. Mais de 300 espécies de forrageiras, com predominância de gramíneas e leguminosas foram ali classificadas (PEREIRA, 1956; OEA 1974; SUDAM 1974). Nessa região está concentrada a criação de gado bovino e bubalino.

O lado oeste da ilha abrange um total de 26.560 km², sendo coberto por densa floresta, e, em decorrência desta característica, é também conhecida como região de mata. Nesta parte do Marajó, a atividade econômica se divide entre práticas extrativistas (como a extração de madeira, a produção de borracha, a coleta de sementes oleaginosas), e, de agricultura, que é predominantemente de subsistência (XIMENES, 1992).

Neste meio ambiente diversificado ocorreu o processo de ocupação do Marajó, que fez surgir no decorrer do tempo, vários povoados que deram origem aos municípios que compõem a ilha, distribuídos em seu espaço territorial, pelas duas áreas principais (leste/oeste). Na primeira estão localizados os municípios de Soure, Salvaterra, Cachoeira do

Arari, Santa Cruz do Arari e Ponta de Pedras; na segunda (a região de florestas) estão localizados os municípios de Breves, São Sebastião da Boa Vista, Curralinho, Muana, Afuá, Chaves e Anajás.

Como se pode observar, o município de Cachoeira do Arari localiza-se no lado leste da ilha de Marajó (também chamado de região dos campos), que como visto antes apresenta características físicas, territoriais e geográficas próprias. Esta localização influenciou decisivamente o delineamento dos aspectos econômicos e populacionais dos municípios que nela foram sendo situados, constituindo-se um elemento que se tornou um traço marcante na sua formação e evolução nos séculos seguintes.

Neste contexto, tem início a história da criação do Município de Cachoeira do Arari, ligada atuação das primeiras missões religiosas jesuítas que se dirigiram para o Marajó, assim como ao surgimento e desenvolvimento de atividades econômicas que eram favorecidas pelas características dos terrenos desta ilha e seu meio ambiente. Entre estas atividades, destaca-se a pecuária extensiva, de tipo bovino e bubalino que ainda hoje é predominante nos municípios desta região do Marajó.

A forma como estes elementos das missões religiosas foram combinados àqueles relativos à exploração de atividades econômicas propiciadas pelas características físicas e ambientais da região e, do modelo produtivo da colonização, no processo de surgimento do município é bem descrita por Almeida (1998), que em sua síntese destaca:

Este município teve sua origem com a presença dos missionários jesuítas na região, a partir de 1700 e a fundação de fazendas de gado às margens do rio Arari. Com o crescimento demográfico, em função do florescimento pecuário, já em 1747, foi erguida uma capela à margem esquerda do rio Arari, 22 milhas acima da foz, sendo criada a paróquia e a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Cachoeira do Arari (ALMEIDA, 1998, p. 82).

Detalhando-se um pouco mais esta história, desde os seus pontos iniciais, descobre-se que, inicialmente, Cachoeira do Arari fora uma fazenda que pertenceu ao Capitão-Mor André Fernandes Gavinho, o qual, após obter uma carta de data de sesmarias, escolheu o local para construir sua casa, em frente a uma cachoeira no referido rio, na verdade, um declive existente no leito do rio, um dos mais importantes do Marajó. Este desnível provoca no verão, uma precipitação de água em cachoeira, de onde derivou o nome do município.

A denominação Arari tem origem na língua tupi, sendo comumente empregada para identificar (nominar) um cipó, muito característico, da família das leguminosas papolanaceas,

encontrado, com muita frequência, nas margens dos rios dessa região. Uma das características dessa planta, que lhe confere um aspecto notável quanto à configuração de sua estrutura, é a produção de grandes flores da cor do fogo.

O termo Arari também é empregado para identificar uma ave, conhecida também como Arara-Canindé, que tem plumagem de coloração azul e amarela na área do ventre, e, vários riscos pretos em volta dos olhos. Quanto ao tamanho, esta ave chega a medir até um metro de comprimento. Etimologicamente o termo significa arara pequena, porém, o sufixo apresenta também o sentido de água, ou rio, e, dessa forma, o termo Arari pode também ser empregado com o significado “rio das araras”.

Aparte as especificações quanto aos significados do nome adotado, a fazenda do Capitão-Mor André Fernandes Gavinho desenvolveu-se bastante, gerando um crescimento demográfico em função do florescimento da pecuária. Em 1747, o governo português, a pedidos dos vizinhos, ergueu uma capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição, nos campos da margem esquerda do rio Ararí, vinte e duas milhas acima de sua foz, nas terras desta fazenda, o que deu origem a Paróquia de Cachoeira.

Neste mesmo ano, o Capitão-Mor André Fernandes Gavinho fundou a Freguesia com a denominação de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira, subordinada à Vila Nova de Marajó. Em 25 de outubro de 1747, As terras patrimoniais desta Vila foram doadas por testamento por Francisco Ezequiel de Miranda, na qualidade de herdeiro presuntivo das terras, à Freguesia de Cachoeira, que incorporou, definitivamente, este patrimônio, após a morte do doador, extinguindo assim, a Vila.

Contudo, os donos da fazenda proibiram a construção de casas no local, o que impossibilitou a formação de um povoado. Apesar disso, no final do século XVIII, mais precisamente no ano de 1791, os fazendeiros vizinhos fizeram um requerimento ao governo, solicitando a criação de uma vila no local, para que fosse possível a construção de moradias em torno da matriz, para a qual foi sugerida a denominação de Cachoeira.

Para atender a esta solicitação, o então o governador D. Francisco de Souza, intermediou junto aos proprietários a cessão de um terreno para a construção da vila. Estes, no entanto, se recusaram a concedê-lo. Porém, com a morte do dono da fazenda, seus herdeiros consentiram que os vizinhos construíssem casas no local, e em 1811 foi criada a Vila de Cachoeira. Na sessão de maio de 1833, o Conselho do Governo reconheceu criação da vila com a denominação de Cachoeira, cuja instalação ocorreu no dia 17 de maio de 1834 (IBGE, 2008).

Neste período, esta região estava compreendida em uma delimitação político-territorial denominada: Província do Grão-Pará, que abrangia os estados do Pará e do Amazonas. A década de 1830 foi turbulenta, no ano de criação da Vila de Cachoeira tem início as agitações da cabanagem, uma grande rebelião popular, que teve origem num movimento de contestação, ocorrido dez anos antes. Em 1834 o movimento explode e, no ano seguinte (1835), a Vila de Cachoeira foi saqueada pelos cabanos, tendo, neste episódio, o seu arquivo destruído.

Desde a sua criação, esta vila passou por um intrincado processo de evolução político-institucional e administrativo no qual os limites e as divisões do seu território foram, por várias vezes, modificados por meio de leis, decisões judiciais e administrativas ao longo deste século (XIX) e do seguinte. Neste processo, seu nome, também, foi continuamente sendo alterado, assim como o número de seus distritos, até estabilizar-se na denominação e status político-administrativo pelos quais hoje é conhecido o município.

A história dessas modificações começou no ano de 1839 quando foi extinto o município de Monsarás, sendo suas terras divididas entre a Vila de Cachoeira e o Município de Soure. Esta agregação de terras implicou, imediatamente, em ampliação do seu território. A mudança seguinte ocorreu algumas décadas depois, em 1877, pela Lei nº 886, de 11 de abril, na qual a Vila de Cachoeira perdeu a categoria de sede e termo judiciário, que passou para Ponta de Pedras, então elevada à vila, com zona desmembrada de Cachoeira.

Contudo, esta mudança durou somente até o início da década seguinte, no ano de 1880, quando o status de sede retorna para Cachoeira pela Lei nº 1.010, de 27 de abril, sendo posteriormente, elevada à comarca. Seis anos depois, em 13 de dezembro 1886, Cachoeira conseguiu reaver o território de Pontas de Pedras conforme o disposto na Lei nº 1286. Assim, a situação político-administrativa da Vila volta ao estado em que se encontrava anteriormente, no período da primeira modificação por ele sofrida.

No fim do século XIX o principal evento na política brasileira é a proclamação da República em 1889, à qual Cachoeira aderiu de imediato, pondo fim ao governo monárquico. No início do século XX, no ano de 1911, foi decidida uma divisão administrativa na qual a Vila passou a ser constituído pelo distrito sede. Porém, pode-se observar mais adiante, nos quadros do Recenseamento Geral de 01 de setembro de 1920, outra divisão onde aparece constituído de 04 distritos: Cachoeira, Alto Arari, Caracará e Camará.

Em 1924, a Lei nº 2.274, de 06 de outubro, elevou à categoria de cidade a vila de Cachoeira e sede do Município do mesmo nome. Após o movimento de 1930, pelo Decreto Estadual nº 6, de 04 de novembro de 1930, o Município foi mantido, acrescido do território do extinto município de Pontas de Pedras. Esta anexação foi confirmada pelo Decreto nº 78, de

27 do mês seguinte, que suprimiu o município de Cachoeira sendo seu território anexado ao novo município de Arari. Criado com terras do extinto município de Cachoeira e Ponta de Pedras. Passando Cachoeira a ser a sede do município de nome Arariúna.

Três anos depois, em uma divisão administrativa datada de 1933, Cachoeira é constituída como distrito de Arari. Contudo, logo em seguida é criado novamente o município de Cachoeira pela lei estadual nº 8, de 31 de outubro de 1935. Nas divisões territoriais ocorridas nos anos seguintes desta década, a primeira datada de 31 de dezembro de 1936 e, a segunda, de 31 de dezembro de 1937, o município aparece constituído por 03 distritos: Cachoeira, Camará e Caracará.

Um pouco mais adiante, em 31 de março de 1938, os distritos de Camara e Caracará foram extintos, de acordo com o quadro anexo ao Decreto-Lei nº 2.972, sendo seus territórios anexados ao distrito sede de Cachoeira. Com a divisão territorial que teve vigência no período compreendido entre os anos de 1939 a 1943, estabelecida pelo Decreto-Lei nº 3.131, datado de 31 de outubro de 1938, o Município era constituído apenas pelo distrito-sede. No último ano deste período (1943) novamente seu nome é modificado voltando a chamar-se Arariúna, em 30 de dezembro, pelo decreto-lei estadual nº 4505.

Após este período, as modificações no desenho territorial deste município continuaram a ocorrer. Assim, em uma divisão territorial datada de 01 de julho de 1950, o município já denominado Arariúna é constituído pelo distrito sede. Cinco anos depois, pela lei estadual nº 1127, de 11 de março de 1955, passou a denominar-se de Cachoeira do Arari. Por este decreto são criados, também, os distritos de Bela Vista e Camará. Em 01 de julho deste mesmo ano, foi decidida uma divisão territorial pela qual o município passou a ser constituído por 03 distritos: Cachoeira do Arari, Bela Vista e Camará.

Ainda em 1955, ano em que o referido município recebeu o nome pelo qual é hoje conhecido, foram extintos, no dia 04 de outubro, por um Acórdão do Superior Tribunal Federal (STF), os distritos municipais de Bela Vista e Câmara, sendo seus territórios anexados ao distrito sede de Cachoeira Arari. No ano seguinte (1956), com o nome de Cachoeira do Arari, o município recuperou por meio de Lei Especial nº 1378 a antiga vila de Cachoeira à sua categoria de sede municipal.

Quatro anos depois, em 1960, ocorreu outra divisão territorial, datada de 01 de julho, pela qual o município é constituído pelo distrito sede. No ano seguinte, pela lei estadual nº 2460 de 29 de dezembro de 1961, são criados os distritos de Camará do Marajó e Caracará do Arari e anexados ao município de Cachoeira do Arari. Dois anos depois, em 1963, em nova

divisão territorial datada de 31 de dezembro, o município é constituído de 03 distritos: Cachoeira do Arari, Camará do Marajo e Caracará do Arari.

No final da década seguinte (anos 70) a situação territorial do município descrita no parágrafo anterior foi mantida, quando em 01 de janeiro de 1979 ocorreu outra divisão territorial, a única deste período. No final da década de 80, também sofreu nova divisão de território, dessa vez datada de 18 de agosto de 1988, na qual o município voltou a ser constituído pelo distrito sede. Não tendo sofrido nenhuma alteração nos anos 90, contudo, voltou a ser alvo de ação em 2005, que, no entanto, a situação anterior (LEÃO, 1999).

Pelo que se pode observar, desde a sua origem, e, ao longo dos séculos: XIX e XX, o status político-institucional do município de cachoeira do Arari sofreu continuas alterações em sua dimensão territorial e administrativa. Estas alterações se tornaram mais freqüentes a partir do século XX, atingindo uma média de duas por década, no qual o maior número de modificações é proporcional à instabilidade das novas situações.

Atualmente, o município é formado pela área sede e por dois distritos: Câmara e Caracará. Nele se encontram representações dos três poderes nacionais, os dois poderes constitutivos do município na estrutura federativa brasileira: o Executivo, formado pelo prefeito, vice-prefeito, secretários municipais e demais funcionários dos órgãos públicos; o Legislativo, formado pela Câmara Municipal, na qual têm assento 09 vereadores, e o Poder Judiciário, representado pelo promotor de justiça, defensor público e pelo juiz (LEÃO, 1999).

Em sua delimitação territorial, a área compreendida por Cachoeira do Arari é limitada pelas fronteiras dos municípios de Pontas de Pedras, Soure e Chaves, assim como, pelo rio Pará, e, pela baía de Marajó. A abrangência deste território apresenta uma extensão de 2857,89 km². Sua sede municipal se distancia da área continental em 67 km, em linha reta. Suas coordenadas geográficas são: 1° 00' 23' de latitude sul e 48° 57' 36' de longitude Oeste (Museu Emilio Goeldi, 1987).

Pela abrangência de seu território, Cachoeira do Arari é o 9° município da ilha do Marajó em extensão. Nele encontra-se uma população, que segundo o levantamento realizado pelo IBGE, contava, em 1996, com 17.193 habitantes (IBGE, 1996). Em outro levantamento realizado quatro anos depois (em 2000), pelo mesmo instituto de pesquisa, esta população somava 16.700 habitantes (IBGE, 2000). Registra-se, assim, uma queda no número de habitantes em 2,86% da população ente 1996 e 2000.

Neste município, o meio ambiente apresenta condições naturais muito diferentes das demais partes da Amazônia. Suas terras são cobertas por savanas hidromórficas, formação composta por gramíneas, leguminosas e de ciperáceas, constituindo pastagens naturais.

(LUDOVINO Apud BORGES, 2001). O ecossistema da região possui três pastagens naturais diferentes, segundo as condições de inundação as quais estão sujeitas. As zonas de mata ciliar e de teso correspondem à terra firme; a faixa de transição, à várzea; e os campos baixos, aos mondongos e aos mangais.

No interior de Cachoeira do Arari encontram-se os campos, termo empregado regionalmente para as extensas planícies do centro/leste marajoara. Elas são destinadas e as criações de gado bovino. Os campos, ainda que sejam predominantes, apresentam áreas específicas e dispersas de caráter geológico e vegetal. São os chamados tesos ou ilhas, que tem um nível de elevação maior que os campos propriamente ditos e apresentam vegetação mais densa e florestal. Todavia, os campos não mostram somente diferença paisagística e ecológica, eles evidenciam outras situações socioeconômicas.

São as referentes à estrutura fundiária do município que apresenta características de elevada concentração de terras, com parte significativa de seu território estabelecido em mãos de poucos proprietários. Este aspecto tem sido um traço histórico dominante na formação socioeconômica de toda a área do Marajó. Contudo, constata-se certa tendência de modificação desta característica nos últimos 20 anos, nos quais se tem verificado uma considerável desconcentração fundiária, que ocorreu independente de programas ou ações governamentais, aumentando o número de proprietários na região.

Esta modificação pode ser constatada quando se observa que 66,36% da área do município estão concentrados em 29 estabelecimentos agropecuários que representam apenas 3,35% do total de propriedades, nos anos 80 representavam quase 90% da área contra 5,56% dos estabelecimentos (LEÃO, 1999). Assim, houve uma sensível desconcentração em relação ao total da área, mas o número de proprietários que controlam a maior parte ainda é pequeno.

Desse modo, o nível de concentração de terras em Cachoeira do Arari ainda hoje é alto, e, tendo sido muito maior anteriormente, favoreceu o desenvolvimento, no município, de uma atividade produtiva que resultava da combinação de suas características ambientais com estrutura fundiária concentradora: a pecuária extensiva praticada por meio de grandes fazendas de gado. Em consequência, o aproveitamento dos terrenos para a produção agrícola foi pequeno, predominando atualmente a agricultura do tipo familiar.

Em geral, há pouca ocupação agrícola no município, os cultivos são reduzidos, sendo, na maioria das vezes, restritos aos terrenos vizinhos aos grupos domésticos, uma característica que se observa mesmo naqueles situados nas sedes municipais ou distritais. Assim, desenvolveu-se a agricultura de pequeno porte (pequenos proprietários) e, além disso, o extrativismo pesqueiro, que é realizado tanto nos lagos interiores quanto na baía do Marajó.

Destaca-se, também, o grande potencial turístico de Cachoeira do Arari, inda pouco explorado economicamente.

O acesso ao município começa por uma viagem até a ilha do Marajó, que atualmente é feita pela travessia Belém/Salvaterra, através dos terminais hidroviários de Icoaraci e do distrito de Camará e/ou do cais das docas do Pará até o referido distrito. O trajeto apresenta ao todo 29 milhas de extensão que, em geral, são percorridas em três horas e trinta minutos, com uma viagem diária de ida e volta pela Baía de Guajará em "Ferry-boats". Nos portos de Marajó visitados constata-se, nas horas de embarque/desembarque, um intenso comércio informal de frutas (abacaxi, sobretudo) e camarão (VALLE apud LEÃO, 1999).

Para se fazer o deslocamento de Belém até a ilha do Marajó, o meio de transporte existente é o barco ou balsa. O transporte por embarcações para esta área, no caso do município em questão, obedece a um percurso próprio que compreende um porto fiscal do município vizinho de Soure ou até a vila de Camará, localizada na circunscrição de Cachoeira do Arari. Estando-se na área do Marajó, há o transporte intra/intermunicipal por meio de ônibus, uma alternativa recente para os seus moradores.

Ilustração 1: Foto do barco que sai de Belém para Salvaterra



Fonte: própria

Contudo, até o presente momento, esta alternativa de transporte apresenta-se extremamente restrita, pois está disponível apenas para os moradores de Cachoeira do Arari. Por conseqüência, para a maioria dos moradores do Marajó o deslocamento intra/intermunicipal é feito, predominantemente, por via fluvial, na qual são empregadas

embarcações típicas da região. Esta situação evidencia mais um aspecto dos problemas e limitações de infraestrutura de transportes na região.

Uma vez estando na área da ilha do Marajó, o acesso para Cachoeira do Arari é obtido por via rodoviária, através da PA 154. O deslocamento transcorre em um percurso ainda não asfaltado até o município. Esta rodovia, que apresenta em sua extensão de 89 km, permite uma interligação entre três municípios da região: Cachoeira do Arari, Salvaterra e Soure. Esta ligação é feita através das travessias do rio Paracauari (Salvaterra) e do rio Camará (Salvaterra/Cachoeira do Arari).

1.2 - Aspectos econômicos, geográficos e populacionais de Retiro Grande

1.2.1 - O Cenário físico e territorial

Retiro Grande é uma comunidade rural amazônica situada no interior do município de Cachoeira do Arari. Tendo chegado a Ilha do Marajó, a viagem para a sua área de localização começa e termina no percurso acima referido, isto é, a Rodovia PA-154 em direção ao referido município. O ponto de partida é o terminal de Soure em frente ao distrito de Camará (interior do município), sendo parte do percurso feito com a utilização de balsas. O ponto final é anterior ao da sede de Cachoeira do Arari.

Ilustração 2 : terminal rodofluvial de Salvaterra



Fonte: própria

Ilustração 2: ponte na PA154 para Cachoeira do Arari



Fonte: própria

Neste trajeto de caráter rodo-fluvial, o viajante passa por três comunidades: Camará, Jaboti e Umarizal antes de chegar ao seu destino. O tempo total de viagem, computado desde Belém até a sede de Retiro Grande, tem uma duração de aproximadamente 03 horas e 45

minutos. No Quadro I, abaixo, apresenta-se um esboço esquemático no qual são cruzados dados sobre alguns aspectos deste percurso como: meio de transporte, tempo, pontos de saída e chegada.

QUADRO 01

Percurso até a comunidade de Retiro Grande em Cachoeira do Arari

Saída	Chegada	Transporte Rodo-fluvial	Tempo aprox. (horas)
Belém	Retiro Grande	Barco	5
Opção 1 Terminal fluvial das docas do Pará	Terminal Soure – Câmara	De Câmara um ônibus ou uma kombi para Cachoeira descendo pela PA 154 .	Fluvial 2 a 3 - ½ Terrestre 45 min
Opção 2 Terminal fluvial de Icoaraci	Terminal Soure – Câmara	Balsa De Camará ônibus ou kombi para Cachoeira pela PA 154 ou a estrada para Salva Terra em transporte próprio	

Fonte: anotações de pesquisa

Elaboração Própria

Como se pode verificar no Quadro 01, partindo-se dos portos de Belém: Terminal Fluvial das Docas ou Terminal Fluvial de Icoaraci (distrito da região metropolitana), a viagem até a área de Retiro Grande requer o uso de uma combinação de meios de transporte que envolve, inicialmente, o de tipo fluvial e, posteriormente, o rodoviário. No percurso em direção a esta localidade, a última parte do deslocamento é realizada pela rodovia estadual PA 154, já em território marajoara.

Ilustração 3 : a balsa onde ônibus atravessa o rio camará



Os problemas de acesso a ilha do Marajó e, particularmente a seus municípios e localidades, decorrentes de sua posição geográfica impõem dificuldades de percurso, mantendo os moradores relativamente isolados, tornando difíceis às intervenções na área. Esta é uma situação que tem implicações para as condições socioeconômicas dos habitantes da ilha, além das outras já tratadas neste item. Quanto às últimas, analisaremos a seguir o desenho de suas características na comunidade Retiro Grande.

1.2.2 - A estrutura populacional e fundiária

Na área onde Retiro Grande está localizado, podemos encontrar cerca de 50 pequenas comunidades formadas por núcleos familiares tais como Jacaretuba, Umarizal, Jabuti e outras, que constituem a estrutura populacional dessa microrregião do município de Cachoeira do Arari. Em sua distribuição territorial, constata-se que, de modo geral, há poucos núcleos de concentração populacional nos campos.

Por outro lado, a maioria quase absoluta dos grupos domésticos presentes nestes núcleos de povoamento, ao menos pela impressão etnográfica, estão inseridos e articulados à forma de organização social da propriedade marajoara². Quando se avistam pequenos povoados ou concentrações populacionais ao longo da estrada que liga a vila de Camará à sede municipal de Cachoeira do Arari, observa-se que são formados por unidades domésticas de pequenos criadores ou pescadores e agricultores.

Quanto a isso, as características da estrutura fundiária do município, que também são as mesmas na maior parte da ilha do Marajó, apresentam-se desfavoráveis para os chamados pequenos criadores de Retiro Grande em relação aos grandes fazendeiros. Estas são as características, como visto antes, da concentração de terras na região, onde as áreas de campos são controladas por um número restrito de grandes proprietários, os quais as empregam, principalmente, na pecuária extensiva.

Em conseqüência, no período de seca, quando diminui o capim na criação comunitária, os pequenos criadores precisam alugar os pastos dos fazendeiros, o que coloca aqueles em uma situação de dependência para com estes. Esta situação resulta diretamente da organização fundiária que foi estabelecida na ilha, sendo uma realidade predominante no Município de Cachoeira do Arari, principalmente, em Retiro Grande (VALLE apud BORGES, 2001).

Neste município, e, especificamente na área de Retiro Grande, os pequenos criadores configuram um grupo social mais específico, possuidores de reduzido número de cabeças de gado e, também, devotados a pequenos plantios, conseguindo manter o controle de faixas restritas de terra na região do alto Arari. Na maioria das vezes, são descendentes de antigas famílias proprietárias do interior de Marajó que passaram por processos internos de

² A fazenda compõe o conjunto de seus empregados, sobretudo os vaqueiros, feitores e seus familiares.

fragmentação patrimonial. Há casos de descendentes de migrantes (VALLE apud BORGES, 2001).

Esta perspectiva é corroborada por Ximenes que ao analisar as origens das ocupações na Ilha, principalmente quanto à origem e permanência dos criadores de gado, conclui que:

O criador continua em seu estabelecimento, com sua maneira de se organizar para produzir, na qual a família é a principal força de trabalho. Quanto à origem histórica desses criadores temos basicamente: a) antigos moradores das grandes fazendas que se tornaram proprietários de pequenos lotes, quer por doação de patrões, quer por transação comercial ou por apossamento; b) indivíduos que foram beneficiados por partilha de terra de herança (XIMENES, 1992, p. 05).

Portanto, como se pode observar na citação da referida autora, há duas fontes quanto à origem histórica dos pequenos proprietários da região. Entre elas, segundo Leão (1999), em 40% dos casos no Marajó, as propriedades são bens de família transmitidos de uma geração a outra, reflexo de um processo de colonização e exploração de terras, bastante estável e antigo. Isso se confirmou em Retiro Grande, principalmente no povoamento de Jacaretuba que apresenta um processo de ocupação de 100% por herança³.

Segundo o relato do mais antigo morador de Retiro Grande, os antepassados (bisavós) dos atuais moradores afirmavam que, por volta de 1900, a área da referida comunidade tinha uma extensão maior do que apresenta hoje, abrangendo o perímetro onde está localizada a horta comunitária e seus moradores. Porém, conforme declarou este morador, naquela época, os ocupantes dessas terras não possuíam títulos de posse e não conheciam as leis que tratavam dos direitos de propriedade.

Mais do que isso, segundo o referido morador, além de não possuírem documentos de identificação de titularidade, os primeiros ocupantes dessa comunidade não usavam cercas para delimitar suas posses, não sabiam, exatamente, qual a extensão do terreno em que estavam. Atualmente vive-se no local uma situação totalmente oposta em relação à posse da terra, pois segundo relatam os atuais moradores de Retiro Grande “hoje existe cerca até no meio do caminho”.

O que se percebe na afirmação do referido morador, é que antes, isto é, no período dos “antepassados” como ele declara, havia menos habitantes nesta comunidade, pois todos se

³ Contudo, há neste povoamento, segundo os informantes mais antigos da pesquisa, uma prática de apossamento, pois alguns moradores mesmo tendo recebido seu “pedaço de terra”, solicitam plantio na terra do irmão, compadre, vizinho, etc, uma vez que isso ocorra, o agricultor cerca a área plantada e vai ao fórum para pedir a sua posse.

conheciam, a maioria por laços de parentesco, e, por conseqüência, havia um número menor de pessoas para dividir a herança. Esta situação populacional criava para aqueles moradores a percepção de que dimensões de terra eram maiores (“não se via o fim da terra” - entendido por limite pelas pessoas da região), e que havia terras para todos, o que reforçava a não delimitação da posse.

Os casamentos entre pessoas com parentesco se tornaram, assim, o fator de redefinição de propriedades, dividindo em lotes, a herança. Esta é a característica principal das propriedades em Jacaretuba, um povoado que fica na área de Retiro Grande e, que será uma referencia neste estudo na medida em que tinha ligações com os projetos de associativismo (engajamento e participação coletiva) que lá foram desenvolvidos, no entanto, com o tempo romperam este elo. Outras ligações, porém, permaneceram principalmente as de parentesco, o que será analisado adiante neste trabalho.

Os primeiros habitantes de Jacaretuba foram às famílias: Serra, Gomes, Alberto José Amador e Manoel Amador cada uma dividia as léguas de terra em $\frac{1}{4}$ da área deste povoado. O Albertinho teve uma filha chamada de Maria de Nazaré Amador que se casou com um homem chamado Manoel Melo que casou com a avó do Alberto Melo. Com isso o Manoel Melo herda com o casamento $\frac{1}{3}$ de $\frac{1}{4}$, pois ela tinha dois irmãos, que também herdaram as terras, conseqüentemente, os outros moradores também tiveram herdeiros que herdaram partes de terra.

Hoje as famílias: Seabra, Serra e Amador são dominantes em Jacaretuba, mas à elas se juntaram, através de casamentos, as famílias Portal e a dos Melo ampliando os laços e as relações de parentesco entre eles. Os casamentos entre herdeiros aumentam a extensão da propriedade e/ou resolvem o problema da disputa de terra, pelo menos no curto prazo, pois não se pode garantir que a continuidade destes casamentos não evite, no futuro, alterações e redefinições nos limites dos terrenos que cada um possui, e com isso trazem de volta os conflitos de propriedade.

Os Gomes estão localizados hoje onde esta o grupo da horta que antes pertencia a Jacaretuba. Como resultado do casamento entre herdeiros surgiu novas famílias: os Portal e Seabra, os Portal e Serra e os Serra e Seabra. Estas novas formações familiares herdaram lotes de terra não apenas neste povoado, mas, também, no grupo da horta, criando uma distribuição da população entre os estes dois grupos que não obedecem às delimitações geográficas de sua localização na área de Retiro Grande.

No grupo da horta, as principais fontes de “propriedade” são a herança e a doação de lote pela prefeitura, por isso, se encontram pessoas que saem do tronco familiar de Jacaretuba

mais conseguem lotes em Retiro Grande. Esta localidade atrai mais pessoas que migram de outras áreas de Cachoeira em busca de terra - mas que continuam utilizando as terras dos pais ou avós, na maioria das vezes, para a roça que é dividida com os irmãos e/ou primos, gerando muitos conflitos, pois a maioria das propriedades em Jacaretuba não é legalizada, no máximo no nome dos primeiros moradores⁴.

1.3 - As bases socioeconômicas dos grupos estudados

Como visto antes, a comunidade analisada neste trabalho situa-se em uma área do Município de Cachoeira do Arari na qual se encontra, também, outro povoado, Jacaretuba, cujos habitantes, apesar de suas ligações (principalmente de parentesco) com os moradores Retiro Grande, passaram constituir um grupo a parte, em razão dos conflitos que surgiram entre ambos ao longo do tempo. Os conflitos prevaleceram a despeito de partilharem as condições e os problemas enfrentados na área onde estão situados.

Entre as condições e problemas partilhados pelos grupos, pôde-se observar que ambos são constituídos por famílias que vivem e trabalham tendo por base condições socioeconômicas muito similares. Neste aspecto, a primeira constatação é que estas famílias se dedicam a atividades produtivas próprias da economia rural dessa região, assim como desenvolveram práticas sociais de organização e trabalho comunitário que, também, podem ser verificadas em outras regiões amazônicas.

No caso dos moradores de Retiro Grande, as práticas de organização social e de trabalho comunitário foram impulsionadas, principalmente, a partir da atuação da igreja católica, por meio pastoral da criança. Este trabalho começou pela ação do próprio padre local, que inicialmente atuou tanto no âmbito das atividades religiosas como em outras relativas a aspectos específicos das condições socioeconômicas locais, principalmente as relacionadas à organização das atividades produtivas, estimulando a sindicalização rural.

Em seguida, este trabalho teve continuidade na área de Retiro Grande, ainda com o apoio da referida pastoral, com o surgimento de uma liderança comunitária que atuou, particularmente, na organização e mobilização coletiva de seus moradores. A atuação desta

⁴ No direito tem-se à transferência de bens moveis e bens imóveis, as terras de ilha e rios pertencem à marinha, mas que responde é a união, principalmente, a da ilha do Marajó que é um arquipélago. O Estado não pode dar propriedade, só direito de posse, só torna proprietário através de escritura registrada no cartório, então se uma pessoa entra na terra e cerca e começa a morar/e ou plantar ou realizar qualquer bem feita, depois de um ano e um dia depois dessa posse, e se não for reclamada antes disso é reintegração de posse. Mesmo se a pessoa que perdeu a posse da terra através do contrato verbal, ele tem como requerer a reintegração alegando confiança, boa fé, na pessoa que ele arrendou. No direito existe a posse de uso e de gozo e a propriedade (disposição), podendo vender ou hipotecar. A propriedade só é adquirida após 20 anos de uso, caso não seja reivindicada.

liderança se caracterizou, principalmente, pelo incentivo ao envolvimento destes moradores em empreendimentos comunitários com o objetivo de gerar, no próprio local, recursos para atender a algumas de suas necessidades.

Os empreendimentos desenvolvidos coletivamente nesta comunidade, sob a coordenação de sua liderança, constituíram-se principalmente de ações que visavam o fornecimento de serviços (creche comunitária), produção de alimentos e medicamentos fitoterápicos (horta comunitária) para o atendimento de demandas e deficiências de seus moradores nestas questões. Como se pode observar, o objetivo é a produção na própria comunidade de produtos e recursos que atendam a necessidades emergenciais.

Além disso, estes empreendimentos foram realizados de forma a incentivar a ampliação da participação de seus moradores para além dessas questões mais imediatas, levando-os a atuarem, também, em conselhos, associações e sindicatos, assim como o envolvimento em atividades que caráter mais estreitamente político como a promoção de candidaturas de membros da comunidade nas eleições para o executivo e o legislativo municipal, aumentando, assim, as possibilidades de seu associativismo.

Desse modo, foi desenvolvida a organização e a mobilização social dos moradores de Retiro Grande: atividades associativas e participativas no âmbito local para tratar dos problemas comuns. Paradoxalmente, no entanto, a difusão destas práticas teve por conseqüência o início de um conflito entre alguns participantes iniciais desses empreendimentos. O rompimento entre eles concretizou-se quando alguns desses moradores passaram a agir buscando, independentemente, soluções para os problemas constituindo o grupo de Jacaretuba.

Esta divisão interna foi provocada por divergências na forma de encaminhar ações (através do trabalho coletivo) para a solução seus problemas, reforçadas por diferenças de identidade, interesses e valores que foram surgindo e sendo aprofundados com o tempo, gerando conflitos e a recusa de participação nas atividades empreendidas. Estes fatores foram intensificados pela distância geográfica entre eles, que criava dificuldades de envolvimento nas atividades comunitárias e na participação nos benefícios obtidos.

Assim, uma vez constituído, o grupo dos moradores de Jacaretuba passou a desenvolver, separadamente, suas próprias formas de encaminhar ações para obtenção de recursos o que aprofundou o conflito existente, na medida em que passaram a disputar por projetos e benefícios para o local. A atuação desses moradores se caracterizou pela rejeição de práticas associativas e pelo estabelecimento de suas próprias redes de contatos, nas quais prevaleceu a relação individual a apropriação e a exploração familiar dos benefícios obtidos.

Desse modo, no que se refere às características socioeconômicas observa-se similaridades das condições e diferenças na organização entre estes moradores. Quanto ao último aspecto, constitui o foco central deste estudo e, dessa forma, é amplamente tratado no último capítulo do referido trabalho. Por ora são apresentados, descritivamente, alguns dados relativos a outros aspectos das condições socioeconômicas compartilhadas por estes moradores, necessários para a compreensão das bases sobre as quais ocorreram os processos acima referidos.

Neste sentido, quanto a Retiro Grande observou-se que os homens que moram no local realizam atividades produtivas como a pequena criação e a agricultura associada (abacaxi e mandioca). Sazonalmente, trabalham também na construção de poços, cercas e casas. Quanto ao trabalho feminino, verificou-se que a maioria das mulheres se dedica as tarefas da casa e da horta e, algumas aos estudos. Há também o trabalho na escola, onde se encontram duas professoras e três serventes entre as moradoras da comunidade.

Outro elemento do aspecto observado aqui é o grau de escolarização desses moradores. Quanto a isso, constatou-se que ele é maior entre as mulheres, entre as quais a situação apresentava-se da seguinte maneira: aquelas que não tinham concluído o ensino médio voltaram a estudar (no Município de Salvaterra), e as que tinham se formado em magistério (as professoras), também, voltaram aos estudos, com o objetivo de “melhorarem de vida, crescer” (professora e líder do grupo da horta).

No conjunto das características socioeconômicas observadas nas condições de vida dos moradores desta área estudados neste trabalho, verificou-se também a posse de bens duráveis. Na situação encontrada as famílias possuíam bens duráveis: fogão, geladeira a gás e/ou elétrica, assim como eletrodomésticos básicos: televisão e rádio, mesmo que o fornecimento de energia elétrica seja precário ou inexistente em alguns lugares.

O fogão mais utilizado nas residências dos moradores de Retiro Grande é o à lenha, que consiste numa caixa retangular de ferro, com terra dentro, possuindo duas “bocas”. Fogões a gás são menos usados, devido o preço elevado do produto que é transportado por via fluvial desde Belém ou de Cachoeira. Mesmo os moradores que possuem fogão a gás, também possuem um à lenha para assar o peixe e/ou como reserva caso o gás acabe antes do final do mês.

As habitações são em sua maioria construídas em madeira, ocupando lotes individuais que medem 01 há, com chão de madeira e/ou barro batido, telhado de cavaco e paredes que apresentam uma ou duas divisórias internas, abarcando entorno de 36m². Os banheiros ficam do lado de fora da casa, feitos de madeira, apenas algumas possuem banheiros de alvenaria

e/ou dentro de casa. Das casas observadas em Retiro Grande, somente da líder comunitária I possuía banheiro interno, mas as outras têm projeto de construí-lo.

Ilustração 7: moradia da Dora, onde está localizada o terreno da horta (na foto estão a Dora e a Lourdes, da esquerda para direita , Dora professora da escola municipal e a Lourdes servente da escola municipal, as duas trabalham na horta)



Fonte: própria

Outro aspecto importante a ser destacado é a baixa disponibilidade de meios de comunicação e informação na área; poucos possuem telefone e, apenas entre os moradores de Retiro Grande. Em geral, os meios mais utilizados são a tv e o rádio, jornais impressos estão desníveis somente na sede de Cachoeira do Arari. Quanto aos transportes, o meio mais utilizado na localidade é a bicicleta; cada casa dispõe de pelo menos uma unidade desse recurso, principalmente na sede do município.

Entre as atividades produtivas realizadas por estes moradores, um elemento que tem um papel importante na sua organização comunitária, tratada mais detalhadamente adiante, por ser um dos principais pontos de atividade comum: é a casa de farinha. Este é um local de transformação da mandioca em farinha, para a qual são usados basicamente um ralador e um forno. A casa de farinha é muito presente nas propriedades familiares de Marajó (LUDOVINO, apud BORGES, 2001).

Segundo Cayres (1999), a maioria das propriedades transforma a própria mandioca produzida. As propriedades que não possuem uma casa de farinha utilizam normalmente a do vizinho sem qualquer despesa ou de outro parente. A mandioca colhida durante todo o ano é

transformada segundo as necessidades da família, os produtores que não podem transformá-la, sobretudo devido às limitações de mão de obra, adotam o sistema de meia, recebendo metade da farinha produzida.

A produção de farinha é, sem dúvida, a atividade agrícola mais importante dos grupos domésticos caboclos, ocorre em todos os meses do ano, sendo mais freqüente no mês de abril (CAYRES, 1999). Entre os moradores da área de Retiro Grande ligados ao grupo da horta, verificam-se estas mesmas características quanto a esta atividade produtiva, onde a força de trabalho mais empregada é a de homens adultos, em seguida a das mulheres adultas, mulheres idosas, homens idosos e homens jovens.

Quanto à plantação da mandioca (matéria-prima na produção de farinha), mão-de-obra mais usada, entre estes moradores é a das mulheres; a mão de obra masculina é complementar, sendo mais usada na limpeza e no plantio da roça, e no corte de lenha na mata. A produção média varia, pois como é para consumo próprio, eles a fazem conforme a necessidade e disponibilidade. A casa de farinha de Retiro Grande é utilizada pelo coletivo das famílias que participam da horta comunitária, funcionando ao lado da referida horta, no mesmo terreno.

Ilustração 4 e 5: casa de farinha do grupo de mulheres (em Retiro Grande)



Fonte: Própria

No caso do trabalho na horta, a mão de obra também é familiar: marido, esposa e os filhos acima de 14 anos, também participam quando não estão na escola. Apesar disso, este trabalho se concentra principalmente na mão de obra feminina adulta.

Ilustração 6: a horta





Fonte: própria

Quanto às características socioeconômicas dos moradores de Jacaretuba, observou-se, anteriormente, que apresentam similaridades de condições e diferenças nas formas de organização. Entre eles a produção média de farinha é realizada quinzenalmente, sendo uma parte (a metade) destinada para o consumo próprio e a outra para comercialização que ocorre na própria localidade. Nesta produção emprega-se predominantemente, ainda que não exclusivamente, a mão-de-obra masculina.

A casa de farinha desses moradores funciona em escala semanal, onde cada família realiza a sua produção utilizando sua própria mandioca. No plantio deste produto, a mão de obra é familiar: marido e esposa, e os filhos (mesmo os menores) são disponibilizados para este trabalho, que é valorizado mais do que a escola, pois as crianças (os meninos) são levadas para o “trabalhar na roça” no mesmo horário das aulas.

Assim, sendo a produção de farinha em Jacaretuba colocada fundamentalmente ao encargo do trabalho masculino, que é a principal mão de obra empregada nesta atividade produtiva, o trabalho das mulheres, por outro lado, é utilizado para uma produção considerada

de caráter complementar. Neste âmbito, desenvolvem atividades relativas ao cultivo do abacaxi e do coco, de natureza cíclica, enquanto paralelamente a farinha é produzida durante o ano todo. A agricultura é a principal atividade produtiva das famílias de Jacaretuba destinada tanto para o próprio consumo como para a comercialização.

Na distribuição do trabalho por gênero, os homens, que em geral, apresentavam idades de 20 a 40 anos, ocupavam-se, também, como pescadores e agricultores; os aposentados atuavam como pescadores e/ou trabalhadores rurais. Quanto às mulheres, eram em sua maioria jovens, encontrando-se no período da pesquisa, na faixa dos 20 a 35 anos. Elas ocupavam-se como donas de casa, ao mesmo tempo em que auxiliavam seus maridos na produção da farinha. Existiam algumas aposentadas e viúvas que sobreviviam de pensão.

No aspecto das moradias, observou-se que as casas dos moradores ligados ao grupo de Jacaretuba estão localizadas em lotes individuais que medem de 02 a 06 há (bem maiores que as dos moradores de Retiro Grande). A maioria das habitações é construída em madeira, com piso em madeira e/ou barro batido, os telhados são feitos de cavaco e as paredes apresentam uma ou duas divisórias internas. Ao todo, o terreno construído das casas ocupa um espaço de aproximadamente 36m², não há construções de alvenaria.

Um aspecto a ser destacado no caso dessas habitações é constatação de que as melhores casas são as das mulheres que, sendo residentes do local, atuam no grupo da horta (Retiro Grande). Quanto à estrutura dessas habitações observou-se que os banheiros ficam do lado de fora das casas, feitos de madeira. Em Jacaretuba não foi encontrado nenhum banheiro de alvenaria e/ou dentro de casa. Verificou-se, também, que água consumida no local é extraída de poços artesanais.

No que se refere à posse de bens duráveis, observou-se que, ao contrário dos moradores ligados ao grupo da horta, as famílias de Jacaretuba não possuíam bens dessa natureza, como por exemplo, eletrodomésticos, em razão principalmente da falta de energia elétrica no local. Nas residências fogão mais utilizado é o a lenha, que apresenta a mesma estrutura daqueles encontrados entre os moradores de Retiro Grande. Também, verificou-se no local que há residências que não possuem fogão a gás.

Ao tratar-se das condições socioeconômicas em geral, um elemento importante é a disponibilidade de meios de informação para os indivíduos. Neste aspecto, a situação é muito similar a do grupo da horta, porém, com uma diferença: o meio mais utilizado é o rádio (a falta de energia elétrica inviabiliza o uso da televisão). Assim, jornais impressos encontram-se na sede de Cachoeira do Arari e da mesma forma, o meio de transporte mais usado é a bicicleta, onde também cada casa tem, pelo menos uma.

Quanto à escolaridade formal dos moradores vinculados a Jacaretuba, observou-se que, em geral, é mais baixa do que aquela verificada entre aqueles vinculados ao grupo da horta e não apresenta, como nesta localidade, diferença significativa entre homens e mulheres. Neste aspecto, os primeiros encontravam-se entre a condição de semi-analfabetos, observada principalmente entre os mais idosos, e a do ensino fundamental incompleto, verificada particularmente entre os homens adultos que estavam na faixa etária de 20 a 40 anos.

Entre as mulheres, as idosas, na maioria dos casos, apresentavam um nível de escolaridade correspondente apenas aos dois primeiros anos do que hoje se conhece como as séries iniciais de ensino, e as que estavam na faixa etária de 20 a 40 anos possuíam apenas o equivalente ao ensino fundamental incompleto. Contudo, no período desta pesquisa, constatou-se que alguns desses moradores, entre eles: crianças, adolescentes e adultos, freqüentam a escola local.

Outro aspecto das condições socioeconômicas refere-se à alimentação, que entre o referido povoado concentra-se no peixe e na farinha, com baixíssimo consumo de legumes e carne. Neste aspecto, verificou-se durante a realização da pesquisa, que a existência de culturas de hortaliças restringia-se ao grupo de mulheres da horta (Retiro Grande). Em geral, legumes e hortaliças não fazem parte dos hábitos alimentares dos marajoaras, porém, foi observada a inclusão destes alimentos no cardápio marajoara do referido grupo, tradicionalmente constituído de peixe, carne, açaí e farinha.

O cuidado com a saúde das pessoas nesse grupo se concentra em uso de chá e orações, recorrem também, a uma auxiliar de enfermagem que encaminha os doentes em estado grave para Belém ou Salva Terra. O maior problema enfrentado pelos moradores desta localidade é que a maioria não possui condições financeiras para procurar auxílio médico em outra cidade. Por outro lado, a baixa capacidade de informação e menor nível educacional dificultam o acesso dessas pessoas a um tratamento mais adequado para as suas enfermidades.

Em se tratando da situação geral das condições socioeconômicas, observou-se durante os primeiros contatos da pesquisa, que todas as famílias, tanto aquelas ligadas ao grupo da horta como as que estavam vinculadas ao grupo Jacaretuba, compartilhavam de precárias condições de infra-estrutura (água potável, deslocamento de pessoas, escoamento da produção, etc.), assim como apresentam deficiências quanto ao fornecimento de serviços públicos essenciais tais como: educação, energia elétrica saúde, que se tornam ainda mais alarmante nas situações de doenças.

Estas condições geram para os moradores desses povoados os já conhecidos problemas do desenvolvimento, presentes de modo geral nos contextos rurais e urbanos

marajoaras e, mais amplamente, amazônicos. Além disso, somam-se os problemas de saúde pública (doenças tropicais, desnutrição), altos índices de mortalidade infantil, dificuldades de acesso à educação e poucas oportunidades de escolarização, problemas de acesso a crédito ao financiamento da produção etc.

No que se refere aos serviços de saúde a comunidade, não tem acesso de modo fácil até aos mais básicos como os postos médicos, pois quem precisa dele tem que se deslocar para o Município de Salva-Terra ou para a capital do estado: Belém. Havia um posto de saúde, no grupo da horta, mas deixou de funcionar devido à falta de remédio e médico, a população conta somente com uma auxiliar de enfermagem que faz curativo, aplica injeções, identifica a gravidade do caso e informa ao doente se precisa procurar uma ajuda médica. Devido às dificuldades, a maioria dos habitantes trata seus problemas de saúde com remédios caseiros.

Outro recurso empregado para o tratamento de doenças é a farmácia caseira na qual é realizada a fabricação de remédios fito-terápicos pelas mulheres da pastoral ou grupo de mães (Retiro Grande). Contudo, quando se impõe a necessidade de atendimento médico, maioria das pessoas se desloca para Belém, pois apesar da distancia, esta cidade é mais bem equipada quanto aos serviços de saúde, conforme relatado pelos informantes, sendo consenso entre todos os entrevistados.

Não foi possível obter dados sobre prevenção do câncer de colo do útero e mama entre as mulheres acima dos quarenta anos, no entanto supõe-se que esta situação deva apresentar alguma gravidade devido ao pouco acesso à informação: as distancias dificultam o acesso ao jornal impresso e devido à falta de energia elétrica e com isso, também à informação televisiva. Quanto aos principais fatores das condições socioeconômicas aqui observadas, segue a abaixo um resumo da situação encontrada no período da pesquisa.

Em relação aos aspectos educacionais, existe somente uma escola na região, onde são ministrados o ensino fundamental e o médio, instalado em 2004. Antes disso, para terem acesso ao ensino médio os membros da comunidade deveriam se deslocar para o município de Salva Terra. No turno da noite, o deslocamento diário dos alunos era realizado pelo transporte da prefeitura, um ônibus “velho”⁵, que apresentava problemas freqüentes de funcionamento e constantemente fora de operação exigindo reparos freqüentes permanentes.

Em conseqüência os alunos tinham dificuldades para ter uma freqüência regular às aulas, pois, quando o veículo apresentava problemas só restavam duas alternativas: ausência na escola ou a realização de coletas para o reparo ou para gasolina, tendo em vista a alegação

⁵ Adjetivo utilizado pelos estudantes e seus pais

de falta de recursos da prefeitura⁶. Esta situação precária do transporte escolar foi uma das principais motivações que levou os antigos alunos, seus pais e outros membros dessa comunidade a pedir a instalação do ensino médio em Retiro Grande.

O fornecimento de energia elétrica na localidade até 2007 era precário ou quase inexistente para a maioria dos moradores das duas comunidades, a única iluminação que obtinham no local era adquirida através do motor a diesel, o que atendia somente aos moradores de maior poder aquisitivo “os ricos” (como eram considerados pelos moradores) que geralmente eram os donos de bar, padaria e açougue quem possuíam condições de ter o motor gerador e, essas pessoas cobravam para fornecer diesel para iluminação aos outras⁷.

Estes moradores ofereciam iluminação àqueles que aceitavam e ou podiam colaborar no pagamento do diesel com uma contribuição individual de 20,00 reais mensais, como os outros indivíduos possuíam uma renda mensal que variava em torno de um salário até três salários mínimos, esse valor era alto. Isso impossibilitava a conservação dos alimentos e a produção frutífera, pois assim não havia como congelar a polpa das frutas. Em Jacaretuba não havia acesso à energia elétrica (ninguém tinha gerador) e a distribuição de água tratada, sendo abastecido com poços.

Na situação atual, já se dispõe de energia elétrica desde 2007(outubro), através do projeto luz para todos do governo federal, a partir disso, a comunidade e suas lideranças estão procurando dar continuidade a projetos como a queijaria, cooperativa de frutas que estavam paradas em parte devido à falta de energia. Outra consequência foi o aparecimento de bares em toda a região, a ponto de pessoas preferirem montar um bar ao trabalho na agricultura, que não oferece a mesma lucratividade.

A situação de trânsito pela região, também, apresentava-se com problemas. O deslocamento de ida ou saída da localidade só é possível (ainda que precariamente) das seguintes formas: de barco, balsa, ônibus e kombi. Os horários dos dois únicos ônibus que fazem o percurso para as localidades de Cachoeira de Arari e Salva Terra são pela manhã às 5:30 h, de saída, e a noite 18 h, de chegada. Quem se desloca para Belém, deve completar o percurso de barco.

Além disso, acrescentava-se a estes problemas, as condições deploráveis dos meios de transporte em todas as alternativas encontradas, os veículos mais comumente empregados tais como ônibus e kombi estão em péssimo estado de conservação, e, do mesmo modo estão,

⁶ O ônibus é da prefeitura de Cachoeira de Arari doado pelo governo Norte Americano.

⁷ Aposentados e funcionários públicos, por terem renda fixa, podiam pagar para terem acesso a umas 2 a 3 horas de energia.

também, as vias utilizadas para o deslocamento, o que, além de tudo, não estão asfaltadas até o município de Salva-Terra, dificultando extremamente o fluxo na área, principalmente na estação chuvosa.

Os pequenos agricultores em geral estão endividados com o Banco da Amazônia - BASA. Esta situação resultou da implantação (fracassada) de um projeto do FNO para a plantação do abacaxi em um período compreendeu os anos 1995 a 1996. O valor do financiamento variou entre 5.000 a 12.000 reais de acordo com a extensão da área cultivada. Alguns desses agricultores conseguiram renegociar sua dívida em até em 10 anos, com parcelas cujos valores giram em torno de 1000,00 a 1600,00 reais.

Quase todos os moradores dessas comunidades participaram do referido projeto, e segundo os produtores rurais, o fracasso decorreu do fato de todos cultivarem o mesmo produto (o abacaxi) o que levou a um excesso de oferta e, em contrapartida, a uma grande queda nos preços (caiu para 0,06 centavos de real vendidos em Belém na feira do açaí), o que não permitiu uma devida remuneração dos custos de produção. Os agricultores também acusam a falta de apoio técnico dos órgãos competentes (EMATER).

Os itens apresentados acima relacionam alguns dados que em conjunto estabelecem uma configuração geral quanto às condições socioeconômicas compartilhadas por moradores das povoações ou comunidade de Retiro Grande e Jacaretuba. Estes dados são necessários para a análise que é feita neste trabalho na medida em que permitem compreender as bases sobre as quais ocorreram os processos de organização social e envolvimento desses moradores no trabalho comunitário, assim como a mobilização e a participação em projeto de ação coletiva.

Para isso, o estudo apresentado neste capítulo começou com a indicação da localização e caracterização da área onde residem as famílias que compõem os referidos grupos de moradores: o Município de Cachoeira de Arari na Ilha Marajó – Pará. Em seguida tratou-se dos aspectos econômicos, geográficos e populacionais da região; tanto no nível mais amplo do município, como mais especificamente na área dos grupos em questão, no foram considerados o cenário físico e territorial, a estrutura populacional e fundiária.

Por último, foram tratados alguns dos principais elementos das características da organização e das condições socioeconômicas constatadas na região, tanto àquelas específicas a cada grupo de moradores, como as que são comuns a todos. Sob estas bases, foram analisados, comparativamente, o papel da escolarização e o papel do capital social nas atividades de organização e mobilização coletiva e envolvimento sócio-político, que foram empreendidas por estes moradores tendo em vista o enfrentamento destas condições.

Este trabalho exige, antes de qualquer coisa, que seja feito o esclarecimento das categorias conceituais adotadas pela linha de investigação seguida, e a definição da perspectiva analítica empregada para a compreensão da emergência das atividades referidas no parágrafo anterior na comunidade de Retiro Grande. Estas questões são tratadas no Capítulo II deste trabalho, apresentado a seguir.

CAPITULO II - Escolarização e Capital Social em estudos sobre a participação política

2.1 – A participação na perspectiva da política escolarização

Nos estudos e discussões que em geral ocorrem no âmbito acadêmico ou fora dele, seja através dos meios de comunicação ou conduzidos formal ou informalmente em palestras, seminários e/ou outras situações de debate público, que tratam dos fatores que efetivam a participação política e o engajamento em questões públicas, seja em nível nacional, estadual ou local (município, bairro, comunidade), aparece em destaque, de forma recorrente a variável escolarização.

Esta ligação, salvo raríssimas e muito bem qualificadas exceções, como se verá no prosseguimento deste texto, é sempre feita por meio de um princípio de causalidade que estabelece uma relação diretamente proporcional entre os índices em que ambos aparecem. Nesta causalidade, a alteração nos índices de escolarização, a despeito de outros fatores, afeta os níveis de participação política e engajamento em questões públicas de tal modo que a níveis mais elevados do primeiro corresponderiam, diretamente, maiores graus do segundo.

Inversamente, nesta perspectiva, graus menores de escolarização determinariam níveis mais baixos de participação política e engajamento público entre a população. Quanto ao primeiro aspecto desta ligação, isto é, que graus mais altos de escolarização correspondem diretamente a índices maiores de participação e envolvimento político, há uma série de estudos e pesquisas cujos resultados tendem a corroborar esta afirmação, apoiados por uma quantidade significativa de dados e informações por eles gerados.

Nestes estudos, metodologias e análises rigorosas foram empregadas para tratar dos fatores podem contribuir para tornar os indivíduos politicamente ativos e engajados nas questões de ordem pública. Neste sentido, várias questões foram consideradas nos levantamentos iniciais, tais como o papel das instituições macro-nacionais, características individuais (nível micro) tais como os graus de escolarização, e, os chamados, fatores nível médio (meso), particularmente o capital social.

Entre estas questões, duas têm adquirido relativa importância, nos resultados obtidos: a escolarização e o capital social, sendo a primeira a mais destacada quando se trata do desenvolvimento econômico, social e político. Neste aspecto em particular, afirma-se que há um relacionamento positivo entre o nível de escolarização e o da participação política tendo em vista os resultados socioeconômicos e sócio-políticos. Pelo número de pesquisas e levantamentos já realizados, este é considerado um dos mais confiáveis resultados em ciência social empírica.

A força desta ligação entre escolaridade e participação política é sempre enfatizada nos estudos e demonstrações que procuram destacar o papel central que o primeiro ocupa no desenvolvimento do segundo. Este foi o cuidado que Wolfinger e Rosenstone (1980) tiveram

quando procuraram estabelecer, em pesquisa sobre o voto, que o relacionamento entre participação e escolarização é mais que um relacionamento acidental e generalizado entre posição social e engajamento político.

Ao contrário, a escolarização é um uma característica individual, isto é, um aspecto de nível micro, que nos resultados apresentados pelos referidos autores, é o fator mais apto para se tratar das variações no nível relativo de atividade política dentro da maioria das populações. Algumas explicações foram tentadas para o êxito desta ligação, a mais aceita é aquela que afirma que, na medida em que o nível educacional dos indivíduos cresce, aumentam, também, a sua habilidade e os recursos que lhe favorecem níveis mais altos de participação política.

Nesta mesma perspectiva estão os argumentos daqueles que se baseiam na hipótese da racionalidade econômica como recurso explicativo. Autores vinculados a este ponto de vista, afirmam que a escolarização fornece habilidades intelectuais e cognitivas que reduzem os custos da participação. Disto resultaria que maiores níveis de escolarização afetariam a “economia da ação política” produzindo alterações nos incentivos que favoreceriam o engajamento individual (DOWNS, 1957).

Em ponto de vista diverso, mas olhando na mesma direção, há pesquisadores como Rosenberg (1988) que reconhecem que cidadãos bem educados têm maior probabilidade de possuir uma base de conhecimentos que facilitam a compreensão do funcionamento das engrenagens do processo político, dos meandros e mecanismos que envolvem a decisão pública. Neste sentido, eles seriam os mais prováveis a possuírem a habilidade cognitiva que faz mais fácil absorver e processar informação política complexa.

Também nesta perspectiva encontram-se autores como Becker (1964), que tratam a escolarização como a principal geradora dos recursos de capital humano que permitiria um engajamento sem esforços no sistema político. Neste sentido, um estudo conduzido em vilas indianas por Krishna (2002) com indicadores numéricos para determinar o nível de participação política dos seus moradores concluiu que cada ano adicional de educação escolar elevava a pontuação que obtinham sobre estes indicadores.

No Brasil, do mesmo modo desenvolveu-se a perspectiva que atribui um papel preponderante a escolarização na indução aos processos participativos e, estudos e pesquisas similares aos relacionados acima foram realizados. Entre estes, destacou-se, recentemente, um estudo de interpretação dos dados da Pesquisa Social Brasileira – PESB (ALMEIDA, 2007), que apresenta a escolarização como o fator central, a despeito dos demais, no favorecimento a participação política.

Nesta pesquisa, a escolarização tratada tendo em vista a relação entre os níveis de educação escolar formal e a inclinação para o engajamento em questões públicas, na qual os mais altos níveis do primeiro (médio e superior) são positivamente correlacionados com graus mais elevados do segundo, sem correlacionar, contudo, o peso de outras variáveis, que atuando de forma concomitante ou independente da escolarização podem promover a participação política.

Neste estudo, baseado em dados de pesquisa de opinião que procura fazer uma “radiografia” dos valores sociais, políticos e outros que predominam na população brasileira, o autor tratou de vários temas, entre os quais se destacam alguns que estão especificamente relacionados com a questão central deste trabalho. Os temas selecionados, considerados nas categorizações feitas pelo próprio autor, são o patrimonialismo, o fatalismo, o familismo, e aquele que denominou de falta de espírito público.

Segundo o referido autor, cada um destes temas sintetiza opiniões e valores referidos à participação política e ao engajamento nas questões públicas, predominantes na população brasileira. Em todos eles esta referência é de oposição, ou seja, contrapõe-se à perspectiva da participação e do envolvimento, e sua predominância está negativamente correlacionada, segundo a interpretação que o autor em questão faz dos dados coletados, aos níveis de escolarização da população.

Neste sentido, o primeiro dos temas selecionados, o patrimonialismo reúne as opiniões, valores e atitudes dos indivíduos em relação ao espaço público delimitado como algo abrangente, isto é, para “além do que é governo ou governamental” sob dois aspectos: a natureza dos interesses que nele devem prevalecer e a participação na constituição deste espaço, que no geral dizem respeito a questões de associativismo e ação coletiva, e a aquisição e preservação de bens públicos/coletivos, isto é, o interesse pelas questões ou situações que não dizem respeito apenas ou pertencem exclusivamente ao indivíduo.

Nesta questão, os grandes contrastes aparecem, como se poderia esperar, entre os dois extremos da linha de escolarização, isto é, entre aqueles que atingiram o nível superior de educação escolar e os não alfabetizados. Apesar disso, constata o autor, é possível observar-se uma importante inflexão aparece nos dados pesquisados entre aqueles que apresentam apenas o nível fundamental de ensino e os que chegaram até o nível médio de escolarização (ensino médio).

Na verdade, enfatiza o referido autor, no que se refere às atitudes e valores relacionados ao patrimonialismo, as posições mais contrastantes foram observadas entre os detentores destes dois níveis de escolaridade (médio e fundamental). Por

conseqüência, afirma o autor, se for aumentada a escolaridade média da população (ampliação das oportunidades de acesso ao ensino médio formal), esta situação de desinteresse pelas questões público-coletivas será significativamente alterada.

Outro componente dos valores e atitudes que desfavorecem o engajamento e a participação política, tratado pelo referido autor, é o fatalismo, isto é, a crença na existência de um destino para a humanidade, o qual, pelo menos grande parte, está nas mãos de Deus. Desse modo, não haveria espaço para a ação humana (participação), pois, nenhuma intervenção poderia resultar em alteração do “staus quo” (destino). A prevalência do fatalismo varia negativamente em relação ao grau de escolarização, de forma que em sociedades pouco escolarizadas é onde se encontram mais freqüentemente fatalistas avessos à noção de espaço público.

O terceiro tema refere-se à confiança, um aspecto onde o autor destaca o familismo definido como a tendência a se confiar apenas na família e nas relações familiares dentro do amplo espectro de valores e atitudes antipúblicas e anti-sociais acima referidas. Neste caso, a lógica predominante é que somente a família é confiável, o que impõe fortes restrições ao engajamento e envolvimento na vida social e pública mais ampla. Assim, as relações familiares são muito mais importantes que as demais relações.

Uma conseqüência da desconfiança generalizada em pessoas fora do grupo familiar é a forma de organização das atividades produtivas baseadas predominantemente em relações econômicas familiares, principalmente em pequenos negócios, onde particularmente as funções relacionadas à parte financeira só podem ser ocupadas por parentes mesmo que isso signifique perda de eficiência. Acredita-se que esta desvantagem seria compensada pelo ganho de confiança que supostamente se obteria desta forma.

Assim como os outros aspectos anteriormente tratados, este também estaria negativamente correlacionado aos níveis mais altos de escolarização, isto é, conforme a análise apresentada dos dados da referida pesquisa (PESB), pessoas com maiores graus de escolaridade tendem a estender as possibilidades de confiança para além do círculo familiar do que aquelas de menor nível de escolaridade. Estas confiariam muito mais na família, mantendo em relação aos outros, uma atitude de desconfiança.

O último componente relacionado pelo referido autor, que completa, em sua perspectiva neste amplo quadro valores e atitudes desfavorecedoras do engajamento e participação política estaria a falta de espírito público. Esta se caracterizaria pela falta de iniciativa para a solução de problemas que, mesmo requerendo a ação governamental, podem

ser iniciadas por ações coletivas de cidadãos. Assim, se não houver ação governamental, também não há disposição de agir pelos indivíduos.

Quanto a isso o autor ressalva este aspecto dos valores e atitudes anti-públicos e anti-sociais deve ser colocado independentemente das supostas razões que os motivam mesmo porque segundo ele, “em uma situação como a brasileira, em que a sociedade e o estado estão separados de forma muito clara e na qual a sociedade se vê excluída é lógico nutrir sentimentos não republicanos pelo estado” (ALMEIDA, 2007, p.18).

Ao contrário, o que está em questão são as conseqüências deste destas atitudes para o funcionamento da sociedade e o que se pode fazer para modificá-lo, à parte as justificativas que a ele possam ser apresentadas, as do próprio autor ou outras. Para isso, as indicações estariam na própria avaliação dos dados da pesquisa que indicam uma variação negativa em relação ao nível de escolarização, isto é, a falta de espírito público seria muito menor nos nível mais elevado de educação escolar formal.

Em resumo, para o autor em questão, a Pesquisa Social Brasileira (PESB) fornece evidências empíricas que permitem sustentar que, no Brasil, os valores e atitudes relacionados à vida cívica variam negativamente em relação à escolarização considerada em seu grau mais alto (nível superior). Inversamente, para os níveis inferiores predominariam aqueles não compatíveis com a prática democrática com características negativas associadas à falta de participação política e engajamento em questões públicas.

Apesar de considerar, também, o peso de outros fatores nas atitudes cívicas tais como região, faixa etária, capital x interior, gênero, religião e a tradição ibérica, sobre o condicionamento das atitudes e valores tratados, o autor enfatizou a centralidade que a escolarização ocupa na sua configuração. Esta centralidade, deve-se ressaltar, é entendida em seu aspecto quantitativo, isto é, quanto aos graus de escolaridade obtidos aos quais se podem medir por meio da elaboração de indicadores.

Nesta perspectiva, declara “a qualidade da democracia aumenta quando a população é mais escolarizada, mais do que isso, a democracia só é possível em sociedades com níveis mais elevados de escolarização” (ALMEIDA, 2007, p.18). Por conseqüência, o nível de escolarização determina a mudança nos valores sociais: a baixa escolarização está associada a uma perspectiva mais conservadora e, contrariamente, em seu nível mais alto, seria o principal meio de favorecimento de valores mais sociais.

Neste sentido, sendo a escolarização a variável independente fundamental dos processos de mudança social, principalmente no que se refere às atitudes e comportamentos de envolvimento e participação política, a chave das mudanças está, portanto, na ampliação da

educação formal. Para o referido autor, esta mudança será tanto mais rápida, quanto mais for acelerado o ritmo de aumento da escolarização, pois, a velocidade do último determina a progressão em que os valores sociais são alterados.

Portanto, um lento processo de escolarização traria muitas dificuldades para as transformações desejadas, agravadas ainda pelo fato que este processo deveria se completar até em seu nível mais alto (nível superior), pois como observado, é o único que enseja mudanças significativas. Esta característica colocaria uma dificuldade a mais para as possibilidades de modificação deste quadro, pois o déficit de escolarização amplia-se enormemente na população brasileira à medida que se sobe na escala do sistema de ensino.

Contudo, a unanimidade que existe quanto ao papel destacado que a escolarização tem entre os demais fatores considerados indutores da participação política, apresenta pelo menos duas situações que exigem reconsideração: em primeiro lugar, trata-se apenas de sua função de produzir capital humano, contudo, como se verá no próximo item deste capítulo, o papel da escolarização para o engajamento cívico individual não se reduz a esta função.

Por outro lado, não é possível determinar que o baixo nível ou a ausência de escolarização, ou seja, de capital humano, implique necessariamente em baixos níveis de participação política. Neste trabalho, declara-se que a idéia deste “automatismo dualista” (participação/escolarização) resulta de um “certo modo” de interpretação de dados de pesquisa, pois as possibilidades individuais de engajamento e envolvimento público não se restringem a posse de capital humano.

O conhecimento e a expertise, isto é o capital humano individual são inegavelmente importantes aspectos do engajamento dos cidadãos, tal como se observa na literatura acima apresentada, na qual são destacadas importantes evidências nesta direção. Contudo, mesmo nesta situação, outros aspectos precisam ser considerados, tais como a existência de elementos de ligação e de contato entre os indivíduos.

Isto significa que, para se entender corretamente como isso ocorre é preciso ir além e adotar uma perspectiva que considere como os elementos do contexto social estão relacionados com a escolarização. Quando estes são levados em conta, uma das primeiras coisas que se pode observar é que os indivíduos que atingiram os níveis mais altos de escolaridade apresentam maior probabilidade de obterem uma inserção social que aumente sua exposição ou seus contatos com pessoas que também possuem níveis mais altos de educação (HUCKFELDT e SPRAGUE, 1993).

O elemento contextual que se observa neste caso é o das redes de relacionamento pessoais ou o do capital social como se verá no item a seguir. Em segundo lugar, a posse de

capital humano, particularmente aquele que é politicamente relevante como destacado aqui, pode ser fortemente correlacionada com a produção de capital social, ou seja, um processo inverso ao anterior pode ocorrer. Neste sentido, abre-se um espaço para a construção de projetos de participação política que não estão na dependência exclusiva dos níveis de escolarização dos indivíduos (LAKE e HUCKFELDT, 1998).

Assim, a relação que se pode observar entre escolarização e participação política ou, aquela que se acredita existir necessariamente entre elas, não seria uma consequência somente do capital humano que ela produz, mas de outros efeitos que ela pode gerar, particularmente do capital social que por meio dela pode ser acumulado. Porém, se a escolarização apresenta alta probabilidade de ser geradora deste tipo de capital, ela não é sua única fonte como pode ser visto (LAKE e HUCKFELDT, 1998).

O papel da escolarização no desenvolvimento e ampliação da participação e envolvimento sócio-político não estaria tão somente na “expertise” que pode ser gerada a partir do capital humano que através dela os indivíduos podem acumular. Neste caso, trata-se de qual escolarização se está falando, o que exige uma especificação conceitual, pois, como bem se pode observar, há uma perspectiva quanto a esta especificação subjacente ao modo como os autores acima referidos tratam da relação entre escolarização e participação política.

Esta perspectiva deriva da abordagem mais simples da escolarização que a trata apenas como aquisição de graus de educação formal (certificação) ou de anos de ensino no sistema educacional. Esta é uma perspectiva restritiva de caráter conteudista que não encontra respaldo nos autores que estudam o fenômeno, entre eles destaca-se Arroyo (2002), que declara a impossibilidade de dissociar conteúdos prescritivos dos conhecimentos que exprimem a cultura vivida sem esvaziar sua dimensão social e histórica.

Assim, se esta dissociação prevalece, restringe-se a função da escola (ensino escolarizado) ao aprendizado de competências e habilidades funcionais, oficiais e sistematizados. Neste contexto, a aquisição de graus de escolaridade, por si só, já seria garantia de “equidade e cidadania”, sem que se trate das diferenças e desigualdades socioculturais. Neste quadro, as decisões escolares (educacionais) são sempre tomadas de fora do espaço escolar, sem a participação dos atores sociais (ARROYO, 2002).

É uma perspectiva engendrada pela ideologia da igualdade oportunidades que se volta para a questão da desigualdade de formação e de acesso a escolarização como o problema central a ser enfrentado para se chegar a uma sociedade mais igualitária. Novamente trata-se da questão de simplesmente ampliar-se os níveis de escolarização, onde uma vez que a oferta

dos graus formais de ensino seja garantida pela escola, independente das suas condições, o resultado dependeria apenas dos méritos pessoais (PEPITITAT, 1994).

Por outro lado, a análise do papel que o capital social pode desempenhar na questão da participação e do engajamento sócio-político, requer, antes de tudo, que seja feito um esclarecimento de suas perspectivas conceituais e analíticas para um trabalho de investigação, considerando-se o modo como tem sido usado na literatura que o emprega, pelo menos em parte dela, particularmente nas questões que se apresentam de relevantes para este estudo. Este é o assunto tratado no item 2.2 a seguir.

2.2. Comunidade e Capital Social: algumas perspectivas conceituais e analíticas

A partir da segunda metade do século XX, as pesquisas realizadas na área das questões relativas ao desenvolvimento passaram a indicar que o êxito de ações visando modificar as condições de vida comunidades locais estava ligado, entre outras coisas, à capacidade de organização social de seus componentes (compreendida como a superação de problemas de ação coletiva), sendo vista como um recurso cuja disponibilidade dotaria os grupos de um “poder de ação” de benefício comum (OLSON, 1999; GRANOVETTER, 1995; COLEMAN, 1988; PUTNAN, 1996).

Observou-se que as possibilidades de envolvimento dos membros dos grupos comunitários, e outros, em ações coletivas próprias teriam um importante efeito sobre as suas chances de desenvolvimento e mudança social. Estas possibilidades abriram para os pesquisadores novas perspectivas de investigação no estudo de comunidades rurais e urbanas, assim como na análise de políticas públicas, considerando-se, particularmente, a dinâmica das relações entre estado e sociedade.

A partir disso, esta questão tem recebido amplo tratamento analítico e empírico, tendo sido estabelecida em linhas de pesquisa consolidadas, o que, em conseqüência, tem resultado em uma crescente produção acadêmica e, também, de outra natureza, como a das agencias de financiamento e fomento, na referida área, o que se pode constatar no volume da literatura especializada. Nela é possível destacar-se duas perspectivas principais: a lógica da ação coletiva e a teoria do capital social.

A primeira perspectiva foi desenvolvida por Olson (1999), para o qual, entre as principais características da vida social estão os grupos, definidos como conjuntos de indivíduos cuja interação não gera, automaticamente, disposição de agir em busca de benefícios coletivos, o que dependeria de incentivos seletivos. Em consequência, no que se referem a este aspecto, os grupos seriam classificados, segundo o autor, em organizados ou latentes.

Para o referido autor, a possibilidade da organização (cooperação entre os membros) depende do tipo de benefício pretendido (exclusivos ou inclusivos), e do tamanho dos grupos (grandes ou pequenos), sendo favorecida nos pequenos grupos ou quando o benefício visado é de natureza inclusiva. No caso dos grandes grupos e na busca de benefícios exclusivos, as dificuldades de ação coletiva poderiam ser superadas com a adequada mobilização dos interesses individuais de seus membros.

Na segunda perspectiva, se destacam, principalmente, os trabalhos de Bourdieu, Coleman e Putnam, dentre os quais os dois primeiros conceituam o capital social como redes de relações pessoais e o último como uma característica da organização dos grupos sociais. Para Bourdieu (2007), o capital social “é uma consequência das relações sociais que são percebidas pelos envolvidos *in abstracto* e que é, deste modo, passível de ser transformado por eles em outra forma de capital” (BOURDIEU 1998, 2007; RECUERO, 2005).

Para este autor, o capital social constitui-se como um agregado de recursos atuais ou potenciais, vinculados à posse de uma rede duradoura de relações de familiaridade ou reconhecimento mais ou menos institucionalizadas. Neste sentido, o capital social, não se encontra exatamente nos indivíduos, mas inserido em determinadas relações sociais que ele pode estabelecer ou ter acesso em função de possibilidades geradas em decorrência do seu background cultural (BOURDIEU 1998, 2007).

Desse modo, o capital social é algo possuído pelo indivíduo, um recurso pessoal, por meio do qual outros podem ser adquiridos tais como o capital humano, econômico, etc. em benefício próprio. Esta perspectiva de análise é muitas vezes criticada por ter um caráter individualista e instrumental das relações sociais, devido ao fato de por em destaque a capacidade de um indivíduo em contribuir e utilizar os recursos coletivos para seus próprios fins (FLORA, 1998).

Neste trabalho, esta crítica é assimilada de um ponto de vista metodológico, isto é, que a perspectiva do capital social com recurso individual adotada por Bourdieu não é útil para se tratar à questão que nele é colocada: a organização e o envolvimento sócio-político dos moradores de Retiro Grande. A análise desta questão não toma por base o indivíduo, mas o

grupo e, na medida em que se reconhece que capital social destes moradores é um recurso produzido e disponibilizado coletivamente para o benefício comum.

Esta diferença no tratamento da questão remete-nos primeiramente a Putnam, para o qual o capital social é, antes de tudo, o principal recurso de uma comunidade ou grupo para o empreendimento de ações coletivas, isto é, de se obter cooperação social. Assim, ele está, basicamente, ligado à organização coletiva, a práticas de associação em grupos ou comunidades mais do que ao estabelecimento de redes individuais de relacionamentos, ainda que isto não lhe seja incompatível.

Na conceitualização adotada pelo referido autor o capital social resulta (produção e acúmulo) de um conjunto de determinadas características da organização social como confiança, normas de reciprocidade e sistemas de participação – que tornam possíveis ações coordenadas (PUTNAM, 1996). Neste sentido, o capital social pode ser útil tanto para indivíduos quanto para grupos, já levando em conta as relações entre o grupo para a produção desses recursos (RECUERO 2005).

Assinala-se também, outra diferença importante para este trabalho nas definições dos dois autores em questão: para o primeiro, Bourdieu, estando o capital social embutido em redes de relacionamentos, sua acumulação e manutenção dependem de estratégias de investimento, coletivo ou individual. Sem isto, ou seja, sem um esforço de sociabilidade que envolve um dispêndio de tempo, energia e outras formas de capital, os laços sociais tendem a enfraquecer com o tempo, depreciando o capital social de um determinado indivíduo (BOURDIEU, 1986).

Sendo um recurso, o capital social pode ser produzido e acumulado, mas para Putnam este processo não resulta de estratégias de investimento ou custos que implicam outras formas de capital. Para o autor a acumulação e estoque de capital social resultam da própria lógica organizacional que lhes dá origem, na medida em que gerem confiança como resultado de regras de reciprocidade e sistemas de participação. Uma vez que este processo é desencadeado, o capital social torna-se auto-reprodutivo, se generalizando pelo grupo ao ampliar sua organização.

Neste sentido, estabelecem-se círculos virtuosos de organização, participação e engajamento coletivo, pois estas características são mutuamente reforçadoras. Da mesma forma, isto ocorreria também com o seu oposto, isto é, a desconfiança, que uma vez disseminada tenderia a propagar-se por toda a organização coletiva, em um círculo vicioso de reforço mútuo, impondo altos custos para mantê-la, ou mesmo desestruturando-a na prática.

Assim, quanto maiores forem os níveis de participação e engajamento coletivo (cívico), maior será a densidade do tecido social, e esta, por sua vez, sendo tanto maior, resultará em mais possibilidades quanto aos primeiros. Por exemplo, altos níveis de participação em grupos de canto, associações cívicas, associações de serviços funerários, etc., ajudam a resolver problemas coletivos e a gerar mais capital social.

Em geral isso ocorre porque, conforme a perspectiva em questão, interações freqüentes permitem cultivar normas de reciprocidade através das quais os atores tornam-se mais dispostos a ajudar uns aos outros; a coordenação e comunicação, uma vez aperfeiçoadas, facilitam o compartilhamento da informação que aumenta a confiança mútua; o êxito na cooperação encoraja futuros esforços de colaboração em novas áreas.

Contudo, apesar destas especificações quanto à positividade do capital social, considera-se, também, que ele poderia ter um importante lado negativo⁸. Esta possibilidade é sustentada por alguns autores, que apresentam, em sua defesa, exemplos de situações onde este aspecto apareceria, tais como naquelas onde os mesmos laços sociais que capacitariam os membros de uma comunidade para operarem juntos poderiam, ao mesmo tempo, excluir pessoas de fora do grupo (PORTES e SENSENBRENNER, 1993; FUKUYAMA, 1995; PORTES e LANDHOLT, 1996; VARSHNEY, 1998; SCHMIDT, 2004).

Outros exemplos dessa possibilidade são relacionados para sustentar o argumento da existência de um aspecto negativo na acumulação de capital social. Entre estes, aparecem, com um certo destaque, as redes sociais que fornecem às pessoas acesso a mercados através da reputação e repetidas transações. Porém, ao possibilitar este acesso, poderiam excluir novos participantes, da mesma maneira, os grupos que engendram capital social podem também agir como facções exclusivas (COLLIER, 1998).

Nesta linha, fala-se, também, que pressões da comunidade podem ser danosas para indivíduos e normas coletivas aplicáveis não são necessariamente boas para seus membros. Neste caso, enquadrar-se-iam as tradições que, da mesma forma que podem contribuir para um certo dinamismo social, também, podem asfixiar, reprimir o crescimento individual e a criatividade. Para os membros que não as observam podem determinar sanções, extensivas as suas famílias.

Situações como estas ocorreriam, conforme afirmam os defensores deste argumento, em comunidades com muito capital social particularmente quando são organizadas ao longo

⁸ Na literatura que trata do capital social é empregado o termo *downside* para definir a situação onde grupos ou redes isolados, paroquiais ou que operam em propósitos contrários aos interesses coletivos das comunidades, por exemplo, pode-se citar cartéis de drogas, organização/negócio/projeto para corrupção etc.

de linhas étnicas ou religiosas. Comunidades destes tipos constituiriam exemplos típicos de casos de ocorrência das prováveis situações que identificariam o chamado lado negativo do capital social. Nestes casos, estes grupos poderiam ser danosos uns para os outros, assim como para a sociedade mais ampla.

Nestas situações, normas de reciprocidade ficariam restritas a grupos isolados e os níveis de confiança se tornariam confinados. Em consequência, comunidades podem sofrer em informação, reputação e principalmente receita. Intenso capital social, tal como em um grupo familiar pode incorporar normas ineficientes tal como nepotismo ou “familismo” que atrasam o desenvolvimento, assim como gerar elevada capacidade de coordenação e cooperação interna, porém para objetivos nocivos à coletividade.

Neste sentido, um amplo entendimento do capital social assume tanto os aspectos negativos como positivos, ao incluir associações verticais e horizontais entre pessoas, isto é, inclui comportamento dentro (horizontal) e entre (vertical) grupos. Esta visão reconhece que os laços horizontais são necessários para dar à comunidade um senso de identidade e propósitos comuns, mas também enfatiza que sem laços de ligação que transcendam as várias divisões sociais (exemplo: religião, etnicidade, status socioeconômico), pode ocorrer a predominância do aspecto negativo em questão.

Neste trabalho, não se tratou desta controvérsia conceitual e analítica da teoria do capital social, ainda que ela tenha alguma relevância para se estabelecer os termos e os parâmetros do que está sendo analisado. Na análise realizada, partiu-se da perspectiva segundo a qual o capital social constitui-se de laços horizontais (superação dos agregados restritos como os de parentesco) que ao envolver membros de uma coletividade facilitam ações coletivas, que possibilitam entre outras coisas, a participação e o engajamento na busca de benefícios coletivos.

Estas possibilidades, no entanto, requerem o estabelecimento de relações de cooperação da cooperação entre os membros determinada comunidade ou grupo, o que não significa a inexistência ou a eliminação de situações de conflito. Tais situações podem ser geradas por uma diversidade de fatores tais como: interesses opostos, diferenças de opinião ou de concepção quanto a objetivos, estratégias, ou, até mesmo em relação à participação nos benefícios reivindicados e nas ações empreendidas.

Porém, uma vez que as condições para a produção de capital social estejam presentes, as situações de conflito podem ser tratadas pela própria ativação da participação ou pelo encaminhamento de diferentes soluções para o problema de obtenção de benefícios para a coletividade. No primeiro caso, o pressuposto é uma articulação social (que fomenta o capital

social) cujo sentido não é mais do familismo, do clientelismo ou do nepotismo, elementos cujas características tendem a vigorar em soluções alternativas.

As soluções encontradas para a conquista de benefícios por meio de procedimentos participativos resultam em democratização dos processos decisórios com o envolvimento do grupo ou comunidade nas decisões sobre os assuntos que lhe afetam (direta ou indiretamente). Esta possibilidade, por sua vez, pressupõe a capacidade de formulação, definição autônoma do que lhe concerne, assim como, dos processos de implementação, na medida em que implica, também, a configuração de identidades.

As soluções participativas são próprias de processos sociais que envolvem uma determinada capacidade de organização do grupo ou comunidade que facilite as ações coletivas. Os ganhos que resultam de soluções deste tipo quanto à democratização dos processos decisórios, como visto no parágrafo anterior, podem ser observados em outras áreas, nas quais os estudos de capital social também apresentam destaque, as das políticas públicas onde a questão central refere-se a relação entre estado e sociedade.

Nesta dimensão, a referida questão apresenta-se como o problema da formação (origem) do capital social, isto é, das condições que permitem a sua existência. Quanto a isso, duas perspectivas são consideradas: a primeira deriva da própria obra de Putnam, pelo menos da primeira grande referência do autor nesta área e de seus estudos principais, para o qual nem o estado, nem as relações estado e sociedade, possuem papel relevante na formação do capital social (PUTNAM, 1996).

Putnam não reconhece o papel da “coerção de um terceiro”, isto é, do estado ou o leviatã segundo Hobbes, que sendo um soberano neutro, de baixo ou zero custo, seria capaz de impor a norma e criar a vida civil. Para Putnam, o estado ou, em outras palavras, os “mecanismos institucionais, que estejam ‘acima’ ou ‘fora’ das relações sociais entre indivíduos e grupos, que garantam a vigilância, a fiscalização” não preenchem as duas últimas condições fundamentais, ou seja, são onerosos e não possuem neutralidade, portanto não é capaz difundir a confiança necessária para gear a ação coletiva.

Por outro lado, para o autor em questão, a formação e o acúmulo de capital social resulta de um longo processo onde uma determinada comunidade ou grupo optou historicamente pelo desenvolvimento de atividades coletivas de natureza diversa (esportivas, de lazer, produtivas etc.) que permitiram aos seus membros criarem tradições cívicas, isto é, constituírem uma cultura de vida associativa (envolvimento e participação), estabelecida e consolidada ao longo de séculos, tal como na região norte da Itália, longe do estado e suas instituições.

Comunidades assim seriam capazes de interferir na atuação pública, qualificando o papel do estado e suas instituições, conferindo eficiência e eficácia à ação dos governos locais. Esta perspectiva da formação e acúmulo do capital social é bastante criticada por muitos autores que a consideram uma espécie de determinismo cultural, pois populações que historicamente não tenham construído relações sociais geradoras de capital social não terão chances de fazê-lo, pelo menos no curto ou médio prazo (CASTILHOS, 2002).

A perspectiva oposta à visão culturalista e determinista de Putnam, particularmente em suas obras de maior referência, é a do chamado neoinstitucionalismo, uma abordagem que considera centralmente o papel das instituições como variável explicativa no processo político. Nela destacam-se autores como Evans e Fox, para os quais nas sociedades modernas é o Estado quem tem “(...) o principal papel em forjar a ação coletiva, valorizando seu potencial ou aniquilando sua capacidade de ação”. Para eles “A intervenção institucional se torna determinante na aglutinação ou dispersão do capital social” (EVANS e FOX apud ABU-EL-HAJ 1999, p. 72).

Neste sentido, para a abordagem neo-institucionalista, o Estado tem o papel principal de garantir o êxito das ações coletivas e, portanto, tem função primordial na geração (formação e acúmulo) de capital social. Especificamente para os autores citados, sem o estado no exercício de sua proteção ou de coerção não é possível haver capital social, pois apenas pela atuação desta “instituição fundamental” podem-se estabelecer as condições necessárias que para haja a sua fabricação, manutenção ou difusão (CASTILHOS, 2002).

Para Durston, outro autor vinculado a esta perspectiva, a situação dos países latino-americanos seria um exemplo desta condição de dependência institucional existente na origem ou formação do capital social em suas sociedades. Segundo o referido autor, nestes países, a repressão dos estados autoritários, principalmente nos períodos ditatoriais, teve um papel muito mais significativo no represamento do capital social neste continente do que os fatores de ordem cultural (DURSTON apud CASTILHOS, 2002).

Esta controvérsia entre as perspectivas culturalista e institucionalista acerca da origem ou da formação do capital social reveste-se de grande importância analítica, porém não será objeto de maiores considerações, neste trabalho. Contudo, no item seguinte, o último deste capítulo, no qual é apresentado um modelo para a análise deste fenômeno em Retiro Grande, tratar-se-á de estabelecer os elementos teóricos e conceituais que atravessam esta linha de discussão, mas que levam para uma compreensão distinta destas perspectivas.

O importante a destacar-se, por ora, quanto ao papel do capital social nas políticas públicas é o argumento, segundo o qual, as formas de organização coletiva que apresentam os

elementos constitutivos do capital social, podem permitir que seja exercido um controle da sociedade sobre o estado e suas políticas fortalecendo a sociedade civil, melhorando as ações do poder público e democratizando o sistema decisório, podendo gerar uma autonomia relativa, pois a participação é determinante para um “bom governo”.

Nesta perspectiva, a teoria do capital social e a noção mais específica de cultura cívica são muito similares nas suas definições sobre a relação entre valores políticos e a natureza do sistema político. Ambas concordam que práticas cotidianas de comportamento e normas sociais são fundamentais para encorajar a participação individual em assuntos de interesse coletivo. As normas sociais predominantes na sociedade orientariam para padrões de interação que afetariam as percepções individuais acerca do papel dos cidadãos no sistema político.

Se os principais valores e normas sociais mencionados pela perspectiva da cultura política e do capital social fossem listados, confiança interpessoal, tolerância, satisfação com a vida e interesse por assuntos públicos com certeza seriam os integrantes centrais dessa escalação. Dentre estes, os achados acerca da confiança interpessoal em países desenvolvidos têm sido um dos principais pilares de sustentação rigorosa de todo esse modelo teórico.

A generalização da confiança interpessoal produz níveis altos de previsibilidade de comportamentos e de expectativas de reciprocidade entre indivíduos que, presumivelmente, geram incentivos individuais para engajamento em assuntos públicos. A ausência de confiança entre cidadãos, por outro lado, está no cerne da idéia de “cultura política subordinada⁹”, uma situação que quando verificada, revelaria um quadro de dificuldades na formação de capital social e, portanto, de pouca ou baixa capacidade de organização e participação (ALMOND e VERBA, 1981; PUTNAM, 1993).

Esta situação leva à proliferação de fenômenos como o familismo amoral¹⁰ descrito por Banfield (1967) e originalmente adaptado ao caso latino-americano por Reis (1995), assim como à descrição da cultura política brasileira como hobbesiana ou à idéia do salve-se-quem-puder. Em todas essas aplicações do conceito, confiança interpessoal não é generalizada para além da vida pessoal imediata, aquela composta apenas pela família extensa, portanto não extrapola para indivíduos mais afastados.

⁹ Caracterizada por uma aceitação passiva do sistema político, pequena tendência para a comunicação e pouca disposição para participar.

¹⁰ O termo designa uma situação em que a solidariedade social e o sentimento de pertencimento não ultrapassam o ambiente familiar, refere-se, portanto, a um *ethos* que exclui a colaboração fora do círculo restrito da família. Esta noção nasceu de um estudo desse autor sobre a cidade italiana de Montegrano, feito nos anos 50.

A consequência agregada desse padrão motivacional é uma sociedade civil fragilizada, incapaz de controlar o Estado e produzir benefícios coletivos. A implicação deste fenômeno no âmbito das políticas públicas, onde, como visto anteriormente a questão central refere-se a relação entre estado e sociedade, é a formação de comunidades incapazes de interferir na ação pública, qualificando a atuação de suas instituições, conferindo eficiência e eficácia ao seu desempenho (SANTOS 1993 apud RENNÓ, 1997; BARQUERO, 1998).

O círculo vicioso produzido por baixos níveis de confiança interpessoal generalizada completa-se com a proliferação de um sentimento de impotência política individual. Ou seja, indivíduos passam a acreditar que não conseguem interferir na sorte dos assuntos tratados pelo Estado, assumem uma postura passiva quanto à produção de bens sociais e se sentem incapazes de fazer face aos problemas coletivos que os afligem. Em outras palavras, a falta de confiança interpessoal é o berço de uma cultura política autoritária.

O contrário desta situação seria aquela onde se verificaria a difusão da confiança interpessoal entre os membros de uma coletividade (grupos ou comunidades), e como consequência, um processo de acumulação de capital social, o que possibilitaria, entre outras coisas, maior pressão por políticas públicas e por seus resultados. A participação resultante desse processo se constituiria como em um círculo virtuoso, em um elemento fortalecedor das instituições sociais presentes na sociedade civil.

Diversamente, uma participação social e política restrita, devido à forte presença da patronagem e do personalismo, levariam à desconfiança nas instituições públicas, situação que representa um obstáculo para o êxito de programas e políticas de desenvolvimento. Este efeito pode ser atribuído não somente a ausência de capital social, mas, também, ao capital social negativo, isto é, quando altos níveis de confiança estão confinados em coletividades exclusivas, o que traz consequências danosas para a comunidade como um todo.

A perspectiva da participação política, particularmente nos governos locais, ganhou uma dimensão nova a partir dos programas de reforma do estado implementados anos 90, que preconizavam entre outras coisas uma reformulação do papel que o poder público deveria exercer na sociedade. Esta reformulação teve dois direcionamentos, no primeiro voltou-se para a abertura de mercados, desregulamentação e privatizações etc, (TENDLER, 1998). O segundo teve uma direção para:

(...) a eficiência dos serviços públicos, a ser alcançada pela otimização dos recursos humanos e financeiros via o estímulo a competição administrada pelo governo e do que as organizações sociais são um exemplo; (b) efetividade; (c) democratização com o envolvimento da comunidade nas decisões relativas às ações públicas; e (d) descentralização para as esferas

subnacionais das responsabilidades de provisão de infra-estrutura e dos serviços sociais (TENDLER 1999, p. 188).

Este segundo sentido constitui o cenário mais amplo sobre o qual estão situadas as questões tratadas e analisadas neste trabalho, pois ele caracterizou-se pela discussão sobre a questão descentralização e da participação como categorias centrais no tratamento das políticas públicas. Esta discussão tanto no lado do processo político (formulação e implementação de políticas públicas), quanto o da investigação acadêmica, o qual exige a elaboração de modelos analíticos próprios, o que é, neste trabalho, feito no item a seguir.

2.3 - Uma perspectiva de análise para o estudo da comunidade Retiro Grande

O capital social foi introduzido em período relativamente recente na discussão sobre participação política e, desde o início, com a perspectiva de que sua influência seria dominante, comparativamente aos demais fatores, sobre ela. A idéia central é que cidadãos em comunidades cívicas são ou estão mais preparados para agir coletivamente em busca de seus objetivos comuns, e neste sentido, seriam mais capazes de demandar, entre outras coisas, serviços públicos mais efetivos.

A situação oposta seria a das regiões menos cívicas, isto é, daquelas onde se verificam pouco ou nenhum capital social. Neste caso, o contraste com as do tipo anterior estaria em que as últimas apresentariam um quadro de participação política bastante precária ou nem mesmo o teriam. Neste cenário, o contrário do engajamento e envolvimento políticos se manifestaria em uma situação característica de demandantes descrita por Putnam como a de “suplicantes cínicos e alienados” (PUTNAM et al., 1993, p. 182).

Por conseqüência, se cidadãos são participantes cívicos e engajados ou se eles são demandantes cínicos, isto é, alienados e não participantes, depende inteiramente, nesta perspectiva, do nível de disponibilidade de capital social. Por este ponto de vista, o aspecto da escolarização perde a centralidade e a essencialidade quando se trata dos fatores capazes de favorecer a instauração de um quadro de maior participação política entre indivíduos e comunidades.

Nesta abordagem, espera-se que o capital social forneça não apenas os elementos de ligação que possibilitam estabelecer laços entre membros de uma comunidade favorecendo sua ação coletiva, mas também o mecanismo que os direciona para a participação em uma perspectiva democrática. Segundo Krishna (2002), embora a primeira parte desta expectativa

possa derivar diretamente da definição de capital social, ela não autoriza automaticamente a segunda.

Para o referido autor, o capital social não gera automaticamente participação política, ou seja, ele não é por si mesmo, politicamente relevante, mas, fornece a substância, por meio da qual esta participação pode ser desencadeada entre as pessoas. Esta característica pode ser observada em uma das definições mais usuais do capital social que o caracteriza por meio de aspectos da organização social tais como redes, normas e confiança social que facilitam a coordenação e a cooperação para benefício mútuo.

Nesta definição, pode-se deduzir claramente que membros de comunidades com alto capital social apresentam maiores probabilidades para unirem entorno de projetos de ação coletiva do que aqueles com baixo capital social, porém o mesmo não se pode fazer, pelo menos não da mesma maneira, em relação aos fins em direção aos quais a ação coletiva será orientada. Esta definição, portanto, não implica que o capital social será sempre um recurso eficaz para gerar participação política, o que exige alguma qualificação extra.

Neste sentido, se o capital social por si só não oferece esta garantia, e sua efetividade nesta direção exigiria uma qualificação que o capacitasse para isso, a questão seria: que elementos poderiam exercer este papel? Os autores consultados neste item do trabalho apresentam diferentes respostas para esta questão. Na primeira afirma-se que possibilidade do capital social favorecer a participação política, isto é, de torna-se politicamente relevante depende de determinados aspectos de sua estrutura constitutiva.

Para estes autores o diferencial está na existência de comunicação política dentro de uma rede de relações pessoais. Segundo eles, o capital social é criado através de padrões específicos de interdependência e interação social que ocorrem dentro de uma população. Neste sentido, ele é particular a relacionamentos que existem entre membros de um determinado grupo ou população. Quanto a isso, decorre que não pode ser definido tomando-se por base características individuais ou de pertencimento individual a organizações.

A perspectiva aqui é que o capital social não é possuído por indivíduos, ele é, por sua própria natureza, um recurso coletivo. Isto decorre de sua própria formação, pois é produzido através de padrões estruturados de interação social e, assim, suas conseqüências devem ser avaliadas em relação a estes padrões. Além disso, é importante entender as conseqüências destes padrões para se especificar corretamente o relacionamento entre capital humano e participação política, e desta com o envolvimento organizacional.

Neste aspecto, os referidos autores enfatizam que as conseqüências das relações sociais dentro de redes de relacionamentos não são explicáveis apenas pelo capital humano ou

os efeitos do engajamento organizacional formal. Ao contrário, observam, as especificidades de estabelecimento de redes sociais através das quais os indivíduos são mobilizados, isto é, aquelas relacionadas à criação e manutenção de capital social vão além dessas duas variáveis.

Estas possibilidades resultam da variedade dos contextos e ambientes onde há emergência de capital social, e desse modo, sua relevância só pode ser compreendida com referência as tais especificidades. O resultado deste processo é o produto de uma interação social regular e recorrente e, neste sentido, é mais do que conhecimento ou habilidade individual, mesmo que a produção de expertise individual possa ser uma conseqüência individual primária da presença de capital social dentro de uma rede de relacionamento (COLEMAN. 1988).

Esta característica é muito importante e determina outro aspecto fundamental, o capital social não é intercambiável, isto é, sua validade refere-se ao contexto no qual foi produzido, fora dele não teria aplicação. Assim, por exemplo, o capital social desenvolvido em uma vizinhança pode ser útil para resolver problemas locais imediatos dos vizinhos de uma comunidade, mas não para o engajamento político.

Com isso, os referidos autores procuram enfatizar o papel das particularidades contextuais na qualificação do capital social, na medida em que, a produção deste recurso em uma coletividade é facilitada por estruturas sociais diversas tais como associações voluntárias, o lugar de trabalho, assim como pertencimento a organizações. Esta variedade quanto à origem determinaria a variedade quanto à natureza das redes sociais, assim como sua funcionalidade.

Neste sentido, são estas particularidades contextuais que irão determinar a relevância política do capital social, assim os autores também sustentam a tese segundo a qual nem todo capital social é politicamente relevante, mas somente aquele que tem origem em um contexto de específico. Na abordagem adotada pelos os referidos autores, o capital social torna-se politicamente relevante quando ele propicia a comunicação política dentro de uma rede de relacionamentos.

Nesta perspectiva, o conceito mais adequado é aquele formulado por Coleman (1988) que argumenta que o capital social é realizado através de redes de comunicação política, através das quais aumenta-se a probabilidade que indivíduos sejam politicamente engajados. Este conceito pode ajudar a explicar porque cidadãos participam da política quando é aparentemente irracional para o individuo faze-lo (DOWNS, 1957).

Desse modo, a perspectiva permite superar os dilemas de participação individual que surgem em outras abordagens, principalmente a do capital humano, mesmo porque, a posse

deste capital está, em alguns ambientes, positivamente correlacionada com a produção de capital social. Dessa forma, uma separação analítica entre os dois pode evitar uma super ênfase sobre atributos de natureza pessoal ou individual dos cidadãos, o que levaria para um modelo atomístico de cidadania.

Para Lake e Huckfeld (1998) as redes sociais podem fornecer incentivos para o engajamento cívico e, a habilidade que as pessoas adquirem por meio da sua interação nos vários padrões e tipos destas redes pode ter importantes conseqüências participatórias. Nesta perspectiva, o capital social politicamente relevante, é gerado em redes de relacionamentos pessoais e, desse modo, ele é um sub-produto (um derivado) de interações sociais que são possibilitadas por meio delas.

O capital social politicamente relevante é aquele que facilita o engajamento político. É um tipo específico de capital social cujo principal efeito é o aumento da probabilidade do engajamento individual na atividade política. Sua formação e acumulação habilitam os cidadãos a tornarem-se engajados de formas e modos diversos que de outra maneira não poderiam fazer (tal como nas situações de ausência ou de baixa escolarização, conforme tratado no primeiro item deste capítulo).

Assim, em resumo, destaca-se que o capital social politicamente relevante é criado como conseqüência da interação política dentro de redes específicas de relacionamentos sociais e, neste sentido, é um sub-produto de interações com cidadãos debatedores (comunicação política). A premissa lógica desta perspectiva é que o simples aumento nos níveis desse capital social, isto é, na extensão das interações e relacionamentos, amplia a probabilidade que cidadãos sejam politicamente engajados.

Neste sentido, se há um tipo específico de capital social que se torna politicamente relevante, isto implica a existência daquele que não pode adquirir esta qualificação. Como exemplificação deste segundo tipo, os referidos autores referem-se a situação em que um grupo de trabalhadores fala exclusivamente sobre esportes em seu tempo de almoço, sua interação poderia muito bem produzir um conjunto de obrigações e expectativas que poderiam ser definidas como capital social.

Neste caso, exceto se estas redes de relacionamento forem capazes de acomodar, além disso, também a discussão e a comunicação política, é improvável que se tornem politicamente relevantes. Nesta perspectiva, o pressuposto claro é que os efeitos do capital social operem independentemente do envolvimento dos indivíduos em organizações formais e, do mesmo modo, independente dos níveis de escolarização que os indivíduos apresentem e de outras medidas de capital humano.

Estes efeitos são produzidos como consequência das dimensões específicas do capital social que criam um ampliado potencial para a relevância política. Estas dimensões, segundo os autores citados, são: o número de indivíduos em uma rede (extensividade), o nível de informação e conhecimento político (expertise) que é regularmente comunicado dentro de uma rede de individual de relações sociais e a frequência da interação política com outras pessoas na rede (LAKE e HUCKFELDT, 1998).

Ao se referirem à primeira dimensão, os autores afirmam que o tamanho das redes aumenta a probabilidade do engajamento político individual, pois aquelas cujo alcance de extensividade ultrapassa os confins de pequenas, ainda que facções coesas ou irmandades tendam a expor indivíduos a um clima de opinião maior e mais heterogêneo. Em outros termos, quanto maiores são as redes de relações sociais, também maiores serão as probabilidades de contato político e, portanto, da participação (LAKE e HUCKFELDT, 1998).

O mesmo ocorre com a segunda dimensão aqui especificada: o nível de informação e conhecimento político (expertise) que é regularmente comunicado dentro de uma rede de relações sociais. Quando mais alto ele se apresenta, maior também é a probabilidade do envolvimento e engajamento individual e, similarmente, quanto mais alta for a frequência da interação política, crescem as chances da participação. Os autores destacam que cada uma destas dimensões tem um efeito próprio no sobe o nível de engajamento individual.

Para o terceiro autor aqui tratado Krishna (2002) o capital social importa na participação política e seus efeitos são orientados e ampliados para este objetivo, quando agentes mediadores capazes, aptos, competentes para isso estão também disponíveis na organização coletiva. Segundo o autor, tais agentes podem ajudar indivíduos e comunidades a se conectarem com o processo de decisão pública, colocando a ação coletiva na direção de uma perspectiva mais participativa.

Nesta perspectiva o autor questiona aquilo que para outros parece pacífico isto é, o que assegura que comunidades com capital social dirigiram, necessariamente, suas energias coletivas para a participação em atividades democráticas? Porque, colocando a problemática em outros termos, a existência de capital social elevado, não resulta, em vez disso, em renúncia a participação, sendo a ação coletiva, neste caso, dirigida para um crescente apoio a alianças antidemocráticas?

Estes questionamentos baseiam-se na perspectiva de que há custos na participação política e que este envolvimento requer dos indivíduos, pelo menos, tempo disponível para o engajamento cívico. Estes custos são tratados como desincentivos para a decisão de participar,

o que, além do mais, são obstáculos para a própria ação coletiva. Nesta perspectiva, o autor continua em seu questionamento, o que assegura, então, que a participação na política (de qualquer tipo) será atrativa em primeiro lugar?

Para início de análise, o autor declara que a automaticidade assumida no argumento do capital social, segundo a qual, a disponibilidade de altos níveis deste recurso entre indivíduos ou em comunidades conduz diretamente para maiores níveis de participação política, não está analiticamente ou conceitualmente especificada. Mais do que isso, mesmo as situações de baixa ou nenhuma participação não podem ser derivadas diretamente do capital social existente.

Isso quer dizer que em qualquer nível que se encontre a participação política, sua atribuição à existência de capital social depende de um elemento qualificador específico, neste caso, a atuação de agentes mediadores capazes de colocá-lo nesta direção. A natureza deste agente determinará se esta conexão será alta, baixa ou mesmo se não haverá conexão, isto é, a natureza do agente pode mesmo eliminar qualquer possibilidade de o capital social vir a ser politicamente relevante.

Segundo o autor, este foi o caso do partido nazista tal como observado no estudo de Berman (1997a, 1997b) que descobriu na Alemanha desta época uma densa rede de organizações da sociedade civil que se tornou o ambiente ideal a sua rápida ascensão ao poder. Assim, sem a “rica rede associativa” então existente naquela sociedade, os nazistas não teriam conseguido atrair uma parte tão significativa do eleitorado alemão, quanto o obtiveram, de forma tão rápida e eficiente.

Neste sentido, o partido nazista se mostrou um agente eficaz e competente para envolver o capital social, disponível sociedade alemã da época, na lógica e nos objetivos de sua ação, dirigindo a ação coletiva para um crescente apoio a uma perspectiva antidemocrática da organização do estado e da decisão pública. Esta perspectiva implicou em renúncia à participação política por parte dos membros dessas redes associativas, levando a neutralização da efetividade política de seu capital social.

Neste caso, a natureza do agente mediador - o partido nazista - resultou em converter alto capital social, através da orientação e mediação da ação coletiva, para apoio às atividades não democráticas, conformando-a para submeter à sociedade em um sistema político totalitário. Como se pode observar, a natureza do agente mediador foi o elemento diferencial ao estabelecer a direção que a ação coletiva seguiu naquele momento, qualificando assim, o capital social quando a sua relevância política.

A natureza do agente pode influenciar decisivamente a direção da ação coletiva e, neste sentido, o capital social por si mesmo, seria um multiplicador neutro, conforme sugere o autor supracitado. Assim, mesmo sendo necessário para a participação, ele não é suficiente, pois não a favorece, nem tão pouco é um obstáculo para tal. Mas se ele pode: fortalecer, enfraquecer ou não alterar o “status quo” da participação política, depende, nesta visão, da natureza e capacidade da agência de mediação ou agente mediador.

Dessa forma, o autor dirige uma crítica a perspectiva original do capital social, segundo a qual, ele se traduz diretamente em níveis mais altos de participação política provendo não só ligação entre os indivíduos, aumentando com isso sua coesão social, como também, um mecanismo de direcionamento da ação coletiva num sentido participativa. Assim, o capital social seria ele próprio um sinônimo de democracia e, se poderia distinguir o teor democrático de um sistema decisório pela simples presença deste recurso.

Contrariamente, para a perspectiva de agência, isto é, que é necessário o acréscimo uma agência ou agente competente para estabelecer qual o direcionamento que a ação coletiva tomará em relação à participação política, o capital social fornece apenas os recursos que tornam a ação coletiva possível. Assim, a existência de capital social, mesmo em níveis elevados não significa democracia ou democratização nos processos decisórios, esta não emerge necessariamente daquele, a menos que seja ele seja qualificado para isso.

Diferentes tipos de agente ajudam a estabelecer conexões entre cidadãos e o estado em diferentes contextos culturais e institucionais, conforme o tipo de mediação que fazem. Esta qualificação ou adequação tem sido tradicionalmente, realizada pelos partidos políticos, na medida em que provêm os membros de uma comunidade com relevante informação sobre as atividades de estado e por atuarem como um canal para a decisão governamental torna-se importantes agentes de mediação.

Contudo, onde os partidos são fracos argumenta-se que a capacidade de grupos comunitários “para fazer demandas efetivas e sancionar a ação governamental pode permanecer limitada” (LEVI, 1996, p. 49). Em um contexto como este, são requeridas formas alternativas de agência para empreender a mediação. Esta é a situação em vilas indianas, onde pesquisas realizadas por Krishna (2002) em revelaram que agentes independentes têm surgido para preencher este *vacuum* institucional.

O que o pesquisador observou foi que a capacidade de agência multiplica os efeitos do capital social, e a participação política foi mais alta nas vilas onde estes fatores estavam disponíveis. Assim, capital social elevado e o surgimento de novos líderes locais (competentes) podem ajudar no aumento da participação dos cidadãos na democracia. A

liderança local é apenas uma dos exemplos, outras formas de agencia podem se destacar em outros contextos culturais e institucionais (KRISHNA, 2002).

Assim, nos grupos mais coesos, seus membros podem identificar facilmente quem cumpre com as expectativas do grupo e com isso, podem melhor monitorar (coordenar) e motivar seus membros. Se a esta coesão for acrescentado, a atuação de agentes de mediação competentes, sua ação coletiva poderá ser direcionada para derivar vantagens reais para seus membros. Por consequência, tais membros deveram ser mais engajados e participativos relativamente àqueles onde este quadro está ausente.

É neste sentido, que foi destacado o papel do capital social como recurso analítico para entender-se (assim como para fomentá-la) a questão da participação política em contexto de pouca ou inexistente escolarização. Esta é a direção tomada na análise que se desenvolveu neste trabalho, e para delimitá-la, o estudo apresentado neste capítulo começou por tratar da participação política na perspectiva da escolarização onde foram considerados alguns de seus problemas e insuficiências.

Em seguida foram apresentadas algumas definições de capital social e tratados os pontos de partida para o seu emprego analítico, com o objetivo de estabelecer elementos conceituais básicos referentes aos aspectos aqui tratados desta questão. Por último, foi delimitada, a partir deste contexto, uma perspectiva de análise para o estudo realizado neste trabalho onde foram consideradas as condições em que a abordagem do capital social pode ser empregada para examinar questões do envolvimento e participação sócio-política.

Quanto a isso constatou-se na literatura examinada neste item do trabalho, que o capital social não é por si mesmo politicamente relevante, isto é, que sua existência, ainda que em altos níveis, não é uma garantia de mobilização sócio-política, e que, algumas condições precisam estar presentes para que ele possa apresentar esta qualificação. Para considerar esta questão, verificaram-se duas perspectivas pelas quais esta possibilidade pode manifestar-se: a natureza de uma agencia mediadora ou a natureza das redes de relacionamento constituídas.

Neste sentido, propõe-se que a primeira perspectiva é a mais adequada para explicar o de processos de organização, de mobilização e envolvimento comunitário, de engajamento e participação sócio-política entre os moradores que residem na área de Retiro Grande: os que levam o seu nome e os de Jacaretuba. Esta proposição resulta da hipótese aqui defendida que tais processos tiveram como elemento desencadeador à atuação de uma “agência mediadora competente”. Esta questão é o foco da análise do Capítulo III

CAPÍTULO III - Escolarização, capital social e participação política em Retiro Grande

Os processos de participação e envolvimento comunitário que foram observados na área de Retiro Grande estavam relacionados ao desenvolvimento de formas de trabalho associativo realizado por meio da mobilização de alguns de seus moradores em torno de empreendimentos locais cujo objetivo era o de fazer produzirem, na própria coletividade, recursos que gerassem benefícios para todos os seus membros (comuns) tendo em vista superarem os problemas, dificuldades e carências que enfrentavam.

Recursos desta natureza constituem o que se denomina na teoria do capital de bens coletivos, isto é, aqueles em que todos os membros de uma comunidade participam da sua produção e dos seus resultados. São destinados ao uso comum e sua produção ocorre para atender a uma demanda ou carência da coletividade. No caso de Retiro Grande, o trabalho associativo foi empreendido pelos moradores tendo em vista a geração de dois tipos de benefícios (recursos) coletivos: serviços e produtos.

A mobilização e organização dos moradores dessa comunidade, pelas quais nela foram desenvolvidas as diversas atividades que constituíram estes empreendimentos, implicavam a disponibilização destes indivíduos para ação coletiva necessária a sua realização. Esta disponibilidade foi efetivamente apresentada por uma parte destes moradores que, a partir disso, engajaram-se no trabalho associativo necessário para a produção dos bens coletivos requisitados, contudo, outra parte não se disponibilizou para isso.

Considerando-se que os problemas, dificuldades e carências que estavam subjacentes a estes processos afetavam a todos de forma indistinta, surgiu a questão de se saber por que apenas parte desses moradores se disponibilizaram para o envolvimento comunitário necessário ao trabalho associativo? O que favoreceu ou facilitou esta disponibilização para

alguns e não para outros, que não se envolveram, mesmo, considerando-se que todos seriam beneficiados pelos resultados da ação coletiva?

A hipótese assumida neste trabalho, que responde ambas as questões, é que a ausência de escolarização não significa necessariamente imobilismo ou incapacidade de organização e ação coletiva nos indivíduos se estes foram dotados de um capital social politicamente relevante. Esta hipótese foi verificada na comunidade de Retiro Grande assim como o papel da escolarização cuja situação entre os moradores foi analisada antes e depois a implantação da escola na localidade, assim como suas influências sobre as dinâmicas associativas e participativas.

Desse modo, os dados obtidos por meio da pesquisa de campo feita em Retiro Grande foram analisados, nos quais se investigou a presença do capital social e da escolarização entre os moradores desta área. No item 3.1 analisaram-se as fontes de capital social nesta comunidade, constituídas pelos fatores de coesão nela encontrados, considerando-se o seu compartilhamento pelos moradores, uma característica crucial para se entender as diferentes respostas destes indivíduos ao envolvimento comunitário.

No item 3.2 fez-se o levantamento do trabalho associativo realizado pelos moradores de Retiro Grande, os processos de mobilização e organização destes indivíduos, os objetivos das atividades coletivas por eles empreendidas, a atuação do agente destes processos: a igreja católica por meio da pastoral da criança e, sua influência para o engajamento e participação sócio-política destes indivíduos. Estes processos ocorreram apenas em parte destes moradores, aqueles cujo envolvimento comunitário deu origem ao chamado grupo da horta.

A formação deste grupo e os resultados das ações coletivas desencadeadas por seus membros (empreendimentos locais e a obtenção de projetos de desenvolvimento) provocaram na outra parte dos moradores um movimento de separação e organização que resultou na formação de um segundo grupo: Jacaretuba, cujo estabelecimento foi analisado no item 3.3. Estas dinâmicas associativas (organizacional) e participativas foram confrontadas, por outro lado, com a situação de escolarização da comunidade.

Na análise desta situação, procurou-se verificar como a escolarização se apresentava entre os moradores, relacionado-a com a dinâmica de formação de ambos os grupos. Mais adiante, tratou-se da implantação da escola na comunidade: suas possíveis influências sobre os processos organizativos e participativos de seus moradores. Finalmente, considerou-se de forma comparativa qual a efetividade de ambos os parâmetros sobre o engajamento e o envolvimento sócio-político em Retiro Grande.

3.1 - As fontes de capital social em Retiro Grande: os fatores de coesão

Um importante ponto de partida, teórico e empírico, deste trabalho é a perspectiva de que a formação e acumulação de capital social nos diversos grupos podem ter fontes e origens diversas, a despeito das controvérsias em torno desta questão suscitadas pelo trabalho de Putnam (1996) sobre a Itália. Estas controvérsias não foram objeto de tratamento neste estudo, pois, além de não ser este o seu objetivo, esta discussão exigiria outro tipo de pesquisa que ultrapassaria os atuais limites de análise.

A pesar disso, é relativamente pacífico entre os analistas que as fontes de capital social são constituídas, em geral, pelas associações livremente estabelecidas nas comunidades por indivíduos com valores e objetivos comuns como “o time de futebol, o grupo de jovens, o grupo folclórico, o grupo de teatro, os grupos religiosos, as associações de moradores (urbanas e rurais), os sindicatos, os grupos de ação voluntária, as cooperativas de serviços ou produtivas” (idem), aos quais outros podem ser agregados.

Adotou-se neste trabalho a perspectiva segundo a qual os grupos sociais constituem-se de indivíduos unidos por fatores que fomentam a coesão tais como objetivos e valores compartilhados, além de outros, que podem se constituir como fontes de capital social. Na comunidade de Retiro Grande, pôde-se verificar, na convivência de alguns de seus moradores, a existência destes fatores que, além do mais, tiveram um papel destacado no envolvimento comunitário manifestado no trabalho associativo.

Estas fontes de capital social foram constituídas a partir do modo como estes fatores de coesão emergiram nesta comunidade, isto é, pela variação em seus aspectos, o que está na origem da divisão que ocorreu entre os seus moradores. Em conseqüência, o tipo e natureza destas fontes derivaram diretamente das características apresentadas por estes fatores entre os residentes de Retiro Grande consignados neste estudo comportando, assim, diferentes formas e graus envolvimento comunitário.

Estas características variaram quanto ao maior ou menor nível de agregação que possibilitaram entre os membros dessa comunidade e, com isso, definem as condições de formação do capital social. Esta relação se estabeleceu em termos diretamente proporcionais, de modo que, a existência de condições mais favoráveis a sua formação foi tanto maiores quanto mais intensos forem os efeitos de agregação produzidos pelos fatores de coesão, o que estabeleceu graus diversos quanto às possibilidades da ação coletiva.

Nos grupos estudados na área de Retiro Grande, estão presentes diversos fatores de coesão social, nos quais podem ser observadas estas diferenças quanto aos graus de agregação

e envolvimento comunitário que possibilitam. Alguns desses fatores são comuns a todos e outros são específicos a cada um dos grupos em questão, isto é, há aqueles que são próprios aos moradores ligados ao grupo da horta, os quais são diferentes ou não estão presentes entre os que são vinculados a Jacaretuba.

Quanto ao primeiro grupo, encontram-se, principalmente, as semelhanças no modo de vida dos seus moradores (XIMENES, 2002), que foram constatadas na organização das atividades produtivas que são estruturadas em formações comuns e realizadas coletivamente pelas famílias que constituem esta população. Em geral estas atividades giram em torno da criação de animais de pequeno porte, da prática de cultivos consorciados, de atividades de pesca e de caça, do extrativismo vegetal, etc.

Além das características das atividades produtivas, existem outras semelhanças no modo de vida das famílias de Retiro Grande ligadas ao grupo da horta, entre as quais destaca-se a religiosidade baseada na confissão católica. Este é um importante aspecto, pois o catolicismo é um valor compartilhado pela comunidade e, a igreja católica é um agente de coesão social, na medida em que, estimula os membros da coletividade a se associarem para resolverem os problemas que afetam a todos (comuns).

Quanto a isso, o papel que os valores religiosos compartilhados desempenham entre os membros deste grupo como fatores de coesão social, é exercido na medida em que difundem um envolvimento comunitário mais amplo. Isto ocorre quando os moradores ligados ao referido grupo, ao participam de organizações da Igreja Católica, como a Comissão Pastoral da Criança e a Comissão Pastoral da Terra, sofrem influências quanto à organização das famílias, assim como no estabelecimento laços sociais mais amplos.

As semelhanças no modo de vida desses moradores resultam também do compartilhamento das condições socioeconômicas tais como nível de renda familiar e de escolaridade, padrões construtivos de residência, o mesmo tamanho de área possuída pelas famílias (2,5 hectares), o baixo nível tecnológico dos processos de trabalho que, em geral, emprega energia física humana e animal em todas as suas etapas e outros que, somados aos demais, contribuem para gerar vínculos horizontais de solidariedade.

Ainda no que se refere aos aspectos das condições socioeconômicas compartilhadas por estes indivíduos, descobriu-se em pesquisa já realizada na área de Retiro Grande, que para as famílias dos moradores ligados ao grupo da horta, a luta para “conseguir uma área para ser trabalhada em regime de propriedade comum era o maior fator de coesão social de onze famílias, aproximadamente 50 pessoas, na comunidade Retiro Grande” (XIMENES, 2002: p 06).

Para esta realização houve uma dupla exigência de envolvimento comunitário: a primeira foi àquela necessária para a própria luta que foi travada para a conquista de uma área para o cultivo, o que requereu mobilização e organização coletiva. A segunda foi para a efetivação do regime de propriedade que implicou o desenvolvimento de atividades comuns exercidas de forma coletiva, isto é, do trabalho de todos na produção comunitária, o que refletiu e consolidou a existência de objetivos compartilhados, fator de agregação e coesão social.

Estes fatores de coesão intensificaram as relações sociais entre os indivíduos na medida em que aumentaram a regularidade e a consistência dos seus contatos e, com isso, ampliaram o envolvimento comunitário, tornando-se, portanto, fontes de um capital social que se manifestou na capacidade de organização que geraram, que se mostrou efetiva para além do seu cotidiano. Esta capacidade lhes permitiu, entre outras coisas, a aquisição de bens coletivos junto ao poder municipal como uma área (50mx50m), que passou a ser propriedade comum do grupo.

Assim, as semelhanças nos modos e condições de vida, as formas de aquisição e de trabalho na terra (o regime de propriedade comunal), as atividades comuns exercidas coletivamente e os valores religiosos compartilhados, foram importantes fatores de coesão para os moradores da área de Retiro Grande, particularmente para aqueles que, na divisão da comunidade passaram a se identificar com o grupo da horta, o que ao conferir-lhes maiores graus de agregação social constituíram-se em suas fontes de capital social.

Contudo, como visto antes, o capital social pode excluir quando valores importantes não são compartilhados. Neste sentido, pode-se dizer que se estes fatores não são os mesmos entre os membros de uma coletividade, abre-se uma possibilidade de que ela se divida em de diferentes grupos. Foi o que ocorreu na área de Retiro Grande quando surgiram os dois grupos tratados neste trabalho, onde fatores de coesão específicos (fortes) a alguns residentes suplantaram aqueles comuns (fracos) a todos.

Alguns desses fatores são comuns a todos os moradores e outros são específicos a cada um dos grupos em questão. O parentesco é um fator específico (fraco) de Jacaretuba pois não é relevante como fatores de coesão entre os moradores ligados ao grupo da horta e os fatores comuns.

Nesta distinção, os moradores relacionados ao grupo de Jacaretuba apresentavam fatores de coesão fracos, baseados, principalmente, nos laços de parentesco, sendo suas terras recebidas de herança e não obtidas coletivamente. Também não possuíam valores religiosos, compartilhados, caracterizando-se quanto a isso por divergências internas, alguns seguiam os

ensinamentos da Igreja Evangélica e outros os da Igreja Católica, o que resultava em não se constituir como um fator forte de coesão social.

Além da falta de valores compartilhados, observou-se entre estes moradores, pouca inclinação para o trabalho coletivo e cooperativo com o restante da comunidade, pois (em decorrência do parentesco como fator de associação) davam preferência para arranjos familiares nas atividades produtivas, o que revela, também, que inexistiam objetivos compartilhados. Neste conjunto de características não-associativas, verificou-se que o interesse pela ação coletiva da comunidade manifestava-se apenas quando esta atendia a perspectivas particularistas.

Estas características pouco comunitárias deste grupo de moradores atraíram indivíduos que se instalaram em Retiro Grande com as mesmas perspectivas, aumentando a sua proporção. A consequência deste padrão de não compartilhamento de valores e objetivos nesta parte da comunidade foi a generalização entre os moradores a ela vinculados e aqueles ligados ao grupo da horta, de uma desconfiança quando as possibilidades de ambos se envolverem em ações e projetos em benefício de todos.

O resultado deste “estranhamento” entre os moradores foi a (previsível) formação de um grupo a parte que, contudo, não apresentou níveis elevados de coesão social, sendo as ligações entre seus membros baseadas, predominantemente, em laços de parentesco. Não se observaram entre eles outros fatores de coesão social que criassem ligações além dos laços familiares, exceto pelo desejo de se afastarem daqueles ligados ao grupo da horta criando seu próprio agrupamento. Desse modo, a separação foi sua ação coletiva.

Porém, não tendo havido fatores de coesão que lhes permitissem transcender os estreitos vínculos familiares, para abranger um nível maior de agregação, tais como o exercício coletivo de atividades comuns e os valores religiosos compartilhados, etc, que estiveram presentes na organização e mobilização do chamado grupo da horta, não houve possibilidades de maiores níveis de envolvimento comunitário entre aqueles que se reuniram no agrupamento Jacaretuba, e, desse modo, ação coletiva da separação não criou coesão entre eles.

A teoria do capital social aponta para a precariedade do laço familiar quanto à possibilidade de gerar coesão social entre membros de uma comunidade, e, na ausência ou fragilidade de outros fatores que possam produzi-la, há poucas condições para que estes indivíduos possam unir-se em torno de empreendimentos comuns. Esta situação implica a prevalência de um padrão vertical nas relações sociais que influenciam a tomada de decisão e as ações que decidem implementar, a fim de superar problemas coletivos.

No caso de Jacaretuba, na ausência ou insuficiência dos fatores de coesão, os conflitos de interesse e de perspectivas dificultaram a cooperação horizontal entre os indivíduos e em consequência, eram pequenas as possibilidades para a busca de soluções coletivas para os problemas comuns. Foi constatado, também, entre estes moradores, pouca participação em sindicatos, associações e no envolvimento comunitário, que ocorria apenas quando representava a oportunidade realizar algum interesse ou objetivo particular ou individual.

Assim, a variação nos fatores de coesão social (fortes e fracos) entre estes moradores teve consequências sobre o tipo e a natureza das fontes de capital social que se formaram entre eles, que resultaram das diferenças nas possibilidades de agregação geradas por esses fatores. Estas diferenças produziram entre eles uma assimetria na acumulação deste recurso, pois na parte onde se verificou a emergência de fatores de coesão (fontes), ocorreu a acumulação de capital social, o que não foi possível entre aqueles que não puderam dotar-se deles.

Desse modo, a formação do grupo Jacaretuba entre os moradores da área de Retiro Grande confirma a hipótese de que o acúmulo de capital social entre determinados indivíduos pode excluir ainda que de forma não intencional aqueles que não compartilham de seus fatores. Esta consequência pode resultar de uma ação discriminatória ou de um afastamento em decorrência da desconfiança da parte mais coesa. No item 3.3, estas questões foram analisadas na formação do referido grupo na área estudada.

Por ora, trata-se do que ocorreu na parte mais coesa desses indivíduos, isto é, no chamado grupo da horta, onde houve a acumulação de um capital social que permitiu o aumento de sua capacidade organizacional e de participação sócio-política. Contudo, como visto no referencial analítico deste trabalho, esta possibilidade precisa ser construída, o que requer intervenção para que seja efetiva, pois, o capital social não funciona para este propósito se não for devidamente estimulado.

Assim, esta possibilidade precisa ser induzida na comunidade, isso significa introduzir mudanças na sua cultura política através de intervenções que promovam o incentivo à participação dos atores locais na esfera pública, estimulando a cooperação e a conexão horizontal entre as pessoas. De acordo com a perspectiva adotada neste trabalho, este desenvolvimento pode ocorrer, quando existe uma agência mediadora competente, isto é, que pode tornar o capital social politicamente relevante.

A atuação de uma agência mediadora pode ampliar as possibilidades de um capital social local direcionado para fins imediatos, ampliando objetivos e propósitos por meio de processos crescentes de organização, mobilização e envolvimento comunitário que levem ao

engajamento e à participação sócio-política. Esta possibilidade existe na medida em que, quando desenvolvidos, os fatores de coesão podem levar a um maior engajamento, ultrapassando os propósitos para os quais foram originalmente constituídos.

No caso do grupo da horta, seus fatores de coesão social foram às bases sobre as quais se construiu o seu associativismo e sua organização, o que lhe permitiu ter a liderança na implantação de projetos coletivos na área estudada. Esta liderança resultou da mobilização do seu capital social pela igreja católica através da pastoral da criança, cujas características de atuação nesta comunidade de Retiro Grande revelam que exerceu o papel de uma “agência mediadora competente”.

Em conseqüência, os de moradores ligados grupo da horta apresentaram maior dotação de bens comunitários assim como a dianteira nos projetos de desenvolvimento local, como resultado de sua capacidade organização. Esta liderança criou uma defasagem em termos de bens coletivos no grupo de Jacaretuba, cuja impossibilidade de se integrarem aos demais, o que resultou na sua exclusão dos benefícios gerados pelos projetos e empreendimento comunitários levou constituição do grupo de Jacaretuba.

Contudo, a formação deste novo agrupamento não se baseou na união dos indivíduos por meio de fatores de coesão tais como objetivos e valores compartilhados, além de outros, que podem se constituir como fontes de capital social conforme a perspectiva de análise adotada neste trabalho. Desse modo, sua própria condição de grupo ficou comprometida, apresentando por conseqüência do baixo potencial para a ação coletiva, o que não lhe permitiu desenvolver o trabalho associativo, nem a participação sócio-política.

Assim, a exclusão que levou a formação do agrupamento de Jacaretuba não formou um grupo efetivo, mas latente, segundo a perspectiva de Olson (1999). Esta condição correspondeu a uma situação de inexistência de fontes efetivas de capital social, ensejando uma precária organização coletiva. Esta questão foi tratada no item a seguir, onde são analisadas as formas do trabalho associativo desenvolvido na área de Retiro Grande.

3.2 - O trabalho associativo na conquista de bens coletivos

A conquista de bens coletivos pelos moradores de Retiro Grande resultou da organização de ações coletivas orientadas por objetivos compartilhados, fossem para a implantação de empreendimentos comunitários ou para a reivindicação de projetos que permitissem a geração de recursos produtivos na própria localidade, como se verá no decorrer deste texto. Mais uma vez, ressalta-se que estas ações, foram tomadas por aqueles indivíduos

ligados ao chamado grupo da horta, cuja base de atuação foi o trabalho associativo de seus membros.

O trabalho associativo desses moradores foi, portanto, a base de sua ação coletiva e da conquista recursos que beneficiavam a todos, o que deixou os que eram ligados ao grupo de Jacaretuba, em situação inferior. Esta situação resultou, precisamente, da incapacidade desses indivíduos para o trabalho associativo, devido, como visto anteriormente, as suas características de ausência de envolvimento e participação comunitária, resultantes da falta, ou do não compartilhamento, de fatores de coesão social.

No caso do grupo da horta, os fatores de coesão que permitiram o desenvolvimento do trabalho associativo entre seus membros tiveram seus efeitos de agregação na vida comunitária potencializados pela atuação da igreja católica que incentivou a mobilização e organização dessas pessoas. Segundo o relato da líder comunitária I, esta atuação que começou pelo trabalho do Padre que ministrava na localidade neste período, na qual desempenhou um papel de agente indutor da participação, estimulando os moradores a filiarem-se em partidos, sindicatos etc.

O referido padre atuou na área estudada a partir da segunda metade da década de 60 até os últimos anos da década de 80, tendo saído da localidade para fugir das ameaças que sofreu por mediar conflitos na região. Contudo, seu papel foi decisivo para o início da organização dos moradores: tratou de questões de posse da terra, contribuiu para a formação da colônia de pescadores Z40 e para a organização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, para o qual atuou decisivamente incentivando a sindicalização.

Um aspecto importante da atuação deste Padre na organização da vida comunitária em Retiro Grande, e fundamental no desenvolvimento do trabalho associativo dos moradores do grupo da horta, foi o incentivo a formação de lideranças locais. Neste aspecto, agiu no sentido de selecionar indivíduos que, uma vez indicados, eram enviados para o Instituto de Desenvolvimento da Pastoral Regional (IDEPAR) em Belém, onde realizavam cursos de formação específica visando prepara-los para a liderança comunitária na região.

Este processo de formação de lideranças comunitárias era dirigido, também, para pessoas oriundas de outras áreas, em geral ligadas à pastoral e com interesse em ter uma atuação em municípios do interior do estado. Da mesma forma que os demais, ao serem selecionados, estes indivíduos recebiam a indicação para realizarem cursos no IDEPAR, cuja formação política que ministrava se tornou uma espécie de referencia na preparação deste tipo de liderança durante a atuação do referido Padre.

Uma vez que se declarasse concluída esta formação, os egressos eram enviados às áreas de atuação para o início das atividades que lhes eram incumbidas nestas localidades. No caso de Retiro Grande, a atuação das lideranças comunitárias foi crucial no desenvolvimento trabalho associativo necessário aos empreendimentos locais, na medida em que tiveram o papel agentes multiplicadores na mobilização e organização dos moradores desta localidade, ampliando-os no ensejo da participação sócio-política.

Assim, nestes processos, observou-se a centralidade do trabalho associativo dos moradores dessa área que visou, em seu início, a produção local de recursos e serviços que atendessem a algumas das necessidades emergenciais dessa população. A primeira parte deste trabalho mais específico começou com a mobilização de algumas mulheres dessa comunidade, as mães, e visava envolvê-las em atividades de caráter coletivo que produzissem recursos no sentido da geração renda em benefício próprio.

Segundo a líder comunitária II, esta mobilização de mães teve início no ano de 1986, sob a direção da igreja católica, por meio de uma Freira da pastoral, que criou uma espécie de clube informal de mães, o qual funcionou, também, como um tipo de creche ou jardim da infância onde seus filhos eram cuidados enquanto trabalhavam. Neste clube começaram a executar trabalhos manuais tais como os de bordado e crochê, cujos produtos eram postos à venda, sendo a renda dividida entre seus participantes.

Para ser mantido o clube de mães requeria recursos para o custeio de suas atividades, o que foi obtido, parcialmente, com um auxílio da LBA. Porém, este apoio, apesar de necessário não foi suficiente. Para ampliá-lo, a Freira da pastoral resolveu implantar uma padaria, cujo funcionamento exigiu a realização de um curso de fabricação de pães. Além disso, a referida freira comprou o material necessário para o início da produção, cuja renda dividida, foi também, empregada para cobrir custos, como a aquisição de um fogão.

Desse modo, houve uma agregação de valores na atuação do referido clube, ensejada pela diversificação imprimida às suas atividades, o que propiciou, também, qualificação para o trabalho que executavam. O benefício resultante desta diversificação não se residiu apenas na obtenção de mais recursos para a sustentação de suas atividades, pois, mesmo este o seu propósito inicial, gerou também ganhos relativos ao aumento da capacidade organização e de ação coletiva, ultrapassando seus objetivos primários.

A organização do clube de mães em Retiro Grande foi possível na medida em que este esforço de trabalho comunitário reuniu crianças e adultos como modos e condições de vida semelhantes, que compartilhavam os problemas e os desafios do seu cotidiano, assim como os valores religiosos. Em outros termos, estavam ligadas por fatores de coesão que geraram um

capital social específico, o qual, pela mediação de uma agência competente, pode ser empregado para a consecução dos referidos empreendimentos.

Estas características da organização dos moradores dessa comunidade apresentam aspectos que demonstram ser o capital social o recurso (coletivo) que tornou estes empreendimentos possíveis. Primeiro, a mobilização dos indivíduos em ações coletivas propiciadas pelos fatores de coesão, segundo, o direcionamento deste trabalho comunitário para outras instâncias de participação, além de seu objetivo inicial levando a um maior envolvimento comunitário de seus participantes.

Neste sentido, o trabalho associativo do clube de mães funcionou, também, como um meio de agregação social, na medida em que reuniu os indivíduos para o desenvolvimento de atividades comuns que eram exercidas coletivamente. Estas atividades, por sua vez, se constituíram-se em fatores de coesão na área de Retiro Grande, como visto no item anterior, que teve, também, seus efeitos multiplicados, na medida em que este conjunto foi ampliado quando outras foram a ele acrescentadas.

Desse modo, algo que resultou da mobilização do capital social comunitário, veio a constituir-se, por sua vez, em um elemento de fortalecimento da coesão da comunidade e, portanto, de novas fontes para o capital social. A explicação para este fenômeno é encontrada, outra vez, nos referenciais analíticos deste trabalho, quando se estabelece que o uso do capital social promove o acúmulo deste recurso na sociedade, aumentando a sua disponibilidade, quando devidamente mobilizado.

Esta acumulação/ampliação pode ocorrer, também, como consequência não intencionada ou não deliberada de determinadas ações que geram condições para que novas iniciativas de mobilização e organização sejam tomadas. No caso do clube de mães, o trabalho associativo colocou em evidência para os seus participantes, problemas e situações de carência na comunidade e, também, disponibilizou o principal meio a partir do qual pudessem encontrar formas de superá-los.

Este meio era a própria organização dos moradores, já ampliada em sua capacidade, que foi posta em ação para um esforço coletivo que visou fornecer cuidados no trato com as crianças da localidade na creche/jardim. Este trabalho permitiu as mulheres envolvidas no clube de mães terem contato com um dos problemas que afligia as crianças desta comunidade: a desnutrição, que, além do mais, é uma das causas dos altos índices de mortalidade infantil em todo o município de Cachoeira.

Para a superação deste problema, os moradores agiram da mesma maneira como anteriormente o fizeram para a manutenção do clube de mães, isto é, diversificando seus

empreendimentos em novas iniciativas de trabalho associativo. Para isso, foi necessário que realizassem um novo esforço de ação coletiva, o que, evidentemente, exigiu a mobilização de mais capital social desse grupo, algo que foi feito pelo incentivo e forte influência do Padre e da Freira que atuavam no local neste período.

Esta mobilização visou gerar o principal recurso para suprir as carências alimentares das crianças da comunidade: o trabalho associativo. Neste processo, os homens da comunidade já estavam organizados em sindicatos de trabalhadores rurais filiados a CUT e alguns eram simpatizantes do Partido dos Trabalhadores (PT). Esta base organizacional foi, como visto, constituída pela atuação da Igreja, na área de Retiro Grande, a partir dos anos 60, particularmente por meio da pastoral da criança.

Figura 7: salão paroquial e ao lado a Igreja local de nossa senhora de Nazaré



Fonte: própria

Mais adiante, este processo avançou, mais uma vez impulsionado pela igreja, também entre as mulheres, cuja mobilização começou, até onde foi possível reconstituir pela pesquisa realizada para este trabalho, com a organização do clube de mães, um esforço de trabalho coletivo dirigido, inicialmente, para o desenvolvimento de atividades de produção de renda e que, posteriormente, funcionou também para a implantação de uma creche/jardim da infância no acolhimento de crianças enquanto seus pais trabalhavam.

Ilustração 8: a escola municipal (ensino infantil) funcionando no salão paroquial da igreja



Fonte: própria

Neste sentido, graças ao acesso e ao uso igualitário dos recursos, as famílias, lideradas por 04 mulheres, começaram a cultivar uma pequena horta em regime de mutirão ou ajuda mútua, prática tradicional em áreas rurais amazônicas (XIMENES, 2001). O objetivo foi o de combater a desnutrição das famílias, principalmente a das crianças da creche/jardim com consumo de verduras. No desenvolvimento deste trabalho destacou-se, também, a atuação das lideranças comunitárias preparadas no IDEPAR.

Durante o período que a (freira da pastoral da criança) esteve na direção do jardim às crianças tinham merenda e almoço, As crianças até engordavam, era tudo arvontade, tudo, tudo avortado, nescau, pasta de dente, desinfetante, tinha umas 70 crianças (lideres comunitárias II e III, depoimento).

A horta, de caráter comunitário, chamada por eles de horta da pastoral, foi instalada no terreno da igreja em uma área inicial de 10 x 10 m, ao lado da escola, no centro comunitário da pastoral ou salão paroquial, onde hoje funcional a escola municipal de Retiro Grande. A mão de obra empregada foi predominantemente feminina: mulheres que eram mães e, algumas, professoras das crianças da creche/jardim, que incentivadas pela pastoral do menor, iniciaram este trabalho coletivo em 1996.

Nesta horta os moradores realizavam vários tipos de cultivo, entre os quais, principalmente a mandioca, a macaxeira o repolho, o maxixe, o quiabo, além de outras leguminosas e hortaliças. Consensualmente, determinaram que toda a produção seria destinada prioritariamente à merenda das crianças que estudavam na escola da comunidade, e

o excedente seria distribuído pelas famílias, com quantidades variando pela quantidade de dias dedicados ao trabalho na horta (XIMENES, 2002: p. 07).

Além disso, as freiras ajudavam as mães a produzirem remédios fito-terápicos com as ervas, na tentativa de diminuir, por meio de uma produção local, os problemas de saúde da comunidade. Para viabilizar esta produção, as mulheres que trabalhavam na horta aprenderam, a partir da ação da pastoral, a cultivar plantas medicinais para a produção de remédios caseiros e a produzir a multimistura: um elaborado feito pela combinação de casca de ovo, legumes e farinha, utilização no combate a desnutrição infantil.

Dessa forma, a ação combinada no clube de mães e na horta ampliou os resultados do trabalho associativo, pois passaram a produzir sopa e pão para a creche e, depois, com ajuda da prefeitura (com a doação da farinha), ampliaram esta produção para atender a escola local. Com a melhoria da situação de saúde das crianças e dos adultos (diminuição de verminoses anemias etc.), houve um crescimento da demanda pelos serviços da creche, para a qual a complementação da prefeitura se tornou insuficiente.

Para aumentar atender a esta demanda, aumentando oferta de alimentos destinados à creche e a escola, assim como a produção de remédios caseiros (fito-terápicos), foi iniciada uma luta pela ampliação do espaço de cultivo da horta. Neste sentido, as mães, juntamente com a pastoral da criança, reivindicaram da prefeitura uma ampliação no terreno da horta comunitária. Além disso, obtiveram auxílio técnico de um funcionário da EMATER para melhorar as condições cultivos (arar a terra), que ofereceu também um curso de horticultura.

A reivindicação foi atendida, o grupo obteve da prefeitura a doação de 01 há (50 x 50 m) de terra desapropriada, que foi posteriormente ampliada em 02 há. Dois anos depois (1998/1999), alguns vereadores tentaram retomar o terreno doado pela prefeitura para lotear à pessoas de fora da comunidade. Os membros da comunidade lutaram contra isso, com apoio do partido PT (por meio de seu representante local Roberto leão) e do prefeito, sendo vitoriosos e, além disso, obtiveram mais 01 hectare de terra somando aos 02 hectares doados do pela prefeitura.

Como se pode observar, a mobilização dos moradores Retiro Grande que acumularam capital social devido aos seus fatores de coesão, na organização do grupo da horta, pelo qual foram desenvolvidos projetos de ação coletiva e de trabalho associativo, não apenas apresentou resultados do ponto de vista da geração de recursos (produtos e serviços) para as necessidades de seus moradores, como aumentou sua capacidade organizacional desses indivíduos, no sentido, inclusive, de resistirem contra as forças reativas.

Neste processo, outras conquistas foram realizadas. No trabalho na horta, por exemplo, conseguiram com a ONG Amigos Italianos de Cachoeira de Arari, ligada a igreja, abrir um poço artesiano comunitário. Com o projeto PLEC conseguiram mudas de macaxeira e banana, sementes e o cata-vento. Após estas conquistas começaram lutar pela casa de farinha. Neste caso, tiveram que disputar o bem coletivo como o grupo de Jacaretuba (recém criado), que tinha formado uma associação para isso, como se verá no próximo item.

Esta disputa foi vencida pelo referido grupo, os avaliadores do projeto PLEC decidiram que a casa de farinha deveria ficar com os moradores de Jacaretuba, sendo instalada na residência do vice-presidente de sua associação, que argumentou depender financeiramente dessa produção. Esta decisão foi o primeiro revés para o grupo da horta, que, no entanto não a contestou, mesmo porque os avaliadores do referido projeto prometeram-lhes, também, uma casa de farinha. Sendo assim, não se tratou neste trabalho das questões que levaram a esta decisão.

Apesar desse revés, a criação da horta comunitária representou um marco fundamental no desenvolvimento do trabalho associativo dos moradores que tinham objetivos (soluções coletivas para os problemas comuns) e valores (religiosos) compartilhados, dois importantes fatores de coesão social, além dos demais referidos neste trabalho. Representou também um divisor de águas na comunidade de Retiro Grande, pois a partir deste empreendimento a atuação conjunta com os residentes de Jacaretuba não foi mais possível, surgindo assim, o grupo da horta.

Neste grupo, o papel dos fatores de coesão foi fundamental, particularmente o dos valores religiosos, o que aparece na ausência das mulheres das famílias protestantes no trabalho da horta, apesar de terem se envolvido, inicialmente, em outras atividades locais. Desse modo, o trabalho na horta que deveria ser um meio de agregação e de benefícios para todos os membros da comunidade, foi realizado apenas por uma parte deles, aquela que também pode beneficiar-se do seu duplo resultado: produtos e organização.

Estes moradores passaram a ser conhecidos como o grupo da horta, ou grupo das mulheres, pela predominância nele da mão de obra feminina, inclusive na própria coordenação dos trabalhos que era realizada pela líder comunitária I. Esta liderança chegou a Retiro Grande no ano de 1988, trazida pelo Padre que atuava no local neste período, entre 1993 a 1995 foi coordenadora da pastoral da criança o que lhe conferiu experiência no trabalho de direção mais tarde, devido ao seu empenho nas atividades da horta tornou-a líder desse grupo.

A organização desse trabalho coletivo exigia que sua execução obedecesse a horários, prazos, obrigações e tarefas, a serem cumpridos por todos. Na divisão das responsabilidades, algumas mulheres trabalhavam pela manhã outras à tarde. As mais pesadas eram executadas por mão de obra masculina nos fins de semana, quando realizavam sua contribuição para este empreendimento coletivo. Esta disciplina e a necessidade de coordenação não foi bem recebida por alguns moradores o que gerou descontentamentos.

Esta situação, além de outras, provocou deserções, do grupo inicial de 20 mulheres restou apenas à metade. Entre as que abandonaram o grupo, 07 alegaram não se submeter a ordens de outras mulheres e ao trabalho coletivo do grupo, uma mudou de localidade não podendo, duas transferiram-se do município. Entre as que permaneceram, três mulheres (todas pertencentes à confissão católica) residem em Jacaretuba, mas preferem trabalhar com o grupo de mulheres da horta.

A pesar disso, a horta continua a funcionar, e ainda é mantida com mão de obra predominantemente feminina, algumas mulheres são professoras e outras alunas na escola local. A creche, no entanto, não está mais ativa por falta de recursos (oriundos da igreja e da Ong amigos da Itália). A prefeitura tem procurado reabri-la com recursos próprios (FUNDEB), o que não ocorria antes, pois o Padre da localidade não permitia este tipo de convenio, por receio que a igreja e a creche fossem usadas para promoção política.

A implantação da horta comunitária representou uma significativa ampliação dos níveis de envolvimento comunitário dos moradores ligados ao grupo da horta, cuja progressão culminou na criação de um órgão de representação: a Associação dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira do Arari – ASTRUCA. Esta associação foi ligada ao Sindicato dos Pequenos Produtores Rurais de Cachoeira de Arari e seu objetivo foi o de buscar soluções para os problemas enfrentados pelos agricultores de pequeno porte (agricultura de subsistência).

Também, neste caso, coube um papel fundamental a ação das mulheres do grupo da horta na medida em que elas eram as principais responsáveis pela prática desta atividade produtiva neste agrupamento de moradores em Retiro Grande. Assim, desde o surgimento do clube de mães até a criação da associação ASTRUCA há uma ampliação do trabalho associativo, conduzido principalmente realizado, principalmente, pela mão de obra feminina, que teve por conseqüência o aumento da capacidade de organização desses moradores.

Esta constatação aponta, entre outras coisas, para as questões de gênero nos processos sociais e políticos, porém, não é este foco de investigação deste trabalho, mas análise do papel do capital social nestes processos. Neste sentido, é preciso enfatizar que desenvolvimento do trabalho associativo resultou, por um lado, da mobilização e organização dos moradores dessa

comunidade que apresentavam uma dotação deste capital em razão da presença e compartilhamento de fatores coesão.

Por outro lado, também deve ser enfatizado, que esta mobilização foi possível pela intermediação de uma “agencia competente”, papel que em Retiro Grande foi desempenhado pela igreja católica por meio da pastoral da criança na atuação do trabalho do Padre local. Desse modo, a capacidade de organização dos moradores da área de Retiro Grande foi amplamente fomentada pela atuação desta agencia, na medida em que, foi capaz de direcionar o capital social existente para a participação sócio-política.

Neste sentido, incentivo a sindicalização, e a reivindicação de direitos, formou uma base inicial de envolvimento nas questões de interesse coletivo, e mais tarde, o trabalho associativo, uma vez implantado, criou, com o apoio da igreja e de seus multiplicadores: as lideranças comunitárias, condições para o surgimento de novas atividades comuns exercidas coletivamente, tornando-se assim, novas fontes de capital social para o grupo da horta na comunidade Retiro Grande contribuindo decisivamente para a sua capacidade organização.

3.3 - O capital social pode excluir: a formação do grupo Jacaretuba

A emergência do movimento de moradores de Retiro Grande que constituiu um grupo à parte, nesta área, chamado Jacaretuba remete, outra vez, às referencias teóricas e analíticas deste trabalho. Nelas destacou-se que, a formação e acumulação de capital social nos diversos grupos têm fontes que variam de acordo com os tipos de fatores de coesão (formais e informais) que neles podem ser encontrados. Tais fatores determinariam a natureza e a efetividade destas fontes, conforme a intensidade de seus efeitos agregadores.

Neste sentido, se observou que as fontes de capital social, existentes entre os moradores da referida área, apresentavam natureza variada, na medida em que, também, variaram os tipos de fatores de coesão entre eles. As características destes fatores, quanto ao maior ou menor efeito de agregação que geravam, determinaram diferenças na efetividade das fontes de capital social em Retiro Grande e, desse modo, afetaram a viabilidade da ação coletiva, o que resultou em uma divisão da comunidade com a formação de um segundo grupo.

Na área estudada, verificou-se a presença de fatores de coesão social, alguns comuns a todos os seus moradores e outros específicos, isto é, próprios a determinados indivíduos ou famílias. Além disso, esta diferença apresentava outra característica: os fatores de coesão comuns a todos não apresentavam os mesmos efeitos agregadores daqueles específicos,

somado ao fato de que a existência de uma agência mediadora competente, esteve conectada, pelo menos em seu período, inicial de atuação aos segundos.

Esta constatação remete outra vez a teoria do capital social, que ao tratar dos elementos de agregação estabelece que fatores de coesão, também, podem excluir, quando valores e objetivos não são compartilhados, ainda que as condições básicas sejam as mesmas. Esta foi a situação dos moradores de Retiro Grande onde a diferença nos fatores específicos de coesão pode ser observada na falta de valores compartilhados (principalmente religiosos) e de objetivos comuns, referentes ao modo de conduzir empreendimentos para a solução dos problemas locais.

A falta de compartilhamento de valores teve duas dimensões entrelaçadas: a primeira refere-se aos próprios valores religiosos, no caso, a confissão católica que favoreceu, para aqueles que a ela estavam ligados, um maior envolvimento comunitário, na medida em que participavam da execução de ritos comuns e outras atividades próprias desta prática religiosa. Além disso, estavam expostos ao trabalho de organização da coletividade desenvolvido pela pastoral da criança na localidade.

Este fator de coesão social (confissão católica) não estava presente entre os moradores que se ligaram ao grupo de Jacaretuba, pois adotaram por confissão religiosa o protestantismo, o qual, pelo menos em Retiro Grande, não tinha a mesma ênfase no envolvimento comunitário. Por outro lado, deve-se destacar, também no âmbito dos valores, a pouca inclinação para o trabalho coletivo e uma maior propensão para a produção familiar e as iniciativas individuais nos empreendimentos locais.

Este segundo aspecto do não compartilhamento de valores entre os moradores da área estudada, isto é, o predomínio em parte deles, de uma atitude individualista e não cooperativa nas iniciativas de trabalho nesta localidade, estava diretamente ligada, também a falta de compartilhamento de objetivos entre eles. Quanto a isso, observou entre aqueles relacionados ao grupo de Jacaretuba que os interesses particulares, individuais ou familiares, sobrepujaram-se aos da comunidade.

O entrelaçamento entre estas duas dimensões pode ser observado na ausência das mulheres das famílias protestantes nos empreendimentos coletivos da comunidade como o clube de mães, a creche/jardim, no trabalho da horta. Além disso, soma-se a esta diferença o tipo de laço, predominantemente familiar, que os relacionava, o que, como visto antes, estabelece limites estreitos para conexões horizontais, de baixo nível de agregação quando se trata do trabalho associativo, sendo pouco útil nos empreendimentos de ação coletiva.

Em conseqüência, prevaleceu o conflito de interesse e de valores, o que impediu maiores possibilidades de envolvimento comunitário devido aos obstáculos à cooperação horizontal. Contribuíram, também, para isso problemas resultantes da distância geográfica entre eles, que criavam dificuldades para a participação nas atividades comunitárias para os que moravam próximo ao rio Jacaretuba, já que a realização das atividades associativas estava concentrada em outro ponto.

Assim, a diferença nos fatores de coesão entre os moradores da área de Retiro Grande apresentava uma situação onde aqueles mais efetivos para produzir agregação social eram detidos por aqueles moradores que formaram o grupo da horta. Neste sentido, se o capital social pode excluir, como se afirma no referencial teórico deste trabalho, esta exclusão resultou, na área estudada, da desconfiança que surgiu entre as famílias que lá residiam em conseqüência da diferença nos fatores específicos de coesão nela encontrados.

O resultado desta desconfiança e, sua conseqüente exclusão, foi a formação do novo grupo no qual, exceto pelo desejo de se afastarem dos demais, e o próprio ato de separação em si enquanto ação coletiva desses indivíduos, houve o predomínio de características não associativas e pouco comunitárias em seus empreendimentos, e em um ambiente social como este, eram pequenas as possibilidades para a busca de soluções coletivas para o enfrentamento dos problemas comuns.

Resultou disso que, mesmo diante da fragilidade de seus laços comunitários e sem experiência em atividades associativas, ao não se sentirem representados nas ações coletivas das famílias católicas, estes moradores resolveram criar a sua própria associação, definida como: Associação dos Produtores Rurais de Retiro Grande, conhecida pela sigla **ASPRORG**. Este órgão de representação foi lançado no ano de 2000 para reunir os interesses daqueles que praticavam a agricultura familiar.

Foi a partir da criação desta associação que surgiu de fato o chamado grupo de Jacaretuba composto, naquele momento, por 56 famílias, o qual não apresentando, até aquele instante, nenhum histórico de trabalho coletivo, passou a empreender um esforço associativo, pelo menos formalmente. Apesar disso, não estabeleceram relação com outras formas associativas tais como sindicatos etc., apesar disso, foram capazes de estabelecer convênios com o BASA, o INSS e a prefeitura de Cachoeira do Arari.

Ao contrário, buscaram construir suas próprias redes de contatos, nas quais, diferentemente do grupo já existente, prevaleceu a relação individual, a apropriação familiar (parentesco) dos recursos obtidos e a exploração em causa própria dos seus benefícios. Estas características refletiam as diferenças nos fatores de coesão, o que transparecia na sua própria

organização, constituída por pessoas ligadas por laços de parentesco, principalmente, no corpo dirigente, onde todos pertenciam ao mesmo tronco familiar.

No Quadro II, logo abaixo, fez-se um esquema da estrutura organizacional da ASPROG no período em foi realizada a pesquisa para este trabalho, no qual pode ser verificada uma relação dos seus integrantes, a posição que ocupavam nesta associação e, sua vinculação quanto ao grau de parentesco:

QUADRO II

Relação dos integrantes da ASPRORG

Integrante *	Posição ocupada	Grau de parentesco
Ronaldo	Presidente	
Augusto	Vice-presidente	Irmão do presidente
João	Sócio	Irmão do presidente
Mário	Sócio	Irmão do presidente
José	Sócio	Irmão do presidente
Sério	Sócio	Irmão do presidente
Jorge	Sócio	Cunhado do presidente
Normélia	Sócia	Cunhada do presidente
Gustavo	Sócio	Cunhado do presidente
Amanda	Ex-presidente*	Irmã do presidente
Augusta	Tesoureira	Irmã do presidente.

* Nomes fictícios

Fonte: depoimento dos moradores

* Segundo as informações obtidas pelo grupo de Retiro Grande, ela renunciou em decorrência de acusações de mau uso do dinheiro da associação.

Como pode ser observada, entidade criada pelos moradores ligados ao grupo de Jacaretuba para representar seus interesses (ASPRORG), expressou em sua estrutura tanto a natureza da organização deste grupo (baseada em laços de parentesco), como dos fatores de coesão social que nele existiam. Além disso, o próprio nome desta entidade é revelador de sua auto-percepção, isto é, como “produtores rurais” em lugar da designação de “trabalhadores rurais” como fizeram os integrantes da outra associação.

Um fator decisivo para o surgimento da ASPRORG foi a chegada na área de Retiro Grande de um projeto desenvolvimento local, que levou investimentos e recursos cujos principais beneficiados eram os moradores que já estavam organizados (grupo da horta). Este fator aparece na fala de dois informantes da pesquisa, o Augusto pequeno produtor rural e proprietário da casa de farinha e o Ronaldo, presidente da referida associação os quais declararam: *“resolvemos criar uma associação para reivindicar melhorias para nossa comunidade, pois tudo vai para a sede”*.

A “sede” a que se referem é a parte da área de Retiro Grande onde residem os moradores ligados ao grupo da horta, identificada desta forma por ter sua organização constituída anteriormente e, da qual, se percebiam como uma espécie de filial até aquele momento. Principalmente os que estavam na direção da ASPROG afirmavam que os bens coletivos solicitados (projetos e/ou equipamentos rurais) pelos moradores eram instalados esta parte da comunidade, longe de Jacaretuba (cerca de 2 km), não beneficiando os que residiam nesta área.

Segundo eles, este grupo precisava de água para irrigar a produção durante a estiagem (seca), sendo difícil e caro retirar água do poço da sede. Foi então que o próprio João de Jacaretuba, e o seu irmão Jorge e o cunhado resolveram reunir-se para formar a associação tendo em vista reivindicar a instalação de bens coletivos tais como “água encanada, energia elétrica, construção da casa de farinha, transporte e melhoria da estrada para escoamento da produção, junto aos representantes do município” (depoimento dos moradores das lideranças de Jacaretuba).

Além disso, reivindicavam do poder público, por meio desta associação, bens comunitários que o grupo das mulheres da horta já havia obtido por meio do trabalho coletivo dos seus participantes como a creche para seus filhos e a própria horta. Este modo de encaminhar soluções para os problemas, as deficiências e as carências locais revela as

diferenças de perspectivas: quanto a valores objetivos e interesses: uma delas baseada nas relações de horizontais de solidariedade e cooperação e, outra, em relações verticais.

Os motivos alegados para a criação da ASPRORG, a não participação dos que residiam em Jacaretuba nos bens coletivos e benefícios que eram obtidos para moradores de Retiro Grande, fornece fundamentação para alguns argumentos da teoria do capital social. O que se observa nisso, é que os moradores ligados ao grupo da horta assumiram a liderança na instalação de projetos comunitários nesta localidade, devido a sua mobilização e organização. Esta situação foi percebida pelo outros que, assim, procuraram organizar-se também.

Contudo, surgimento da segunda associação reforçou a tendência, já existente, para o afastamento e distanciamento dos grupos. Isto ocorreu na medida em que, a partir da atuação da ASPRORG, mesmo os fatores de coesão comuns, isto é, compartilhados por todos tais como a plantação da mandioca para a produção de farinha, a produção de frutas, as casas de farinha, tornaram-se pontos de disputa e conflitos em torno de recursos para as atividades produtivas na área, aprofundando a divisão na comunidade.

Quanto ao não compartilhamento de objetivos, observou-se que para aqueles ligados ao grupo da horta, o esforço comunitário deveria dirigir-se para a solução do problema de mortalidade infantil resultante principalmente da desnutrição; para os que se ligaram a Jacaretuba o principal problema era o escoamento da produção. Com isso caracterizam diferenças de percepção acerca dos problemas comuns e dos objetivos organizacionais.

3.4 - A escolarização em Retiro Grande: a implantação da escola na comunidade

Como dito antes, o objetivo deste trabalho foi o de considerar o papel da escolarização e do capital social no desenvolvimento da capacidade organizacional e dos processos participativos dos moradores de Retiro Grande. No item anterior tratou de como este capital foi gerado na referida comunidade e o modo como foi posto em ação para a realização dos seus empreendimentos de trabalho associativo. No item que ora se inicia, tratou da escolarização desses indivíduos onde se destacou a implantação da escola de Retiro Grande.

No primeiro capítulo deste trabalho, no item referente às condições socioeconômicas, tratou-se do grau de escolarização dos moradores adultos dessa comunidade com clivagens por faixa etária e gênero, considerando-os de forma cruzada. Em conseqüência, no item que segue, procurou focalizar o processo de implantação da escola de Retiro Grande, tanto no que

se refere aos níveis de ensino por nela ministrados, como aos processos participativos: da comunidade para a escola e da escola a comunidade.

Neste sentido, quando as crianças da comunidade de Retiro Grande atingiram a idade na qual, em geral se requisitam o início de suas atividades escolares, suas mães passaram a reivindicar, com o apoio da pastoral por meio da atuação do padre Silvério, uma escola para esta área. A inexistência de estabelecimentos escolares na região era um dos seus maiores problemas educacionais. No caso em questão, a reivindicação foi atendida no ano de 1993, quando foi instalada uma escola na referida localidade.

O desenvolvimento das atividades educacionais ocorreu, inicialmente, apenas com o fornecimento das series iniciais ensino fundamental (1^a a 4^a séries), que foi posteriormente, em 1997, acrescido das séries complementares de 5^a a 8^a, completando, assim, todo o ciclo deste nível educacional. O ensino médio foi instalado sete anos depois em 2004. A implantação da escola e a ampliação do ensino nela ministrado até o nível médio foram feitos, ambos, por meio de convênio entre o governo estadual e a prefeitura.

Ilustração 8 : a escola estadual de ensino fundamental e médio de Retiro Grande



Fonte: própria

O atendimento das necessidades educacionais dos moradores Retiro Grande na própria área, principalmente quanto à complementação do ensino fundamental e do ensino médio, era uma necessidade de toda comunidade, pois o prosseguimento nos estudos só era possível no município mais próximo, Salvaterra. Os moradores queriam que seus filhos continuassem a estudar sem ter que sair da localidade onde trabalhavam com suas famílias. Algumas mães também queriam continuar seus estudos.

O deslocamento dos alunos para o Município de Salva-terra constituía-se em um sério problema para todos, pois eram imensas as dificuldades enfrentadas. As aulas ocorriam no período da tarde, o que exigia que saíssem pelo menos às 11 horas de suas residências para cumprirem seu horário. Quanto ao retorno, a situação era mais grave, pois deveriam se retirar da escola antes do término da aula, para o caso de ocorrência de pane no ônibus escolar,

situação em que teriam que obter uma “carona” o que determinava a chegada em torno das 23hs.

Além das justificativas quanto às dificuldades enfrentadas pelos dos alunos para estudar como a questão do deslocamento, o cumprimento dos horários escolares etc, a implantação do ensino médio envolveu, também determinados a interesses, como pode ser observado neste depoimento da líder comunitária I:

(...) também tinha interesse de trazer mais alunos para escola mais verba para a escola né, FUNDEF e tudo !! Tinha também um dedinho também da vereadora diva, que no tempo era amiga do governador, era do mesmo partido, mas que não conseguiu trazer, já veio no início do governo do César, através de dois vereadores que conseguiram puxar para cá devido conhecimento dentro da SEDUC, o Robério (PMDB) e o Do Carmo professor da universidade (PT), trabalhava em Belém e tinha seus contatos lá.

Com a implantação da escola na área de Retiro Grande gerou-se nova necessidade: a alimentação escolar, o que novamente mobilizou as mães da comunidade, que, como visto no item anterior, já estavam organizadas em uma espécie de clube informal, onde realizavam diversas atividades, e no trabalho na horta comunitária. A iniciativa agora foi a de aumentar a produção de alimentos tendo em vista atender a necessidade da merenda escolar dos alunos, o que foi conseguido com a ampliação da área plantada.

Contudo, a instalação da escola, e a ampliação dos níveis de ensino nela ministrados, não resolveram os problemas de escolarização entre os moradores da área estudada. Os problemas de acesso persistiram uma vez que outras questões relativas ao atendimento educacional, principalmente em áreas rurais, não tinham sido equacionadas, tais como as dificuldades que os alunos enfrentam para se deslocarem de suas casas até a escola, que requerem medidas adequadas quanto ao transporte escolar.

Estas medidas foram tomadas em parte tomadas quando a prefeitura de Cachoeira do Arari disponibilizou um ônibus para fazer o transporte dos alunos para a escola. Em parte, porque prevalece a precariedade do transporte escolar, na medida e que é feito por profissionais não devidamente qualificados para essa atuação. Também, não há preocupação com a segurança dos passageiros, além da má conservação das vias de transito, o que ocasiona interrupções no fornecimento do serviço.

Além da questão, em parte tratada, do transporte escolar, havia outros problemas que resultavam das necessidades criadas pelas exigências que a própria expansão dos níveis de ensino na localidade impunham. Estas necessidades emergiam das situações de carência desta

área, onde qualquer tentativa de expansão no setor educacional era confrontada com a falta de condições mínimas adequadas em instalações físicas, recursos (didáticos e pedagógicos) apropriados para o desenvolvimento das atividades educacionais, professores, etc.

No caso do ensino médio, a expansão ocorreu por meio de um convênio assinado entre a Prefeitura de Cachoeira do Arari e a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) pelo qual a primeira se comprometeu em fornecer moradia, alimentação e transporte para os professores que seriam enviados pelo estado. No início, o Município não teve condições de fornecer moradias para os professores, o que foi obtido com empenho da líder comunitária I em criar as possibilidades da contrapartida local.

Para isso, a referida líder solicitou da igreja por meio da pastoral, algumas instalações nas quais os professores enviados pelo governo estadual foram acomodados, temporariamente, até o término das obras de construção dos alojamentos. No entanto, este não era o único problema relativo a adequação das instalações locais para a viabilização do convenio de implantação do ensino médio, pois havia ainda a situação das precárias condições físicas e infra-estruturais das escolas locais para o ensino.

Entre estes problemas estava o do fornecimento de energia elétrica, que começou a ser feito somente a partir do ano de 2007, isto é, a escola desta localidade funcionou durante muito tempo sem energia elétrica, ou seja, em extrema precariedade. Quando o ensino médio foi implantado em 2004, foi necessária a criação de turmas noturnas para a educação de jovens e adultos e, para isso, foi instalado um sistema de iluminação a diesel, pago pelo prefeito, que permitia que as aulas fossem realizadas até as 22 h.

Outro problema no funcionamento da escola na área estudada, conforme as declarações da líder comunitária I, era a baixa frequência dos professores às aulas, principalmente nas disciplinas história, filosofia e sociologia. Este problema, segundo a referida informante, se apresentava mais grave em Retiro Grande do que em outras comunidades, na medida em que não havia controle sobre as atividades destes professores. Esta situação era mais um agravante nas condições precárias de funcionamento desta escola.

De uma maneira geral, as escolas dessa e de outras comunidades não possuíam condições para o funcionamento do ensino médio, e a implantação deste nível de ensino na área não foi acompanhada da obediência aos critérios exigidos para o seu funcionamento. Segundo o relato da referida líder comunitária, a própria representante da SEDUC responsável pelas ilhas, declarou que, ao realizar a visita técnica no local, constatou que as escolas de Retiro Grande e Umarizal não reuniam as condições necessárias para receber este nível de ensino:

(...) não tinham condições de receber, eram pequenas, precisavam de reformas ... Instalações elétricas, mas como as diretoras de lá disseram que elas iriam providenciar tudo, e o prefeito e a secretaria de educação do município se comprometeram em ajeitar tudo e deixar a escola pronta, os alunos também pediram, os professores de lá, o prefeito deixou uma lancha e um carro a disposição de nós para nós nos locomovermos enfim eles foram tão legais com a gente que nós resolvemos dar um parecer favorável e o prefeito se prontificou a ajeitar tudo (depoimento, líder comunitária I).

Assim, o parecer favorável à implantação do ensino médio nas escolas da área estudada foi fornecido apenas com base nas promessas do prefeito, da secretaria de educação e das diretorias escolares que as condições necessárias para o seu adequado funcionamento seriam criadas, assim como no apelo de alunos e professores. Contudo, não havia condições reais, imediatas para atender aos requisitos mínimos deste funcionamento, nem mesmo para que fossem alcançadas no curto prazo. Esta situação, porém, se modificou nos anos posteriores.

Apesar disso, o ensino médio foi implantado, funcionando em padrões abaixo das condições mais elementares para a sua efetiva realização. Contudo, a história da instalação da escola em Retiro Grande e da expansão dos níveis de ensino nela oferecidos foi a de uma autêntica conquista de seus moradores, o que fica claro, principalmente quando se observa que é uma escola estadual, desde as primeiras séries, e, por outro lado, que Cachoeira do Arari não realizou a municipalização do ensino.

Este é um aspecto relevante no processo de conquista do ensino médio para a referida escola, pois, por um lado o município estava em um contexto adverso de política educacional, na medida em que a não municipalização significava menos recursos para a educação. Por outro lado, pertencendo ao conjunto das escolas do estado, ainda que estabelecida em convênio com a prefeitura, esta implantação estava prevista no programa de expansão da Rede Estadual de Ensino do Plano Estadual de Educação (PEE).

Este contexto, enfatiza-se, atesta que efetivamente a referida implantação foi uma conquista dos moradores de Retiro Grande, pois a falta de recursos da municipalização implicava que não seria feita no âmbito do Município e, o fato de estar prevista no Plano Estadual de Educação não era uma garantia de que o governo do estado iria fazê-la, pelo menos não naquele momento, haja vista, como observado antes, não havia condições técnicas para isso. Desse modo, o que ocorreu foi o resultado da mobilização da comunidade e suas lideranças.

A implantação da escola ampliou as oportunidades de escolarização como resultado direto da ação coletiva da comunidade (grupo da horta) e não o contrário, isto é, a disposição para a ação coletiva como consequência do maior nível de escolarização, pois como se viu estavam na mesma condição (insuficiência) em relação a este requisito, o diferencial foi o capital social. Com esta base, conseguiram implantar o ensino médio, mesmo não sendo parte de uma política organizada para esta área.

Esta característica da implantação da escola e da expansão do ensino que nela ocorreu, coloca este processo na contra-mão das perspectivas que enfatizam que só a escolarização leva a participação política. Nesta perspectiva, os níveis de participação política são diretamente proporcionais ao nível de escolarização dos indivíduos, ora, se este nível depende da ampliação das oportunidades de acesso à escola, onde esta oportunidade não é disponibilizada ou é escassa, ter-se-ia, por consequência, baixa ou nenhuma participação política.

Contudo, o que se observou em Retiro Grande foi uma situação oposta a esta perspectiva, pois, nesta comunidade, os processos participativos engendrados por dinâmicas

associativas locais permitiram aos seus moradores superarem este obstáculo e obterem bens coletivos, entre os quais, a ampliação das suas oportunidades de escolarização, mesmo contra um contexto de política educacional que lhes era totalmente desfavorável, como conseqüência da não adesão do Município de Cachoeira do Arari a política de municipalização do ensino fundamental.

Assim, destacou-se neste item do capítulo que ora segue, que o processo de implantação da escola na área de Retiro Grande e da expansão dos níveis de ensino nela oferecidos, por primeiro as séries complementares do ensino fundamental (5^a a 8^a) e posteriormente o ensino médio foi uma conquista efetiva dos moradores dessa comunidade (grupo da horta). Ou seja, ao contrário da perspectiva aqui questionada a escolarização foi uma resultante e não a causa da mobilização e organização desses moradores, que foram possíveis em virtude da existência de capital social e da atuação de uma agencia medidora competente.

3.5 - As fontes da participação sócio-política: escolarização ou capital social?

Os fatores de coesão, existentes na área de Retiro Grande, foram os elementos fundamentais, enquanto fontes de capital social, de sua organização e mobilização coletiva, na medida em que favoreceram, a partir da atuação de uma agencia competente (Pastoral da Criança), que fossem desenvolvidas formas de trabalho associativo com vistas à conquista de bens coletivos, os quais forneceram os recursos que a comunidade precisava para tratar dos problemas e carências comuns a todos os seus moradores.

A ação coletiva desses membros foi facilitada pela existência de laços sociais e elementos de ligação horizontal entre eles, tal como descrito pela literatura que trata do capital social e seus efeitos de indução ao engajamento e participação política nas comunidades. Porém, foi ressaltado que estes mesmos laços e fatores de ligação, também podem excluir e gerar divisão quando seus elementos constitutivos não são compartilhados por todos os membros de uma coletividade.

Esta característica, que é um efeito paradoxal do capital social, isto é, que os fatores coesão que podem unir e com isso, facilitar a organização e a mobilização dos indivíduos, podem, do mesmo modo, desuni-los, e inversamente, criarem problemas para a realização de

ações coletivas, também tem sido observada, na área de Retiro Grande na qual sua consequência direta foi à formação do grupo de Jacaretuba.

Apesar dessas e outras constatações, a ocorrência de processos organizativos e participativos têm sido comumente relacionados positivamente ao nível de escolarização dos indivíduos, no sentido em que apenas este fator, em seus estágios mais elevados (considerado quantitativamente quanto anos de educação formal obtidos), poderia gerar uma propensão para os indivíduos envolverem-se em questões de ordem comunitária, pois seria capaz de direcionar seus interesses para os problemas sociais e políticos.

Nesta perspectiva, como vista no capítulo anterior, o nível de escolarização dos indivíduos seria a condição necessária e suficiente para a participação sócio-política (engajamento comunitário e o envolvimento em ações coletivas). Para tratá-la, relativamente ao capital social, considerou-se o nível de escolarização entre os fatores influentes na organização e mobilização dos moradores de Retiro Grande, assim como nos problemas de ação coletiva que entre eles foram verificados.

Neste sentido, a pesquisa começou pelo próprio processo de escolarização empreendido na área em questão, que teve início como a implantação da escola local. Um processo, que como visto mostrou-se problemático devido aos diversos obstáculos para a implantação da escola local e a expansão dos níveis de nela ministrados. Neste sentido, procurou considerar o papel da escolarização relativamente ao do capital social na capacidade de organização e mobilização destes moradores, e no nível de participação socio-política.

Como já se observou antes no item que descreve as características socioeconômicas dos moradores de Retiro Grande, o nível de escolarização desses indivíduos era baixo em ambos os grupos da área de Retiro Grande aqui estudados. Portanto, sua escolaridade não foi um fator decisivo ou mesmo importante de sua organização. Ou seja, não teve relevância nem para a formação do grupo da horta, nem nas divergências e conflitos que levaram a ação coletiva que resultou na separação e formação do grupo de Jacaretuba.

Por outro lado, a escolarização produzida a partir da implantação da escola nesta comunidade, considerada principalmente quando passou a oferecer todo o ciclo do ensino médio, não teve por consequência a melhoria das condições socioeconômicas locais. Ao contrário, o aumento do nível de escolaridade dos indivíduos que nela estudaram gerou estratégias individuais de melhoria de condições de vida, que na maioria das vezes, significou preparar-se para o ensino superior o que implicava em deslocar-se para outro lugar, abandonando a comunidade.

Assim, considerando-se a importância das lideranças locais na mobilização e organização dos moradores de Retiro Grande para o trabalho associativo e, conseqüentemente, em seus processos de envolvimento sócio-político, e por outro lado, o fato, não menos importante, de implantação de uma escola na referida área que forneceu educação formal para estes indivíduos envolvendo o ensino fundamental e o médio, a questão da escolarização emergiu no problema de investigação deste trabalho.

Quanto ao primeiro aspecto, a igreja teve uma dupla atuação: diretamente na promoção do trabalho associativo, ao tomar a iniciativa de mobilizar e organizar determinados indivíduos, a partir de características sociais compartilhadas, em atividades produtivas diversas (que visavam à produção de recursos e serviços para o atendimento das necessidades comuns dos moradores), de execução coletiva (clube de mães, creche, horta) assumindo custos e incentivando a participação, e, na formação de lideranças comunitárias para atuarem na localidade.

A atuação da igreja católica no recrutamento e formação de lideranças comunitárias na área de Retiro Grande começou com o envolvimento dos indivíduos em atividades religiosas e de participação nas mobilizações que realizava. Neste caso, destacaram-se, principalmente, organizações como as chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e os movimentos de juventude como os grupos de jovens, nas quais se desenvolvia um trabalho de catequese, assim como de início de formação política.

Em conseqüência, a maior parte dos indivíduos encontrados nesta área que têm alguma atuação de liderança entre os seus moradores, é oriunda de alguma organização ou movimento religioso católico. Nesta fase inicial, a seleção de novos líderes era relativamente simples: uma vez que os indivíduos que passavam a atuar nas atividades da igreja, tinham seu desempenho observado, e aqueles que se mostrassem mais empenhados, revelando inclinação para a direção nestas atividades, eram escolhidos para a continuidade da formação.

Esta continuidade compreendia a segunda fase do processo de formação de novas lideranças comunitárias que consistia na realização de cursos preparatórios, os quais completavam o trabalho formativo iniciado anteriormente. No caso de Retiro Grande, este trabalho de observação e seleção era realizado pelo Padre e pela Freira que atuavam no local, os quais enviavam os “escolhidos” para o IDEPAR a fim de realizarem cursos que completavam o trabalho de formação, conforme declara a líder Éster:

(...) nos encontros que eles organizavam, percebiam as pessoas que tinham liderança e se destacavam e que enviavam para o IDEPAR, para formar, fazer cursos, todos foram p o IDEPAR, menos eu, pois tinham os encontros,

e eu casei tive filho, e ai não tinha condição de participar (líder comunitário I depoimento).

O que se observou claramente neste processo de formação de lideranças comunitárias em Retiro Grande, é o papel secundário e, em alguns casos, até irrelevante, que nele exerceu o fator escolarização tal como é tratado neste trabalho, o que não significa necessariamente, ausência de qualquer trabalho educativo. No entanto, requisitos escolares ou de certificação quanto ao nível de escolaridade atingindo pelos indivíduos, não constavam das exigências para o recrutamento de lideranças para atuarem na região.

Neste sentido, ressalta-se esta forma de atuação não era exclusiva destes agentes religiosos, pois, até onde se pode verificar, as exigências de escolarização não eram parte da ação igreja católica nestes casos. Ao contrário características do processo de recrutamento de novas lideranças na área de Retiro Grande, assim como em outros lugares e comunidades no Marajó feito pela igreja revelam a valorização do envolvimento comunitário e da participação socio-política onde se destaca, principalmente, a atuação sindical e nos movimentos sociais.

Esta característica do processo de recrutamento de lideranças no Marajó é confirmada pela líder comunitária I que em sua narrativa, faz referencia a lideranças que atuam em outras comunidades e, que tiveram o mesmo processo formativo:

(...) a Bené era sindicalista e conseguiu ingressar na FETAGRI e é representante do sindicato daqui na FETAGRI, o Diono trabalhou muitos anos no de MOPEPA, começou na colônia, colônia de pescadores (...) (depoimento comunitária I).

O papel das lideranças comunitárias foi fundamental na mobilização e organização das comunidades rurais do Marajó, principalmente em um período onde as relações sociais eram fortemente baseadas em um modelo de estrutura fundiária marcado pela concentração de terras, no qual o poder econômico do fazendeiro ditava as regras a serem obedecidas, como declara a líder comunitária em seu depoimento: “mas naquele tempo era uma necessidade grande aqui, pois os fazendeiros tomavam conta de tudo aqui”.

Segundo a referida informante, a situação atual é muito diferente, principalmente quanto ao acesso a informação, do que corria nas décadas de 70 e 80, nas quais este acesso só era possível através do trabalho da igreja que ao atuar na formação das lideranças comunitárias, provia, também, um canal de comunicação para a comunidade, através, primeiramente de seus próprios agentes como a Freira e o Padre da localidade, e, posteriormente, pela ação das lideranças nas comunitárias:

(...) hoje não, está mais brando as coisas, os jovens tem mais acesso aos meios de comunicação, a informação, mas naquele tempo era zero e o que tinha de comunicação era o que a irmã Maria e o padre Rogério passavam (...) (depoimento, líder comunitária I).

Aqui se pode observar claramente o papel informacional exercido pelo capital social por seu potencial para melhorar os fluxos de informação, sobretudo quando mobilizado por uma agencia mediadora, na medida em que possa prover os membros de uma comunidade com relevante informação sobre as atividades de estado e por atuarem como um canal para a decisão governamental, que adquire uma relevância crucial onde o acesso aos modernos meios de comunicação é precário (LECHNER, 1999).

Como visto antes, a relevância do capital social como um indutor da participação e de maiores graus de envolvimento social e comunitário reside na sua capacidade de prover a comunicação política dentro de uma rede de relações sociais. Para alguns autores, inclusive, é através desta comunicação que este capital se realiza, na medida em que se estabelece em redes, as quais aumentam a probabilidade do engajamento e da participação política dos indivíduos nela inseridos (COLEMAN, 1988).

No caso em questão, o papel informacional do capital social, pode ser observado inicialmente na comunicação política realizada por intermédio dos agentes da igreja (Padre e Freira) em Retiro Grande e em outras comunidades dessa região. Posteriormente, este papel aparece na atuação das lideranças comunitárias que multiplicaram este trabalho nestas localidades, o que teve um efeito de multiplicação dos agentes e de composição de uma rede de contatos (comunicação) políticos.

A atuação desta rede teve uma dimensão ampla, na medida em que, a comunicação e a discussão política que, por meio dela pode ser realizada, não tinha apenas um aspecto quantitativo, mas, principalmente, qualitativo, no sentido da formação que visava também a transmissão de conteúdos que implicassem o estabelecimento de pontos vista, constituição da opinião e a elaboração da visão de mundo. Assim, a formação das lideranças comunitárias envolvia um trabalho de educação política:

(...) e quando tinha as assembléias diocesanas e que ficávamos uma semana em Belém e ai todo mundo começou a trabalhar o marxismo e que começou a compreender um pouco essa igreja libertadora, dentro da igreja diocesana vinham muitas pessoas a dar palestras ai as pessoas foram pegando o gostinho (depoimento, líder comunitária I).

Neste processo formativo, onde nem a escola nem a escolarização desempenharam qualquer papel relevante, o nível de informação e conhecimento político (expertise) gerado

tinha por objetivos a preparação para a uma atuação socio-política, que visava a continuidade do trabalho de mobilização e organização dos moradores, realizado pela pastoral nesta região. Este trabalho incluiu, entre outras coisas, a coordenação de atividades desenvolvidas para tratar dos problemas locais (item 3.2 deste capítulo), que levaram, entre outras coisas, a formação do grupo da horta.

Deste processo de formação das lideranças comunitárias resultou, também, uma intensa atuação partidária, não apenas dos que foram para Retiro Grande, mas, também daqueles que se dirigiram para outras comunidades desta região e outros municípios do Marajó. Esta atuação se baseou, principalmente, partido dos trabalhadores (PT), o qual atraiu um número significativo de indivíduos, entre aqueles que passaram pelo processo de formação de lideranças da igreja. A militância partidária foi uma das conseqüências deste trabalho de formação.

Nesta atuação constatou-se que estes indivíduos não apenas filiavam-se ao partido, mas também, em muitos casos, procuram exercer atividades político-partidárias em seus municípios que incluíam candidatar-se nas eleições locais, o que em diversas situações resultou vários mandatos de vereador pela referida sigla partidária, permitindo, dessa forma, uma inserção direta no poder público local.

(...) e não só aqui, mas todo o Marajó tem muitas lideranças formadas pelas igreja, como o Jucelino que parece que é o quarto o mandato do Jucelino em São Sebastião que me parece que lá de nove vereadores, 07 são do PT, todos formados pela igreja, isso quando agente fala de igreja é os jesuítas (depoimento, líder comunitária I).

Assim, a formação de lideranças comunitárias igreja no Marajó ampliou a filiação político-partidária ao partido dos trabalhadores (PT) e, possibilitou o surgimento de diversas candidaturas, por meio deste partido, das quais várias resultaram em mandatos nas câmaras de vereadores dos municípios do Marajó. Neste sentido, o trabalho político-partidário, por um lado, aumentou o leque de possibilidades quanto à atuação desses indivíduos em prol das suas comunidades e, por outro, colaborava na democratização do poder público local.

Contudo, muitas destas lideranças ao passaram a exercer atividades político-partidárias que lhes abriram maiores possibilidades de atuação em favor de suas comunidades, para a qual receberam a formação por intermédio da igreja, afastaram-se das atividades e dos movimentos religiosos de origem de seu processo formativo. Este desligamento de sua atuação inicial contribuiu, ao lado de outros fatores, para acarretar um declínio no processo de formação de novas lideranças, pelos menos em Retiro Grande.

Esta situação pode ser observada na atuação da própria líder comunitária de Retiro Grande que, como os outros, também filiou-se ao PT, passando a exercer concomitantemente ao seu trabalho na localidade, atividades político-partidárias, pelas quais, pretende, do mesmo modo, candidatar ao cargo de vereador na Câmara Municipal de Cachoeira do Arari. Além disso, enfrentou problemas de ordem pessoal que, segundo ela, interferiram no seu trabalho comunitário. Ao ser questionada sobre suas funções na igreja, respondeu:

(...) eu ainda sou coordenadora da igreja, mas vou me afastar, e quem assume é o Wilson (professor de matemática da escola estadual), foi feita uma eleição e as pessoas escolheram ele, tenho que me afastar porque, não to tendo tempo, pois além da candidatura e a separação ficou muito difícil para mim, ter que trabalhar sozinha né (depoimento, líder comunitária I).

Assim, enquanto este afastamento não ocorreu, esta líder local realizou as atividades religiosas em seus requerimentos e exigências próprias, como o trabalho com o dízimo, as práticas litúrgicas e na pastoral da criança. Nota-se que, no desempenho de suas incumbências eclesiais, a referida informante declara procurar atualizar a mensagem religiosa, tanto no que se refere ao aspecto da fé propriamente dita, como também em relação à dimensão social. Em relação a estas questões afirmou que:

(...) nos fazemos comentários em cima do que está na bíblia, pois nos não podemos viver a realidade de uma igreja que viveu a dois mil anos atrás, aí fazemos uma comparação com o que foi aquele povo e o que somos hoje, nos trabalhamos muito os atos dos apóstolos, com o antigo testamento e com o evangelho e se amarra com a nossa vida, quem foi o maior político da nossa história? foi Jesus cristo (depoimento, líder comunitária I).

Contudo, mesmo este trabalho apresenta-se problemático, na avaliação da referida liderança comunitária, que a ponta para um esvaziamento das atividades da igreja nesta localidade, na medida em que, além do afastamento das lideranças das organizações eclesiais, constata também um declínio no envolvimento dos demais, em decorrência do aumento da atividade política, propriamente dita, em geral. Esta liderança chegou a admitir por vezes, que o problema estaria na nova direção das atividades da igreja em Retiro Grande.

(...), mas a pastoral da criança, não estamos conseguindo resgatar, agora, porque dentro da própria pastoral as lideranças não sei se cansaram ou se desviaram pois para mim nesses dois anos para cá, parece que houve uma quebra, não sei te dizer, mas desde que o prefeito local ganhou aqui, começaram essas caixinhas, e envolviam todo mundo, e elas não tinham mais tempo para desenvolver suas atividades da igreja, as vezes me pergunto se não é a falta de um padre aqui, continua vindo bem gente para igreja aqui, não sei, mas ta faltando alguma coisa aqui que eu não sei te dizer o que é (depoimento, líder comunitária I).

Quanto à questão da nova direção das atividades da igreja em Retiro Grande, esta líder comunitária declara que houve uma descontinuidade no trabalho que vinha sendo realizado, pois os substitutos do Padre e da Freira que atuavam nesta localidade não mostraram interesse, principalmente quanto à formação de novas lideranças para a comunidade, e nas atividades de formação política. Nota, a referida líder, que estes substitutos são diocesanos, enquanto os anteriores eram religiosos jesuítas (companhia de Jesus).

(...) deixa eu te dizer depois que o padre (...) e irmã (...) saíram daqui estagnou a igreja que era uma a companhia de Jesus, e eles tinham um tempo para ficar aqui, depois que eles saíram e entrou a diocese pra tomar conta ela não deu continuidade nisso, ai agente observou que cada um foi pra um lado né, você vê que dentro de um município hoje, tem várias tendências, você vê a briga que está aqui (depoimento, líder comunitária I).

Esta diferença deixa transparecer divergências, entre os próprios agentes religiosos, quanto à concepção e o direcionamento que o trabalho comunitário da igreja deveria seguir, principalmente no que se refere a sua atuação socio-política. Desse modo, a atuação da igreja católica como agencia mediadora competente em tornar o capital social dos moradores de Retiro Grande, assim como e de outras comunidades dessa região, politicamente relevante, não foi uniforme nem homogênea.

Contudo, apesar dos problemas e conflitos verificados, o trabalho realizado, por freiras e padres jesuítas, nessa região, resultou em promover a atuação da igreja à condição “agencia mediadora competente”, na medida em que, efetivamente, pode imprimir uma relevância política ao capital social dessa comunidade, disponibilizado pelos fatores de coesão nela existentes. Mais do que isso, esta realização foi feita sem nenhuma vinculação à escola local ou a algum processo de escolarização.

Quanto à escolarização, pode-se observar, claramente, que a mobilização socio-política e a formação de lideranças comunitárias realizadas pela igreja, prescindiram deste processo, e que sua ausência não impediu que surgissem líderes locais com efetiva atuação, os quais não cumpriram requisitos escolares, nem obtiveram alguma certificação quanto ao nível de escolaridade atingindo. Apesar disso, puderam desempenhar as atividades inerentes as suas atribuições, o que, em muitos casos, ultrapassou os limites de suas comunidades.

A conseqüência deste processo de recrutamento de lideranças foi a existência de um grande número de indivíduos a frente de movimentos sociais e, em atividades de caráter político-partidário com baixos níveis de escolaridade. Especificamente na área de Retiro

Grande, só havia duas lideranças com ensino superior, sendo uma delas a líder comunitária de Retiro Grande (licenciatura em matemática), a qual questionada sobre esta situação confirmou a informação e ainda declarou que:

(...) a maioria não terminou o ensino fundamental completo, pois eu acho que eles estagnaram, eles entraram no movimento, ainda tem o Ronaldo que ta no MOPEPA, também é candidato a vice prefeito, entram no movimento e se esqueceram de estudar entendeu?, Como eles viajavam muito, nunca deram importância ao estudo deles (...) (depoimento, líder comunitária I).

Nesta declaração observa-se o papel secundário do fator escolarização exerceu na atuação desses indivíduos na área de Retiro Grande, assim como em outras comunidades e municípios no Marajó. Apesar disso, realizam atividades diversas tais como sindicais, de liderança político-partidária e outras. Nestes casos, questiona-se acerca das conseqüências da baixa escolaridade sobre o desempenho dessas lideranças em seus espaços de ação. Quanto a isso, a líder comunitária de Retiro Grande afirmou em relação a um dos vereadores:

O João Augusto está no terceiro mandato de vereador, uma pessoa semianalfabeta, né, mas conseguiu a se candidatar por três vezes, ele é do Anará e hoje ele é presidente da Camará também e é presidente da avim (associação dos vereadores do Marajó) com essa pouca formação de escrita, ele sabe entrar e sair de qualquer lugar, pois a formação política dele é muito boa, e ele sabe se sustentar, se auto-sustentar (depoimento, líder comunitária I).

O que se observa nesta declaração, é um esforço para demonstrar que a falta de escolarização não se constituiu em obstáculo para este vereador no desempenho de suas atividades político-partidárias. Ao contrário, ressalta a informante, que, apesar de sua condição de semi-analfabeto, conseguiu candidatar-se por três vezes à representante legislativo pela sua comunidade, e, em todas teve êxito, encontrando-se em seu terceiro mandato, sendo, além disso, presidente da associação de vereadores do Marajó.

Se a escolarização não desempenhou qualquer papel relevante, no desenvolvimento da participação socio-política e no aumento da capacidade organizacional dos moradores de Retiro Grande e outras comunidades locais, qual foi, por outro lado, a contribuição que a escola, implantada na área em questão por reivindicação dos seus membros, e o aumento nos níveis de escolaridade nela oferecidos, teve para a mobilização e organização desses indivíduos?

O que se pode observar nos relatos da líder comunitária, é que a implantação da escola na referida comunidade, teve um impacto sobre o nível de escolarização de seus moradores,

que foi significativamente ampliado, principalmente no caso da nova geração, que mesmo ainda jovem, já apresentava uma defasagem na relação idade-série. Esta defasagem começou a ser corrigida logo com a implantação das séries complementares do nível fundamental na modalidade do ensino supletivo:

(...) primeiro com o ensino fundamental, pois não tinha o ensino médio, com o supletivo entrou uma turma de 18 jovens que tinham mais de 20 anos, casados e que acharam no supletivo de terceira e quarta etapa, uma forma de continuar estudar e que no tempo que concluíram, não tinha ensino médio aqui, foram para Salvaterra estudar e lá se formaram como professores e que hoje estão fazendo universidade, não são todos, mas uma boa parte ta fazendo universidade, podemos dizer assim que ela ajudou sim (...) (depoimento, líder comunitária I).

Assim, mesmo em seu período inicial, quando ainda não oferecia o ensino médio, a escola implantada na área de Retiro Grande contribuiu decisivamente para promover uma ampliação dos níveis de escolaridade de seus moradores. Isto ocorreu, na medida em que, os jovens dessa comunidade que nela estudaram, ao concluírem o ensino fundamental, continuaram os estudos, ainda que enfrentando grandes dificuldades, como visto no item anterior, em outros municípios da região, alcançando o ensino superior.

Por outro lado, a implantação do ensino médio na escola local não resultou em maiores níveis de participação política, particularmente entre os que nela estudam. O próprio funcionamento da escola apresentava-se de forma precária, pois não havia envolvimento dos pais nos problemas escolares dos seus filhos:

(...) eles mal cobram a falta de aula na escola, nas reuniões de pais e mestres alguns pais só que vão, e quando os pais perguntam, como o filho deles esta indo, não vão a fundo se aprofundar nas questões. É mais fácil aparecerem os pais de outras comunidades na reunião (depoimento, líder comunitária I).

A pesar disso, há uma valorização da escola, na fala desta líder comunitária que é compartilhada pelos moradores, mesmo que seja apenas pela ampliação das possibilidades de escolarização, mesmo que não contribua para a formação política, mesmo que não seja a melhor escola, sua importância é admitida para a melhoria das condições de vida na medida e que é produtora de capital humano. Neste sentido, os moradores se mobilizaram para ter educação formal para si próprios, seus filhos, netos, etc.

Eu não sei se foi a própria escola que fez isso, pois como te disse anteriormente, o que a escola mudou foi a concepção dos jovens, pois nos já temos pessoas fazendo universidade Mas o que mudou mesmo foi os

programas do governo federal , mas por outro lado existe uma preocupação maior de colocar os filhos na escola, e essas bolsas ajudam. Uma mudança de situação financeira, não teve, teve foi que as pessoas passaram a colocar os filhos na escola para ganhar uma bolsa e essas bolsas dão uma sustentabilidade (depoimento, líder comunitária I).

Essa valorização da escolaridade pode ser percebida em um discurso que concede destaque para quem conseguiu atingir a formação escolar de nível superior, isto é para quem conseguiu atravessar todas as etapas do processo de escolarização. Este discurso tem uma perspectiva mais individualista, pois sendo a escola uma conquista da comunidade, a escolarização que ela possibilita (capital humano) aparece como uma realização individual, pessoal, sem retornos de caráter mais comunitário:

(...) a maior parte está fazendo universidade particular, mas tem alguns fazendo universidade publica, o Armando que estava aqui, passou em matemática na UEPA, uma outra filha daqui que passou em biologia, o Sidney (coordenador da bolsa trabalho no município na SETER) que se formou em matemática na UEPA, que estudaram aqui (*esse menino estudou ate a 8ª depois foi para Belém fazer ensino médio*), o armando nunca saiu daqui, e nem fez cursinho que conseguiu sempre pegando livro, teve gente que já fizeram turismo em Soure. Hoje já mudou bastante, que antes era difícil ate terem ensino médio, e antes que não tinha ninguém com nível superior, hoje já mudou bastante (depoimento, líder comunitária I).

Assim, a implantação de uma escola em Retiro Grande não significou sua inserção no contexto social de seus moradores, considerado em suas especificidades de comunidade rural, suas características socioeconômicas, as dificuldades, carências e problemas enfrentados pelos seus membros. Assim, apesar de ter se originado das reivindicações da comunidade local, havia um distanciamento da vida comunitária e do processo de mobilização e organização que possibilitou o surgimento do trabalho associativo.

Na verdade a escola funcionou na perspectiva tradicional da escolarização, isto é, como fornecedora de certificação escolar, tendo em vista possibilitar o acesso de seus alunos ao nível superior de escolaridade. Não havia outras possibilidades, pois foi implantada no modelo da escola certificadora, não era uma escola rural, seu processo formativo não apresentava características de uma educação voltada para o ambiente do campo e, principalmente, estava desconectada de qualquer possibilidade de envolvimento socio-político.

Quanto ao último aspecto, pode-se observar, nos relatos da líder comunitária de Retiro Grande, a inexistência, até por recusa, de qualquer participação e/ou envolvimento do pessoal da escola na vida social e política da comunidade, o que se apresentava com maior gravidade

entre os professores, particularmente quanto à recusa a participação, situação que é notória naqueles que são contratados pela Secretaria de Educação do Estado/SEDUC. Quanto a isso, a referida informante declara que:

(...) os professores que vem, principalmente, os contratados da SEDUC, tem muito medo de envolver em política, tem pavor se meter em questão política na escola, toda vez eles dizem: tem política?!, tô fora!. Agora de todos esses professores que vieram e que não são daqui, a única que se envolve e procura saber o que está acontecendo é a profa de geografia, pois o restante não ta nem ai (...) (depoimento, líder comunitária I).

A recusa ao envolvimento socio-político, e a não participação nas questões de ordem comunitária pelos professores, insidia até mesmo sobre os problemas da própria escola, na qual esta situação se tornava visivelmente conflituosa, inclusive deslocando-se para dentro das salas de aula, na qual afetava a relação professor-aluno. Em alguns casos, chegavam a postular uma clara separação entre a escola e o contexto social que envolvia a vida dos alunos, negando qualquer relação ente ambos.

(...) nós tivemos uma discussão com o professor de história muito grande, porque ele disse que ele não está nem ai para a vida do aluno lá fora, tirando a sala de aula, ele não quer nem saber, isso foi uma coisa que fez ele sair, quando tinha algum problema na escola e nós falávamos para ele que a escola tinha que ajudar, ele disse que não que a comunidade é que tinha que resolver e não a escola e com isso ele arranjou muito problema na escola, com o meu próprio filho teve problema com lê, porque ele queria falar as coisas e não queria que as coisas voltassem para ele quando ele tinha um posicionamento e quando ele falava as coisas e quem tinha um pensamento mais crítico respondia, questionava ele não gostava, e ai tinha muita confusão, ele não aceitava a critica dos alunos (depoimento, líder comunitária I).

Desse modo, observa-se em todas em estas declarações que a escola de Retiro Grande, apesar de ter sido implantada a partir da mobilização de seus moradores, que a reivindicaram em sua luta para superar problemas e deficiências locais, não contribuiu para o aumento da capacidade de organização desses indivíduos, nem para o desenvolvimento entre eles da participação social e política. Ao contrário, por diversos momentos situou-se na contramão deste processo, voltando-se contra o contexto de sua origem.

Outro aspecto importante da participação socio-política é a atuação da comunidade nos conselhos escolares. Quanto a isso, deve ser lembrado que estes órgãos surgiram no início da década de 80, no contexto do processo de redemocratização, com o objetivo de democratizar as decisões educacionais. Neste sentido, estes conselhos geraram muitas

expectativas quanto à possibilidade haver uma verdadeira democratização da educação, particularmente das relações no interior da escola pública (PARO, 2001).

Contudo, geraram também temores, dúvidas, receios, especialmente por parte dos diretores escolares, que temiam a possibilidade de questionamento de sua autoridade, principalmente em relação à forma pela qual a escola se estrutura internamente, quanto a distribuição do poder e da autoridade na gestão do trabalho e das relações, o que demonstra não estarem preparados para uma nova forma de organização escolar diferente do que até então era praticado (ALMEIDA, 2006).

O papel dos conselhos escolares implica em uma gestão da educação em perspectiva da escola como unidade coletiva de trabalho, o que impõe que o trabalho deve ser pensado coletivamente num horizonte comum (CURY, 2000). Porém, ainda há muitos problemas para a efetivação desta perspectiva, um dos maiores de acordo com Paro (2001) é o fator de ser tratado como órgão isolado no interior da escola o que, segundo o autor, evidencia um funcionamento de caráter burocrático destes órgãos, e não na perspectiva democrática que esteve na base de sua origem.

Na modalidade de atuação burocrática, conforme o referido autor, é destinado ao conselho escolar um papel muito limitado no qual sua ação se restringe a de um avalizador da administração dos diretores, principalmente, por meio da prestação de contas, atuando como mero ratificador do processo. Desse modo, não se constituem como instâncias de decisão superiores às direções, na medida em que exercem apenas uma função de assessoramento ou colaboração da gestão da escola (GONÇALVES, 1994).

Em Retiro Grande, as possibilidades de participação da comunidade nos conselhos escolares ocorrem em duas instâncias, pela escola estadual e pela municipal, pois ambas possuem conselhos, embora não tenham regimento próprio. O funcionamento da primeira rege-se pela regra do próprio conselho estadual e, no município, a escola funciona com o regimento da Secretaria Municipal de Educação, tudo é dirigido pelo município e não pela escola.

Em sua composição, os ambos os conselhos escolares são formados por professores, alunos, direção, servente e/ou vigia (apoio), um membro da comunidade, pai de aluno, uma pessoa da comunidade que não tenha filho na escola. Esta composição revela uma certa preocupação com a representatividade dos conselhos embora isto não signifique que estejam isentos de problemas, e que todas as suas decisões sejam, de fato, representativas dos interesses da comunidade.

Estes conselhos se reúnem e trabalham sobre as mesmas questões em seu âmbito de competência, entre as quais estão as que tratam da aplicação dos recursos que as escolas recebem, conforme as exigências de como podem ser gastos. Os conselhos decidem o que vai ser adquirido, determinado o que fazer com o dinheiro recebido. Contudo, conforme declara a líder comunitária de Retiro Grande, a atuação desses conselhos resume-se a esta função, e, uma vez realizada ficam, praticamente inativos.

Desse modo, o espaço de ação em ambos os conselhos escolares é bastante restrito para uma participação mais ampla da comunidade, principalmente no que se refere à extensão de suas atividades, mas, também, observam-se limitações quanto aos participantes. Neste caso, a situação apresenta-se desigual, pois, segundo a referida informante o conselho da escola do município funciona melhor, e nele a comunidade tem uma representante que é professora do jardim e integrante da horta comunitária.

Ao contrário do que ocorria na escola municipal, a situação do conselho escolar da escola estadual, a que foi instalada em Retiro Grande, era inferior quanto a uma atuação participativa. Segundo a referida informante, a composição deste conselho era influenciada pelos membros de sua direção, que procuravam atrair para seus postos, pessoas que tivessem uma perspectiva favorável as suas opiniões quanto às decisões que deveriam ser por eles tomadas. Assim, a influencia da comunidade sobre sua atuação seria pouco efetiva.

Assim, observa-se que o funcionamento de ambos os conselhos escolares não se baseia na perspectiva da democratização das decisões no interior da escola, mas apresentam uma atuação burocrática, conforme Paro, pois se restringem a fazer a prestação de contas, sendo que seu poder decisório é limitado a estabelecer o que será adquirido como os recursos destinados às escolas. No caso de Retiro Grande, a direção escolar procurava controlar a indicação de membros para os conselhos, o que revela um temor com a possibilidade de questionamento de sua autoridade, principalmente na gestão do trabalho e das relações escolares.

Além dos conselhos escolares, há o conselho da merenda escolar em Cachoeira do Arari, no qual há 06 anos atrás havia uma representante de Retiro Grande. Esta representação continua de forma indireta, pois, segunda a líder desta comunidade, a pastoral da criança que é mais forte neste município, atua neste conselho e representa a referida comunidade. Também existe um outro problema, é o horário das reuniões geralmente à noite, o que dificulta presença de um representante direto da comunidade.

Outro aspecto da participação política é o envolvimento em protestos, mobilizações de rua e outras formas de manifestações. Quanto a isso, a líder comunitária admite que ainda é

baixo o nível de envolvimento dos moradores, e os grupos políticos dessa região encontram-se muito divididos, com pouca atenção para as questões de ordem comunitária:

(...) aqui eu vejo muito como individualista a política aqui, cada grupo puxa mais para si então ele só procura se movimentar para aquilo para si, isso entre todos os grupos do mais novo ao mais velho, eu vejo poucas pessoas que trabalham pela educação, pela saúde, mas é mais mesmo aqueles grupinhos (depoimento, líder comunitária I).

No caso de protestos e manifestações políticas a participação popular é muito pequena, e basicamente não se acompanha o trabalho dos representantes eleitos da câmara municipal, ainda assim, pode-se verificar algumas ocorrências de mobilização quando se trata de conflitos relacionados à posse de terras:

Teve um protesto no ano passado para soltarem um senhor que estava preso, o único vereador que estava presente era o Maneco , pois ele estava com o grupo do sindicato né, devido a conflito de terra com fazendeiro (ele era do Gurupá comunidade), mas tinha pessoas de várias comunidades. A mobilização foi organizada pela ONG AMAI (depoimento, líder comunitária I).

Neste caso referido pela líder comunitária, se observa que no processo de mobilização que reuniu “pessoas de varias comunidades” e resultou em manifestação de protesto, a atuação da ONG AMAI, com apoio de lideranças políticas e sindicais. Novamente, o que se destaca, não é o nível de escolaridade dos indivíduos nem a atuação da escola na comunidade, mas o trabalho de organização no qual se vê papel das lideranças locais formadas pela igreja católica, no favorecimento a participação social política nesta área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação sócio-política, o envolvimento em questões de ordem comunitária e a capacidade de organização dos indivíduos para agirem coletivamente em seu próprio benefício, sejam em área rurais ou urbanas, em grandes ou pequenos agrupamentos, têm sido objeto de diversos estudos que procuram explicações em perspectivas de análise adotadas conforme as orientações de pesquisa. Nestes estudos, alguns fatores são apontados como indutores ou facilitadores destes processos, entre os quais se destacam: a escolarização e o capital social.

Aqueles que atribuem um papel relevante ao primeiro consideram que o nível de escolarização dos indivíduos é determinante para qualquer possibilidade de participação social e política, para o desenvolvimento do interesse em questões de natureza coletiva e, para

o envolvimento em processos de mobilização e organização que ultrapassem os limites de seu auto-interesse. Nesta perspectiva, quanto maior o nível de escolarização, maior a propensão à participação e ao engajamento, começando a inflexão positiva a partir do nível médio de ensino.

Para os que admitem um papel relevante ao segundo, o capital social é um fator fundamental para o desenvolvimento da capacidade organizacional dos indivíduos, e seu envolvimento em questões ordem coletiva, no que concerne a participação social e política. Para estes analistas, o capital social acumulado pelos agrupamentos humanos poderia gerar estes efeitos em decorrência de duas situações; da natureza das redes sociais criadas ou da existência de uma agencia mediadora competente.

Nesta perspectiva, ambas as situações estariam ligadas a possibilidade do capital social se tornar politicamente relevante, isto é, de transformá-lo em recurso de mobilização e organização dos indivíduos para fins de participação e engajamento sócio-político, o que ocorre pelo aproveitamento do seu potencial de ação coletiva. Nos dois casos, este aproveitamento poderia se feito por meio da disseminação da comunicação e da discussão política entre os envolvidos, oportunizando eventos e processos participativos.

A comunidade de Retiro Grande está situada no município de Cachoeira de Arari, na microrregião do Arari e meso-região do Marajó no Estado do Pará. O processo de ocupação dessa região é antigo e sua economia baseia-se, na produção rural, estando ligada à propriedade da terra para a criação de gado (bovino e bubalino) e, em menor escala, na agricultura, constituída, principalmente a de pequenos produtores.

Historicamente, o município originou-se de fazenda estabelecida, no século XVIII, em frente a uma cachoeira no rio Arari, da qual surgiu uma freguesia que anos depois foi elevada à condição de vila, e, posteriormente, a de municipalidade. Ao longo dos séculos: XIX e XX sofreu uma intrincada evolução institucional na qual suas características nominais e territoriais foram sendo alteradas sucessivamente até estabilizar-se na atual denominação e status político-administrativo.

O meio ambiente da ilha do Marajó é constituído de dois diferentes ecossistemas onde se distinguem os lados leste e oeste, o primeiro é uma área de planície (campos), o lado oeste abrange é coberto por densa floresta, no qual atividade econômica se divide entre práticas extrativistas e de agricultura de subsistência. A estrutura fundiária é marcada pela da concentração de terras, principalmente na região dos campos, controlada por poucos e grandes proprietários que praticam a pecuária extensiva e pela dependência dos pequenos criadores.

Em Retiro Grande, que apresenta características muito similares as indicadas a cima, os moradores se dividiram dois grupos (o grupo da horta ou das mulheres e Jacaretuba) muito diferentes entre si do ponto de vista de sua capacidade de mobilização e organização, e, participação sócio-política, a despeito de viverem sob as mesmas condições socioeconômicas e enfrentarem problemas semelhantes. Em geral, as famílias se dedicam a atividades produtivas próprias da economia rural dessa região.

Esta divisão foi provocada por divergências na forma de encaminhar ações (através do trabalho coletivo) para a solução seus problemas, reforçadas por diferenças de identidade, interesses e valores que foram surgindo e sendo aprofundados com o tempo, gerando conflitos e a recusa de participação nas atividades empreendidas. O rompimento entre eles concretizou-se quando alguns desses moradores separaram-se do grupo inicial passaram a agir, independentemente, na busca soluções para os problemas locais constituindo o grupo de Jacaretuba.

Uma vez constituído o grupo, os moradores a ele ligados passaram a desenvolver, separadamente, suas próprias formas de encaminhar ações para obtenção de recursos o que aprofundou o conflito existente, na medida em que passaram a disputar por projetos e benefícios para o local. A ação desses moradores se caracterizou pela rejeição de práticas associativas e pelo estabelecimento de suas próprias redes de contatos, nas quais prevaleceu a relação individual a apropriação e a exploração familiar dos benefícios obtidos.

O grupo da horta surgiu a partir da atuação da igreja católica, por meio pastoral da criança que mobilizou e organizou seus moradores, incentivando o envolvimento em empreendimentos comunitários com o objetivo de gerar, no próprio local, recursos para atender a algumas de suas necessidades tais como creche comunitária, produção de alimentos e medicamentos fito-terápicos (horta comunitária). Além disso, incentivou a participação em conselhos, associações e sindicatos, assim como favoreceu, por meio da formação de lideranças, a promoção de candidaturas de membros da comunidade nas eleições para o executivo e o legislativo municipal.

Em Retiro Grande, o grau de escolarização dos moradores do grupo da horta era maior entre as mulheres, em Jacaretuba, era mais baixo e mais homogêneo. Ambos os grupos compartilhavam de precárias condições de infra-estrutura (água potável, deslocamento de pessoas, escoamento da produção, etc.), assim como apresentavam deficiências quanto ao fornecimento de serviços públicos essenciais tais como: educação, energia elétrica saúde, que se tornam ainda mais alarmante nas situações de doenças.

Além disso, somavam-se aos problemas de saúde pública (doenças tropicais, desnutrição), altos índices de mortalidade infantil, dificuldades de acesso à educação e poucas oportunidades de escolarização, problemas de acesso a crédito, ao financiamento da produção etc. também não havia acesso a postos de saúde, sendo necessário, para isso deslocar-se ao Município de Salva-terra ou a Belém. Assim, quanto às características socioeconômicas observam-se similaridades das condições e diferenças (na organização) modo de encaminhamento das soluções.

Na literatura que trata das questões da participação socio-política, do envolvimento comunitário e da capacidade de organização dos indivíduos para agirem em benefício coletivo, as explicações giram em torno da escolarização ou do capital social como os elementos indutores ou facilitadores destes processos. No primeiro caso, é estabelecida uma relação diretamente proporcional entre os níveis de escolarização e o de participação política e engajamento em questões públicas (organizacionais, comunitárias).

Na perspectiva da escolarização, estas tendências antiparticipativas, restritivas ao envolvimento e engajamento social e político só podem ser superadas pela ampliação dos níveis de escolaridade dos indivíduos. A escolarização seria o fator fundamental dos processos de mudança social via engajamento sócio-político dos indivíduos. Contudo esta perspectiva é questionada, pois o baixo nível ou a ausência de escolarização não implica necessariamente em baixos níveis de participação política. O conhecimento e a expertise são importantes para o engajamento dos cidadãos, mas há outros fatores envolvidos.

Neste caso, trata-se do capital social, um recurso de sociabilidade que pode ser produzido por fatores de coesão e por redes de relacionamentos, pelo qual, outros recursos podem ser acessados e acumulados tais como: capital humano, econômico, para a produção de bens coletivos gerados para benefício comum. Desse modo, pode ser algo possuído pelo indivíduo ou por comunidades, nas quais está, basicamente, ligado à capacidade de mobilização e organização de seus membros.

O capital social torna possíveis as ações coordenadas, porém, a acumulação e manutenção deste recurso dependem de estratégias de investimento, coletivo ou individual sem o qual pode enfraquecer com o tempo. Também, o capital social tem um importante lado negativo, pois, os mesmos laços sociais que capacitariam os membros de uma comunidade para operarem juntos podem, ao mesmo tempo, excluir pessoas de fora do grupo.

Contudo, a relação entre capital social e participação sócio-política não é automática, a possibilidade de torna-se politicamente relevante depende de aspectos de sua estrutura constitutiva. O diferencial reside na possibilidade de propiciar a comunicação política dentro

de uma comunidade ou rede de relacionamentos ou quando mobilizado por agentes mediadores competentes que ajudam comunidades a se conectarem com o processo de decisão pública. Neste sentido, ele não é suficiente, mas necessário, para a participação, não favorece, nem é obstáculo para tal, apenas fornece os recursos que tornam a ação coletiva possível.

Entre os moradores de Retiro Grande, as fontes de capital social foram os fatores de coesão que agregavam, mais ou menos intensamente, os moradores desta comunidade. Nos grupos estudados estes fatores resultavam de semelhanças no modo de viver dos seus moradores. No grupo da horta estas semelhanças estavam presentes na organização das atividades produtivas que eram realizadas coletivamente, como a criação de animais de pequeno porte, a prática de cultivos consorciados, pesca, caça e extrativismo.

Outro elemento de semelhança encontrado entre as famílias ligadas a este grupo é o catolicismo que, como um valor religioso compartilhado, favoreceu a um maior envolvimento comunitário. Estas famílias compartilhavam, também, das condições socioeconômicas tais como nível de renda familiar e de escolaridade, os padrões construtivos de residência, o mesmo tamanho de área possuída pelas famílias (2,5 hectares), o baixo nível tecnológico dos processos de trabalho, que geravam semelhanças de condições.

Por outro lado, porém, o capital social pode excluir quando os fatores de coesão (elementos que agregação) não são compartilhados, o que ocorreu em relação aos moradores que formaram o grupo de Jacaretuba. Estes apresentavam divergências quanto a: valores religiosos, Igreja Evangélica x Igreja Católica; comunitários: atitude individualista e predominância de arranjos familiares nas atividades produtivas; objetivos não compartilhados principalmente quanto ao trabalho associativo.

Em conseqüência, generalizou-se entre estes moradores e aqueles ligados ao grupo da horta, a desconfiança quando as possibilidades de ambos se envolverem em projetos coletivos comuns para a localidade. Com isso, não houve níveis elevados de envolvimento comunitário com aqueles que se reuniram no agrupamento Jacaretuba. Além disso, uma vez constituído este grupo, seus membros apresentaram características de pouca capacidade organizacional e de baixo nível de participação e engajamento comunitário.

O grupo da horta se originou da atuação da igreja católica na área de Retiro Grande por meio de religiosos jesuítas que trabalharam na pastoral da criança, desde os fins dos anos 60 até o final da década de 80, estimulando os movimentos sociais, a filiação partidária e sindical. Um aspecto fundamental desta atuação para a mobilização e organização dos seus moradores foi o trabalho de formação de lideranças comunitárias para a região. Por esta

atuação a Pastoral da Criança se constituiu como um “agência mediadora competente”, para o capital social dessa comunidade.

O incentivo a sindicalização e a reivindicação de direitos pelos moradores criaram uma base inicial de envolvimento nas questões de interesse coletivo que foi desenvolvida, mais adiante, nas ações coletivas da comunidade. Estas ações foram concretizadas em várias formas de trabalho associativo, que foi a origem do chamado grupo da horta, um conjunto de residentes desta localidade que por intermédio da ação da igreja realizou empreendimentos locais para a produção de recursos e serviços que atendessem a algumas das suas necessidades.

A primeira parte deste trabalho começou em 1986 com a formação de um clube de mães, que funcionou, também, como creche/jardim da infância onde executavam trabalhos manuais (bordado, crochê), cujos produtos eram postos à venda, sendo a renda dividida entre seus participantes. O clube obteve auxílio da LBA, e implantou uma padaria. A criação do clube, e a diversificação de suas atividades ultrapassaram os seus objetivos iniciais, aumentando a capacidade de organização dos moradores.

A organização do clube de mães foi possível na medida em que reuniu indivíduos com modos e condições de vida semelhantes: compartilhavam os problemas e valores religiosos: fatores de coesão que geraram um capital social específico. A agência mediadora direcionou-os para além de seu objetivo inicial levando-os a um maior envolvimento comunitário.

Neste sentido, o trabalho no clube de mães funcionou, também, como um meio de agregação dos moradores, e, portanto como mais um fator de coesão, na medida em que reunia os indivíduos em torno de atividades comuns exercidas coletivamente, multiplicando seus efeitos aglutinadores. O trabalho na creche/jardim revelou, para seus participantes outro problema da comunidade: a desnutrição infantil, uma das causas dos altos índices de mortalidade infantil em todo o município de Cachoeira.

Para combatê-la, um novo esforço coletivo foi realizado: o cultivo de uma pequena horta em regime de mutirão ou ajuda mútua. A mão de obra empregada foi predominantemente feminina: mães e professoras da creche/jardim iniciaram o trabalho em 1996. Produziam, também, com a ajuda das freiras, remédios fito-terápicos, para diminuir os problemas de saúde da comunidade. Aprenderam a cultivar plantas medicinais e a elaborar a multimistura para o combate a desnutrição infantil.

Produziam sopa e pão para a creche e, com ajuda da prefeitura, levaram esta produção para a escola local. Com o crescimento da demanda pelos serviços, reivindicaram e obtiveram da prefeitura a doação de 01 hectare, posteriormente mais 02 hectares e, depois mais 01

hectare. Esta ampliação foi uma conquista do grupo da horta, além de outras: conseguiram com a ONG AMAI abrir um poço artesiano comunitário. Com o projeto de desenvolvimento local, mudas de macaxeira e banana, sementes e o cata-vento, passaram a lutar pela casa de farinha.

A criação da horta comunitária foi o marco fundamental na mobilização e organização dos moradores que compartilhavam dos fatores de coesão dessa comunidade, dando origem ao grupo designado pelo mesmo nome. O trabalho foi coordenado pela líder comunitária. No entanto, o movimento diminuiu com o tempo, restando apenas à metade dos seus participantes. A horta ainda funciona com o trabalho das mulheres sob nova direção. A creche não teve continuidade por falta de recursos.

A mobilização dos moradores ligados ao grupo da horta culminou na criação da Associação dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira do Arari - ASTRUCA, ligada ao STR deste Município. A capacidade de mobilização e organização do grupo da horta lhes conferiu a liderança na instalação de projetos comunitários o que levou os moradores ligados a Jacaretuba a criar a sua própria associação, ASPROORG, sigla da Associação dos Produtores Rurais de Retiro Grande, lançada no ano de 2000 sem relação com outras formas associativas.

Em 1993, foi instalada uma escola na área de Retiro Grande, em atendimento às reivindicações dos seus moradores, com o apoio da pastoral. Inicialmente, apenas as séries iniciais do ensino fundamental (1ª a 4ª séries) eram ministradas, em 1997, foram acrescentadas as séries complementares de 5ª a 8ª, e em 2004, o ensino médio. Todo o processo de instalação foi feito por convênio entre o governo estadual e a prefeitura. Contudo, a escola não atendeu as exigências de funcionamento, principalmente no caso do ensino médio.

Neste sentido, todo trabalho associativo desenvolvido da comunidade de Retiro Grande, assim como, a conquista de uma escola para a localidade e da ampliação dos níveis de ensino nela ministrados, resultaram do aumento da capacidade de organização e mobilização de seus moradores. Este aumento foi produzido pela confluência de duas situações: primeiro a existência de capital social gerado pelos fatores de coesão da comunidade e a atuação de uma agência mediadora competente (igreja católica) que lhe conferiu um caráter politicamente relevante.

Neste processo, o papel da escolarização foi totalmente secundário ou mesmo inexistente, pois o nível geral de escolaridade desses indivíduos era baixo (primeiras séries do ensino fundamental), portanto, não relevante, uma vez que, conforme a literatura especializada, esta relevância passaria a ocorrer a partir do nível médio. Na formação do grupo da horta e nas divergências e conflitos que levaram a formação do grupo de Jacaretuba,

a relevância foi do capital social em vista das características de suas fontes constitutivas (fatores de coesão).

Do mesmo modo, a escolarização formal não foi relevante na formação das lideranças locais que prescindiu de requisitos escolares e de certificações de escolaridade. Isto não impediu que surgissem líderes com efetiva atuação, desempenhando as atividades inerentes as suas atribuições, ultrapassando, em muitos casos, os limites de suas comunidades. Por outro lado, a implantação da escola nesta área não ajudou a promover processos participativos entre os seus moradores, nem contribuiu para o aumento da sua capacidade organizacional.

A igreja católica, por meio da pastoral da criança na atuação de religiosos jesuítas, foi uma “agência mediadora competente”, na medida em que foi capaz de tornar o capital social desses moradores politicamente relevante, ao difundir a discussão e a comunicação política. Neste sentido, teve dupla atuação: diretamente na promoção do trabalho associativo, mobilizando e organizando os moradores em atividades produtivas (clube de mães, creche, horta) e na formação de lideranças comunitárias para a localidade.

Da atuação das lideranças resultou, também, uma intensa atividade partidária, particularmente no partido dos trabalhadores (PT), em Retiro Grande e em outras comunidades e municípios do Marajó, o que resultou em vários mandatos de vereador pela referida sigla partidária, permitindo, dessa forma, uma inserção direta no poder público local. Este desenvolvimento de atividades político-partidárias tem, também, ligações indiscutíveis com o trabalho jesuítico na pastoral da criança nesta região.

A implantação da escola em Retiro Grande propiciou um aumento no nível de escolaridade de seus moradores, principalmente no caso da nova geração, que já apresentava uma defasagem na relação idade-série. Porém, a expansão do nível de escolarização em consequência da implantação do ensino médio na escola local, não resultou em maiores níveis de participação política e engajamento comunitário, funcionando de forma precária, pois não houve envolvimento da comunidade nos problemas escolares.

Neste sentido, valoriza-se a escola na sua função de produtora de capital humano, na medida em que isso é tido como condição necessária para a melhoria das condições de vida das pessoas. Esta perspectiva é individualista, pois sendo a escola uma conquista da comunidade, a escolarização a aparece como uma realização individual, pessoal do que estudaram, sem retorno de caráter mais comunitário. Neste sentido, os moradores se mobilizaram para terem educação formal, assim como para seus filhos e netos.

Dessa forma, a escola desta localidade não foi inserida no contexto social de seus moradores, e, apesar de ter se originado das reivindicações da comunidade, há um

distanciamento da vida comunitária, do processo de mobilização, organização e do trabalho associativo. Seu funcionamento baseia-se perspectiva tradicional da escolarização, como fornecedora de certificação escolar, para, em alguns casos possibilitar o acesso de seus alunos ao nível superior de escolaridade (aumento da escolarização).

Por outro lado, sendo Retiro Grande uma comunidade rural, a escola local não é rural, uma desvinculação intencional, resultante de uma recusa a qualquer participação ou envolvimento pelo pessoal da escola na vida social e política desta comunidade, principalmente entre os professores que são contratados pela Secretaria de Educação do Estado/SEDUC. Este recusa incluiu, até mesmo, o envolvimento nos problemas propriamente escolares, chegando a postularem uma clara separação entre a escola e o contexto social que envolve a vida dos alunos.

Em conseqüência, não houve envolvimento da comunidade com a escola, o que foi observado no funcionamento dos conselhos escolares, particularmente em Retiro Grande, onde mesmo os moradores ligados ao grupo da horta tiveram pouca participação. Esta situação resultou, em primeiro lugar, do espaço restrito para uma atuação efetiva da comunidade nestes conselhos que eram apenas órgãos burocráticos, ratificadores das decisões das diretorias.

Em segundo lugar, houve um declínio da atuação da Pastoral da Criança como agencia mediadora competente para a mobilização do capital social em direção a uma perspectiva mais participativa, quando houve a substituição dos religiosos jesuítas pelos diocesanos. Do mesmo modo, muitas das lideranças afastaram-se de suas atividades religiosas originais para dedicarem-se exclusivamente a uma atuação político-partidária.

Esta situação atesta, muito claramente, que o capital social detido pelos moradores de Retiro Grande exigiu a atuação de um agente mediador competente para mobilizá-lo no sentido de gerar maior envolvimento comunitário. Especificamente, no caso do grupo da hora desta comunidade, foi uma condição necessária, pois quando este agente, a Pastoral da Criança ausentou-se, houve um declínio nos processos organizacionais e participativos dos moradores ligados ao grupo.

Por outro lado, este declínio ocorreu no momento em que passa haver uma ampliação nos seus níveis de escolarização, principalmente a partir da instalação do ensino médio na escola local o que reforça a tese de que apesar de sua importância no desenvolvimento de processos participativos a educação formal é uma condição necessária, mas outras questões precisam ser consideradas para que esta gere os efeitos que se espera no desencadeamento da participação política.

A ampliação dos processos participativos esta fortemente relacionada com a escolarização, mas não com qualquer escolarização, Níveis mais elevados de escolarização não desencadeiam necessariamente processos participativos mais amplos, o aspecto é mais qualitativo do que quantitativo.

Neste sentido é preciso que seja superada uma perspectiva puramente formalista da escolarização, isto é daquela que se baseia em uma perspectiva de educação puramente certificadora, de concessão de títulos e graus escolares, que ainda que seja de reconhecida importância, precisa estar vinculada a uma concepção de educação que promova a participação e reconhecendo o papel dos diversos atores escolares em seu processo. Neste sentido isto implica, também em superar uma concepção puramente burocrática de participação

Por outro lado, o capital social, como único fator de indução a participação apresenta efeitos limitados quanto as suas possibilidades de êxito, situação observada em Retiro Grande, onde atuação de uma agencia competente possibilitou mobilizar inicialmente o seu capital social, tendo êxito em introduzir novas atividades produtivas na comunidade. Contudo a organização dos moradores em torno de novas formas de trabalho associativo não significou uma efetiva ampliação da participação social e política nesta comunidade.

A introdução de novas atividades produtivas na comunidade significou a elevação dos níveis de coesão e integração social na medida em provou o aumento da participação nas questões de interesse comunitário destes moradores. Contudo estes níveis de integração não foram suficientes para suscitar processos mais amplos de participação social e política como se pode observar no caso da escola

A mobilização da comunidade não teve continuidade com a saída da pastoral da criança desta localidade, e as próprias lideranças se dispersaram. Neste sentido, o capital social é um importante recurso de mobilização social e comunitária, contudo, como está fortemente condicionado para os propósitos para os quais foi constituído, seu emprego para outros objetivos depende da intervenção de outros fatores.

É neste ponto que entra o papel da escolarização, quando ocorre nas bases de uma concepção da educação que supere o formalismo burocrático e se abra para a participação dos atores escolares e seja inserida em seu contexto social mais amplo, neste sentido a educação pode ampliar o capital social de indivíduos e comunidades, construindo redes mais densas de integração societária, gerando espaço e incentivos para níveis mais amplos de participação sócio-política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABU-EL-HAJ, Jawdat. Debate em Torno do Capital Social: Uma revisão crítica. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. ANPOCS. BIB, nº 47. Rio de Janeiro: Relume/Dumará. 1º semestre de 1999.
- ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do brasileiro**. – Rio de Janeiro: Record, 2ª ed., 2007.
- ALMEIDA, Janaina Aparecida de Mattos. **Os Conselhos Escolares e o Processo de Democratização: história, avanços e limitações**. Dissertação de Mestrado: UFPR. Curitiba, 2006.
- ALMOND, G. e VERBA, S. **The Civic Culture Revisited**. Newsbury Park, Ca., Sage Publications. 1981
- ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre: Imagens e auto-imagens**. Petrópolis: Vozes. 2002.
- BANFIELD, E. **The Moral Basis of a Backward Society**. New York, Free Press. 1967.
- BAQUERO, M. Desconfiança como Fator de Instabilidade Política na América Latina, *in* Baquero, M., H. Castro e R. González (eds.), **A Construção da Democracia na América Latina: Estabilidade Democrática, Processos Eleitorais, Cidadania e Cultura Política**. Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.
- BECKER, G. Human capital. New York: National **Bureau of Economic Research**, 1964.
- BORGES, Fabrício. **Estudo da cadeia produtiva de pecuária bovina de corte**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará, 2001.
- BERMAN, S. Civil society and the collapse of the Weimar Republic. *World Politics*, 49, 401-429. 1997a
- BERMAN, S. Civil society and political institutionalization. **American Behavioral Scientist**, 40, 562-574, 1997b
- BOURDIEU, Pierre. The Forms of Capital. In: J. E. Richardson (ed.), **Handbook of Theory and Research for the Sociology of education** (Greenword Press, 1986). 241-58.
- BOURDIEU, Pierre. O capital social - notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). Pierre Bourdieu. **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CAYRES, Guilhermina Vieira. **Nazarenos e Marias do Rio Capim: relações de gênero em uma comunidade amazônica**. Dissertação/NAEA, 1999.
- CASTILHOS, Dino Sandro Borges de. **Capital Social e Políticas Públicas: um estudo da linha infraestrutura e serviços aos municípios do Programa Nacional De Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Série PGDR, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Dissertação n.º 013, Porto Alegre, 2002.
- COLEMAN, J. C. Social capital in the creation of human capital **American Journal of Sociology** 94: S95-S120, 1988.
- COLEMAN, J. **The Foundations of Social Theory**. Harvard University Press, Cambridge, 1990.
- COLLIER, Paul. **Social Capital And Poverty**. Washington, D.C.:World Bank. 1998
- DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo, 1999.

- FLORA, Jan L. Social Capital and Communities of Place. In: **Rural Sociology**, 63., 1998. p. 481-506. Disponível em <http://poverty.worldbank.org/files/4183_flora1.pdf>. Acesso em 01/11/2007.
- FUKUYAMA, Francis. **Social Capital and the Global Economy**. Foreign Affairs 74 (5): 1995, p 89-97.
- FUNDAÇÃO IBGE. **Contagem da população**. Rio de Janeiro, IBGE, Diretoria de Pesquisas / Departamento de População e Indicadores Sociais. IBGE, 1996.
- GAMBETTA, Diego. **The Sicilian Mafia: The Business of Private Protection**. Cambridge:Harvard University Press.1993.
- GONÇALVES, M. D. de S. Autonomia da escola e o Neoliberalismo: Estado e Escola Pública, 12 - 13. Tese de Doutorado, PUC/ SP, 1994.
- GRANOVETTER, Mark. **The Economic sociology of firms and entrepreneurs**. In PORTES, Alejandro.(ed.) The economic sociology of immigration:essays on networks, ethnicity and entrepreneurship.new york:russell sage foundation.1995.
- HUCKFELDT, R., & SPRAGUE, J. Citizens, contexts, and politics. In A. W. Finifter (Ed.), **Political science: The state of the discipline** (pp. 291-304). Washington, DC: American Political Science Association, 1993.
- IBGE. Censo demográfico 2000: resultados do universo, população residente, por situação do domicílio e sexo, segundo as grandes regiões e as unidades da federação - Brasil - grandes regiões. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 jun. 2002.
- KRISHNA, Anirudh. Enhancing Political Participation In Democracies What is the Role of Social Capital? In: **Comparative Political Studies**, Vol. 35 No. 4, May 2002
- LAKE, Ronald La Due; HUCKFELDT, Robert. Political Psychology, Vol. 19, No. 3, Special Issue: **Psychological Approaches to Social Capital**. Sep., 1998, pp. 567-584.
- LEÃO, Carlos Alberto. **Cooperativismo na Ilha do Marajó**. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Fipam), Universidade Federal do Pará/ NAEA, 1999.
- LECHNER, N. 1999. Desafíos de un desarrollo humano. Santiago de Chile: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. [http:// ww.pnud.cl](http://ww.pnud.cl). Acesso em: jun.2003.
- LIMA, Jacob Carlos. **A Teoria do Capital Social na Análise de Políticas Públicas**. In: Política e Trabalho, Setembro / 2001 - pp. 46-63.
- LEVI, M. Social and unsocial capital. **Politics and Society**, 24, 1996. p. 45-55.
- OLSON, Mancur. **A Lógica da Ação Coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: EDUSP, 1999.
- PARO, V. H. O Conselho de Escola na Democratização da Gestão Escolar. In: PARO, V. P. Escritos sobre a Educação. São Paulo: Xamã, 2001. p.79
- PEPITITAT, André. Produção da escola/produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- PUTNAM, Robert D. The prosperous community: social capital and public Life In: **The American Prospect**, n.º 13, mar. 1993.

PUTNAM, R. **Comunidade e Democracia. A experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas. 1996.

PORTES, Alejandro and J. SENSENBRENNER. Embeddedness and Immigration: Notes on the Social Determinants of Economic Action. **American Journal of Sociology** 98 (6): 1993, p. 1320-1350.

PORTES, Alejandro and LANDOLT, Patricia. **The Downside of Social Capital.** The American Prospect 26 (May-June): 18-21, 94, 1996. disponível via <http://epn.org/prospect/26/26-cnt2> acesso em 02/03/2007

RECUERO, Raquel da Cunha. Um estudo do capital social gerado a partir de Redes Sociais no Orkut e nos Weblogs. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre nº 28, dezembro 2005.

REIS, E. Desigualdade e solidariedade: uma releitura do “familismo amoral” de Banfield. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 29(10): 1995, 35-48.

RENNÓ, L. R. Cultura Política, Hobbesianismo Social e Democracia. In NUNES, B.F. **Brasília : a construção do cotidiano.** Brasília, paralelo 15, 1997, p 87- 117

ROSENBERG, S. W. The structure of political thinking. **American Journal of Political Science**, 32, 539-566, 1988.

SCHMIDT, João Pedro. Os jovens e a construção de capital social no Brasil. In: BAQUERO, Marcelo (org). **Reinventando a Sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social.** Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS / Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), 2001, p. 147-179.

TENDLER, J. **Bom Governo nos Trópicos - Uma visão crítica.** Rio de Janeiro: Revan: 1998.

WAGNER, Alfredo. Relatório da SUDAM. **Transformações Econômicas e Questões Sociais na Borda do Lago Arari - ilha do Marajó - vol. II.** 1998.

WAGNER, Alfredo relatório da SUDAM. **Transformações Econômicas e Questões Sociais na Borda do Lago Arari - ilha do Marajó.** 2000

VARSHNEY, Ashutosh. Why Democracy Survives. **Journal of Democracy**, 9:3, 1998.

VERBA, S., SCHLOZMAN, K. L., & Brady, H. E. **Voice and equality: Civic voluntarism in American politics.** Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.

WOLFINGER, R. E., & ROSENSTONE, S. J. **Who votes?** New Haven, CT: Yale University Press, 1980.

XIMENES, Tereza. **Uma Oportunidade de Análise de Desenvolvimento Sustentável: a pecuária no Marajó.** In: _____ (Org) perspectivas do desenvolvimento sustentável. Belém: UFPA/ NAEA/UNAMAZ. 1992.

XIMENES Tereza. **Capital Social e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia.** Trabalho apresentado na 1ª reunião da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (ANPPAS). Idaiatuba (SP) 6-9 de novembro de 2002. GT Dimensões Sócio-Política da Sustentabilidade.

APÊNDICE